

Democracia Socialista

Nesta edição

equador
revolução
democrática
feminismo
internacionalismo
chile
conjuntura

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 2013

Revista Democracia Socialista é uma publicação quadrimestral da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

Editor

Joaquim Soriano

Cledisson Junior (Jacaré)

Conceição Dantas

Eduardo Tadeu

Eliane Silveira

Estevão Cruz

Fabiola Paulino

Gabriel Medina

Gilberto Neves

Gilmar Santiago

Gino Cesar

Herbert Florença

Joanna Parolli

Joaquim Soriano

José Cirilo da Costa

Juarez Guimarães

Lenilda Lima

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Marcia Fernandes

Margarida Salomão

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto

Nalu Faria

Neuza Cadore

Pepe Vargas

Raimundo Angelo

Raul Pont

Dr. Rosinha

Robinson Almeida

Shirlei

Sofia Cavedon

Rafael Freire

Rosane Silva

Rosana Souza

Tatau Godinho

Tatiana Cibebe

Ticiane Studart

Vânio dos Santos

Coordenação editorial

Marisa Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Afonso Florence

Álvaro Alencar

Ana Julia

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Arno Augustin

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Bia Santiago

Caio Galvão

Carla Bezerra

Carlos Henrique

Carlos Pestana

Chico Vicente

Clarissa Cunha

Cláudio Puty

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

7

ENTREVISTA

EMIR SADER

47

TEORIA MARXISTA

MARX E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

JUAREZ GUIMARÃES

81

PRÁXIS

TOGLIATTI, GRAMSCI E O TROTSKISMO:
AS ORIGENS DA STALINIZAÇÃO DO PCI

GLEYTON TRINDADE

101

HISTÓRIA

LUZES À ESQUERDA: PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES MARXISTAS
NO BRASIL E A DEMOCRACIA NOS ANOS 1970

ROSALBA LOPES

129

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

ORIGENS HISTÓRICAS DO FEMINISMO SOCIALISTA E
AS MULHERES NA RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA

CLARISSE PARADIS E SARAH DE ROURE

153

INTERNACIONAL

O ESTADO INSURGENTE:

AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA DURANTE
O PRIMEIRO PERÍODO DA REVOLUÇÃO CIDADÃ NO EQUADOR

JORGE FORERO

173

INTERNACIONALISMO
FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO
NALU FARIA

187

CONJUNTURA
JUNHO DISRUPTIVO
JOSUÉ MEDEIROS E JEAN TIBLE

198

POESIA
CRUZ E SOUZA

199

PARCERIA
BOITEMPO EDITORIAL
CONVERSA COM IVANA JINKINGS

205

MEMÓRIA EM TEMPO
DOSSIÊ CHILE
ORIGINALMENTE PUBLICADO EM 23/03/1989

APRESENTAÇÃO

Este é o nº 1 da *Revista Democracia Socialista*.

Agora no formato pensado, decidido e produzido de acordo com o projeto editorial apresentado no nº zero.

A edição nº 1 é sempre um grande desafio. Aqui está para ser lida, debatida, questionada e, mais que tudo, contribuir para a elaboração de um programa para a revolução. Como já afirmamos, “a fundação pela Democracia Socialista de uma revista marxista revolucionária quer se relacionar, como espaço de diálogo e criação, de teoria e prática, de tradição revolucionária e abertura para os novos desafios do século XXI, de reflexão sobre a experiência nacional e interlocução com as grandes experiências internacionais de emancipação em curso, em particular as latino-americanas”.

Queremos a revista como um instrumento útil e adequado para a militância partidária e dos movimentos sociais, especialmente para as novas gerações.

O PT abre o seu 5º Congresso neste dezembro de 2013 e o realizará em 2015. Neste tempo, acreditamos que a Revista deve cumprir um papel importante, ajudando a construir um campo teórico comum, potente o suficiente a fim de contribuir para as discussões e elaborações partidárias.

Agradecemos a todos os colaboradores e colaboradoras que com os seus textos fazem esta revista. Agradecemos ao Emir Sader pela entrevista concedida, assim como a Ivana Jinkings pela proposta de parceria.

Este número é rico em referências históricas – do feminismo, da stalinização do Partido Comunista Italiano, das organizações de esquerda no Brasil nos anos 1970. Inaugura a análise de outras experiências com o Equador, ousa com a teoria marxista. Destaca a Marcha Mundial das Mulheres e trata das jornadas de junho de 2013.

Boa leitura e boa luta!

Joaquim Soriano
Dezembro de 2013

Correção/Errata: na nº zero, pág. 5, consta que a I Plenária Nacional da Democracia Socialista foi realizada em Brasília. A I Plenária foi realizada em São Paulo em dezembro de 2012.

ENTREVISTA

EMIR SADER

POR **JUAREZ GUIMARÃES**

REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2013, NO RIO DE JANEIRO.

JUAREZ GUIMARÃES: A entrevista deste primeiro número da *Revista Democracia Socialista* vale como uma espécie de saudação e homenagem aos seus mais de 50 anos de militância revolucionária. Dialogar criticamente com essa tradição de militância, suas conquistas, seus limites e desafios é muito importante para nós da esquerda brasileira.

Queremos inicialmente falar sobre a continuidade da sua militância em meio a, como você se refere, tantas desistências, afastamentos, renúncias e abandonos, nesse período conturbado da vida do marxismo e da esquerda. Entre a Liga Socialista Independente de Sacchetta e Löwy e sua condição hoje de intelectual orgânico do PT, em quais coletivos, organizações e partidos você militou? Quais foram os principais marcos em sua trajetória?

EMIR SADER: O que era ser esquerda? Qual era o quadro da esquerda no Brasil, quando eu comecei a militância? Havia uma forte e hegemônica presença do PCB articulado com

ENTREVISTA
EMIR SADER

a União Soviética e com o socialismo realmente existente. Havia um único grupo trotskista que era posadista, muito militante, minoritário. E havia a Liga Socialista Independente. O que ela tinha de novo? Falar de socialismo no Brasil, juntar autores como Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo e uma pequena militância. Esse era o quadro político quando comecei a militância.

Até ali, o socialismo era uma coisa longínqua: União Soviética, China. Ainda mais para nós no Brasil, era uma coisa ou pré-histórica tipo Lenin ou asiática tipo Mao. Foi quando estourou a revolução cubana, ainda que inicialmente como uma revolução anti-imperialista e democrática. Foi claramente a revolução da minha geração.

Então, meu primeiro coletivo era muito pequeno. A sede tinha um corredor muito pequeno, na Rua Asdrubal do Nascimento, quase esquina com o começo da Brigadeiro Luis Antonio [em São Paulo], com dois bancos de madeira de cada lado e uma mesinha onde o Sacchetta dirigia as reuniões. O Michael Löwy já estava dando aula lá em São José do Rio Preto, onde Antonio Candido também foi lecionar literatura. Ele vinha nos fins de semana e a gente fazia a reunião. Participavam Renato Caldas, Milton Taccolini (eu nem sei exatamente o que aconteceu com eles), Rubens Glasberg (que agora está envolvido com o tema da internet). Apareceu aí a hipótese de nos juntarmos com um grupo de Minas e um do Rio de Janeiro. Em Minas, era chamado de Mocidade Trabalhista, onde estava o Juarez Guimarães de Brito, a Maria do Carmo, o Guido, Bolívar Lamounier, o Theotonio, a Vânia. Tinha no Rio de Janeiro a Juventude Socialista, onde estava o Eric Sachs, Ruy Mauro Marini e Muniz Bandeira.

O Eric Sachs, segundo Antonio Candido nos contou, quando chegou ao Brasil exilado, nos anos 1940, falou para Antonio Candido que gostaria de fundar uma organização chamada Politik Arbeiter (o nome da Política Operária lá na Alemanha). Foi uma fusão que gerou a POLOP (Organiza-

ção Revolucionária Marxista Política Operária). Sacchetta e alguns outros acharam que era muita conciliação e não participaram. Michael Löwy era a favor da fusão e havia recrutado o Eder Sader, eu e o Renato Pompeu. Ali, em 1961, criávamos um coletivo maior, que era a POLOP. Fizemos um Congresso no Palácio da Uva de Jundiáí. Foi um ano de virada porque se fundou o PCdoB, a primeira dissidência maoista do mundo, e a Ação Popular. Não mudava a hegemonia do PCB, mas entrávamos na década de 1960, que foi a década mais importante internacionalmente do século, em um horizonte muito mais favorável. Participei do coletivo da POLOP no momento prévio ao golpe.

JUAREZ GUIMARÃES: Você tinha entrado na universidade? Você havia começado na Liga Socialista Independente quando era presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES)?

EMIR SADER: Entrei na Universidade em 1963, o Eder entrou dois anos antes. Após o golpe, nós nos aliávamos com o Brizola, com o Grupo dos Onze do Brizola, que era a resistência mais organizada. Tinha um jornal cujo nome não lembro, tinha a rádio Mayrink Veiga.

O primeiro banho de massa relativo e antissectário foi entrarmos nesta dinâmica. O pessoal do Rio, em particular Ruy Mauro Marini, foi muito importante nisso porque a nossa resistência, tal qual uma parte da esquerda em São Paulo pelo menos, criticava a conciliação do Jango e o golpe. A disputa mais imediata era com o PCB, não que fosse exatamente equidistante, mas não havia um apoio crítico ao governo Jango.

JUAREZ GUIMARÃES: Mesmo a posição do Caio Prado Júnior era de certo distanciamento crítico da experiência do governo Jango.

EMIR SADER: Não havia a consciência de um campo crítico, até porque a própria postura em relação ao getulismo não era um acerto de contas histórico correto. O nacionalismo para

ENTREVISTA
EMIR SADER

a gente sempre foi um problema. Como o PCB se engajava nisso e aí era a linha de subordinação à burguesia nacional, a gente tinha um distanciamento em relação ao nacionalismo. Tínhamos a mesma ideia que a esquerda teve em qualquer lugar em que houve golpe: “Olha, vai vir o golpe.” Mas não defendíamos o processo fortemente. Participamos do movimento com o Brizola, que foi importante porque pelo menos era uma linha de massas. O Grupo dos Onze tinha sargentos, marinheiros.

A coisa teoricamente importante foi a elaboração do Programa Socialista para o Brasil. Uma análise do Brasil como capitalista. Todas as teses clássicas da crítica ao PCB se consolidavam no Programa Socialista para o Brasil. A gente fez um Congresso na Praia Grande em que discutimos isso. O Eric Sachs era importante, o Ruy Mauro era importante. Um com conhecimento empírico do Brasil, outro com conhecimento do movimento comunista internacional. Tinha o jornalzinho da POLOP, mas era coisa pequena, sobretudo em relação ao tamanho das coisas que aconteciam no Brasil.

JUAREZ GUIMARÃES: Você permaneceu com essa ligação orgânica com a POLOP até que época?

EMIR SADER: Quando a gente fez o Congresso, pensávamos em captar muito mais gente, mas só veio uma dissidência do PCB do Rio Grande do Sul, onde estava o Flávio Koutzii. Aí fundamos o POC (Partido Operário Comunista). Isso deve ter sido em 1966, por aí. Era uma continuação e, depois, houve uma divisão por divergências em relação à luta armada. Nós não éramos foquistas, mas fazíamos ações. Depois, uma parte das pessoas, entre elas o Eder, voltou a usar o nome POLOP. Digamos que a gente deixou de falar POLOP uma época, surgiu o POC, continuei no POC e eles retomaram o nome POLOP. Houve uns anos em que continuávamos juntos, mas com uma forte luta. O Eric Sachs tinha uma crítica, uma série de artigos de crítica ao foquismo, mas era uma visão bem clássica de partido de massas.

Era um dilema muito difícil! Porque não há argumento contra uma revolução vitoriosa. E a Revolução Cubana teve muito mais influência na América Latina do que a Revolução Soviética na Europa. Porque a Alemanha era brutalmente diferente, todos os países da Europa eram diferentes da Rússia, ainda mais com a divisão da social-democracia e tudo o mais que ocorreu. A Revolução Cubana pegava a América Latina em crise, uma crise econômica, esgotamento de ciclos econômicos, ditaduras militares. Parecia uma resposta correta e, mais ainda, com o impacto da vitória: as conquistas, a reforma agrária, a alfabetização, a Casa das Américas. Aqui era a burguesia aliando-se com a ditadura, o fim do ciclo do crescimento, aquilo era uma contraposição.

Veio, então, o livro do Debray, *Revolução na revolução*. Aquele capacidade polêmica dos franceses com estilo arrebatador. Se eu me lembro, começa assim: “A história avança mascarada, nunca somos contemporâneos do nosso presente.” E analisava todas as experiências revolucionárias: insurreição, autodefesa armada. Destruía todas e dava aquele equacionamento muito esquemático da Revolução Cubana. Não é de todo falso, mas é aquela ideia de que o pequeno motor dos doze, de Sierra Maestra, foi o grande motor da revolução. O movimento de 26 de julho estava enraizado, tinha uma história anterior. Mas tinha essa ideia e certamente o projeto com que o Che se engajava na Bolívia era um projeto foquista: o pequeno núcleo que ia acionar o grande movimento popular. Após o golpe de 1964, que resultou no esgotamento do reformismo do PCB, o sindicalismo era tão ligado ao Estado que desapareceu (era o fator fundamental da hegemonia do PCB) e aí ficou em aberto aquela discussão sobre o que se fazer. Partido, não partido, partido da luta armada, o PCBR por um lado, a gente se somando um pouco a isso, até que Mari Ghella foi para Cuba, para a OLAS. E a OLAS defendia aquela frase do Che: “O dever de todo revolucionário é fazer revolução.” Quando voltou, Mari Ghella soltou um texto: “Quem

ENTREVISTA
EMIR SADER

samba fica e quem não samba vai embora.” Sambar era atirar. E obviamente significava interromper aquela discussão interminável do PCB para enfim fazer a revolução. Era uma geração nova que não tinha muito mais experiência. Tentador tudo aquilo, ainda mais com a imagem do Che por trás. Era um argumento de uma força avassaladora que não dava para resistir, não é? Então a ALN, o PCBR e um setor da POLOP, no qual estava a Dilma, foram para a luta armada. Para a luta armada foquista porque era um apelo muito forte.

JUAREZ GUIMARÃES: E como você se situou então?

EMIR SADER: O POC tinha a ideia de partido de massa. Logo depois do golpe, tentamos fazer um foco. É o que a gente chama de foco propagandístico, era para se instalar num lugar, provavelmente em Goiás, e fazer propaganda. Também fazia algumas ações armadas, mas não era para desatar um processo militar, até porque tinham sobrado apenas alguns militares vinculados ao Brizola, que havia se afastado. E, com o Cabo Anselmo no meio ou não, acabou caindo logo esse esquema. Era o que havia de mobilização de marinheiros e sargentos. O Ruy Mauro, encarregado do esquema militar, foi preso e torturado no Cenimar (Centro de Informações da Marinha). O Ruy Mauro não era apenas um intelectual engajado, era um dirigente e intelectual ao mesmo tempo, como eram tradicionalmente os militantes marxistas. Militou na POLOP e depois no MIR chileno como intelectual e militante. Foi dirigente revolucionário.

Depois, a posição era ter um partido com trabalho de massa e com luta armada, sem ter a definição de qual era a estratégia militar. Visualizava que o campo não era o lugar decisivo socialmente. Mas, se fosse fazer luta armada, só podia ter uma frente militar no campo. Na cidade, seria golpeada facilmente. Mas não chegamos a esse nível. E os outros tinham a estratégia do campo, mas estava dando tão certo o trabalho na cidade, que não se deslocavam para o campo. Faziam algum treinamento no Vale da Ribeira, mas foram

espetaculares o sequestro do embaixador americano, o sequestro dos aviões, os assaltos a banco.

JUAREZ GUIMARÃES: Só pra entender, então, Emir. O Eder Sader ficou na POLOP mesmo, com a estratégia clássica, operária, insurrecional. E você foi um pouco mais na linha mesmo que está caracterizando.

EMIR SADER: Sim, de articular o trabalho político de massas, o trabalho partidário e a luta armada.

JUAREZ GUIMARÃES: E você ficou no Brasil até quando? Nessa época, você defendeu sua tese não foi?

EMIR SADER: Fiquei até 1969. Eu me lembro que defendi a tese – *Estado e política em Marx*, que será reeditada este ano pela Boitempo – com a faculdade tomada para dar apoio à greve de Osasco. A gente arrombou a porta para defender a tese. Isso foi em junho de 1968, eu acho. A banca era o Rui Fausto, o Gianotti e o Bento Prado. Mas era impressionante, a gente naquela época militava, dava aula e fazia tese. O melhor trabalho que eu fiz foi aquele, não tinha licença, não tinha nada, a gente fazia daquele jeito, no heroísmo.

JUAREZ GUIMARÃES: Aquela tese já refletia certa interlocução com algumas elaborações que estavam acontecendo no marxismo europeu.

EMIR SADER: Eu participei da segunda geração do Seminário do Capital, em que estavam, entre outros, o Roberto Schwarz e o Rui Fausto, que eram quem lia também em alemão. Estava a Marilena Chauí e o Weffort, que também foi importante. Para fazer a tese, estudei alemão. Naquela época, o curso de filosofia era muito rigoroso. Só sete pessoas entraram no curso no vestibular, até porque tinha prova oral com o Gianotti. Você imagina ser entrevistado pelo Gianotti.

Eu lembro que no meu mestrado ele falou: “A sua tese tem três tipos de afirmação. Umas que são óbvias, outras que eu não entendo e outras que eu estou totalmente em oposição.” Ele tinha sido meu professor de filosofia no Clássico, colégio noturno na Vila Mariana. Eu ia na casa dele, ele me dava li-

ENTREVISTA
EMIR SADER

vros para ler, a começar por *Paideia*. Mas ele foi contra a tese. Naquela época, era assim: estudei um ano de alemão no Instituto Goethe, depois um ano de professora particular de alemão para ler Marx no original. Lembro que o curso de filosofia era muito duro. Isso está no livro do Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar*. Era tão ligado à França que ele usou a expressão ultramar. Os dois primeiros alunos sempre terminavam o mestrado e iam fazer doutorado na França. No ano anterior a mim, foram o Quartim de Moraes e a Marilena Chauí. Eu fui no ano seguinte.

JUAREZ GUIMARÃES: Quer dizer, essa sua tese já reflete o Seminário do Capital e sua estadia na França?

EMIR SADER: Não, foi depois. Fiz o mestrado e fui. Eu me comunicava com o Poulantzas, fazendo mestrado. Mas só fui em 1968 para lá.

JUAREZ GUIMARÃES: Por que esse trabalho já revela certo diálogo com as coisas que o Poulantzas andava discutindo.

EMIR SADER: Sim, com a fase mais gramsciana dele. Eu me lembro que discuti a tese com o Rui Fausto e ele falou: “Faz Proudhon.” E eu pensei: “Ah, Proudhon...” Porque o Marx é um pouco aventureiro, tem muita coisa já escrita. Mas acho que foi um bom trabalho. Então, é um acúmulo de coisas. O Debray é que tem um livro muito bonito, *Os encontros marcados*. Ele marcou o encontro com a revolução e ela faltou. O Debray veio à Bolívia, um amigo dele foi à Venezuela e depois escreveu: “Um dia vamos dar graças a Deus de fazer 20 anos na década de 1960.” Era um momento importante, que cruzava tudo. A Revolução Cubana quebrava com a hegemonia do PCB, colocava a tese do socialismo, colocava a tese da expansão da revolução, internacionalismo. A Revolução Argelina, bem ou mal, teve importância na França, até porque toda a velha esquerda francesa não estava lutando pelos argelinos. Quem estava era a esquerda revolucionária, o Sartre. Depois, com o Vietnã, país pequeno. Parecia, naquela década, que era possível assaltar o céu. O sentimento que a gente

tinha era de que o comunista, na geração de quando eu estava começando na militância, era o velho pai de algum amigo. Mas que era uma minoria e então a gente ia passar a ser maioria porque havia um consenso, os fatos históricos... O Pierre Frank, que tinha sido secretário do Trotski, dirigente da IV Internacional, falava da dureza de cruzar o deserto, e que isso tinha passado. Mandel também falava isso. Aquele negócio de cruzar o túnel. Você não pode dizer que está prendendo a respiração se não você se afoga. Aquelas descrições tremendas, de fascismo, stalinismo...

JUAREZ GUIMARÃES: Você fala muito no livro desse sentimento, de ser revolucionário na década de 1960.

EMIR SADER: Havia o Sartre, os Beatles, o John Lennon, os músicos brasileiros, parecia que havia um consenso novo se construindo. Ir para a Europa também foi essencial. Cheguei em 1968, no segundo semestre, não peguei maio, mas todo o impulso revolucionário estava lá.

JUAREZ GUIMARÃES: Nesse período, você chegou a trabalhar com o Poulantzas?

EMIR SADER: Eu me comuniquei com ele, ainda antes de ele publicar o livro. Quando cheguei lá, saiu o livro. Cheguei em Vincennes, na faculdade Paris VIII, que foi criada como concessão ao longo de 1968. Cheguei e fiquei de assistente dele, dava o seminário do curso dele. Depois, passei o meu lugar para o Michael Löwy. Fui sempre assistente dele. Era um cara grego, mas submetido a um processo de tensão muito forte, aquela competição francesa, aquela coisa toda. Depois posso voltar a falar do Poulantzas, mas era um clima extraordinário...

JUAREZ GUIMARÃES: Nesse período na França, você estava só ou ligado a algum coletivo? Quais eram suas referências de militância nessa época?

EMIR SADER: Na primeira vez, em 1968/1969, fui legalmente estudar, com bolsa. Era ligado ao Brasil, mas participava das reuniões da Juventude Comunista Revolucionária, com

ENTREVISTA
EMIR SADER

Bensaïd, outros e, claro, o Mandel. Às vezes, ele vinha para Paris clandestinamente. Ele estava proibido de vir a Paris depois de maio de 1968. Houve uma grande manifestação no centenário da Comuna e ele surpreendentemente apareceu com uma capa de gabardine e falou para a massa. Minha simpatia era com Mandel e Bensaïd. O Bensaïd tinha uma capacidade de articulação teórica, política, que era nova na época, sobretudo um dirigente que tinha a capacidade de liderança de massa. Aquilo parecia uma coisa que vinha de fato para ficar. Conheci a Alemanha, a Inglaterra. O Perry Anderson tinha vindo para o Brasil em 1965. Eles tinham acabado de tomar a direção da *New Left Review*. A gente ficou muito amigo desde aquela época.

JUAREZ GUIMARÃES: Não sabia que seu diálogo com Perry Anderson datava da década de 1960.

EMIR SADER: Sim, 1965. Eles eram jovens ainda, tinham acabado de ganhar a direção da *New Left*. Soltamos a revista aqui. Editamos a *Teoria e Prática*. Tenho os três números aqui. Contribuíam Rui Fausto, Sergio Ferro, eu, Boal. Saíram três números, mas era a ideia de que tinha que ter uma revista, e a referência era a *New Left*. Então, ir para a Europa naquela época era interessante, havia o Livio Maitan na Itália, o movimento da Alemanha. Particpei de um Congresso da IV, na Itália, em junho de 1969. Na Itália, estava no auge a polêmica com os norte-americanos. Havia alguns temas diferentes, como China. Havia alguns simpáticos e outros hostis. Marco Aurélio Garcia estava lá e também estava influenciado pelo trotskismo.

JUAREZ GUIMARÃES: Depois desse período você foi para o Chile?

EMIR SADER: Não. Na Europa, era importante, por um lado, a questão do PCB, polêmica com a União Soviética, e, por outro lado, a polêmica com o maoísmo, que era muito forte. E a avassaladora revolução cultural. A versão que eles davam da revolução cultural era maravilhosa. Charles Bettelheim, Sa-

mir Amin. Era a versão de uma revolução antiburocrática, de base, num país daquele tamanho. Era a crítica da divisão do trabalho, que se fragmentava, da alienação da tecnocracia. Era duríssima a crítica à burocracia de Cuba. União Soviética não vou nem falar. Depois foi pior ainda. Na década de 1970, Cuba era criticada como braço armado do império soviético na África. A maior parte dessa intelectualidade maoista, que era de um brilho extraordinário, depois foi para a direita.

Eu estava na França quando houve o sequestro do embaixador e o AI-5. Voltei para o Brasil e a situação estava bem mais dura. Voltei, retomei o trabalho na USP, dei aula dois semestres. Veio uma repressão forte sobre o POC, lá para julho, agosto, setembro. Aí já estávamos na clandestinidade. Era construir aparelho e cair. Então decidimos sair, fazer um grande seminário em Paris e voltar.

Eu saí por terra, Porto Alegre, Montevideu, Buenos Aires. Quem me recebeu lá foi o Paulo Renato, no aeroporto. Fiquei na casa do Ruy Mauro. Aí comecei a conhecer o MIR, mas a ideia era conseguir documento e ir para Paris. Consegui, fui para Paris e fizemos um seminário famoso (para nós). Estava o Flávio Koutzii, Paulo Paranaguá, Neneca, eu, Luis Eduardo Merlino, a Ângela. Fizemos um projeto de volta, mas aí já estávamos clandestinos. Retomei o curso com o Poulantzas, mas o projeto era voltar para o Brasil. Aí nós viemos para o Chile para entrar no Brasil. No primeiro semestre de 1971, a derrota já era clara. Era o começo de consolidação da ditadura. O primeiro grupo que entrou era legal, havia o Luis Eduardo Merlino (que foi jornalista). Esse grupo chegou e caiu. Não sei se estavam infiltrados, controlados. Acabou ali a chance de retornar ao Brasil. Dei-me conta de que ia ter um exílio prolongado, na semana seguinte entrei no MIR chileno e me desliguei do Brasil.

JUAREZ GUIMARÃES: No livro *A nova toupeira* (Boitempo, 2009), você faz um balanço crítico do MIR, do programa maximalista do MIR, da estratégia maximalista, de sua relação de

ENTREVISTA
EMIR SADER

uma certa externalidade com a própria Unidade Popular, de Salvador Allende. Você poderia sintetizar para os nossos leitores? Porque penso que as suas posições atuais de algum modo refletem o amadurecimento de experiências vividas. Acho muito importante essa sua reflexão sobre o período.

EMIR SADER: Acho que são erros parecidos com os da POLOP. Primeiro, no que diz respeito a que atitude tomar em relação ao Jango e à Unidade Popular. Teria que defender aquele governo e, nesse marco, fazer críticas. Mas uma defesa de muita tensão, muita crítica também, buscando aprofundar o processo. Participava muito ativamente do movimento, as tomadas de terras no Sul, que agudizavam os conflitos também. Fidel dizia: “Não pressionem muito Salvador Allende, vai chegar a época de vocês.” Mas acho que teve isso: não ter consciência de que o golpe era a derrota de todo mundo e não só da linha reformista. Teria que ter defendido a democracia de qualquer maneira, porque ela é o campo de acumulação da esquerda. Tanto assim que, logo depois do golpe, o MIR se jogou com tudo. O Miguel Henriquez, dirigente do MIR, falava: “Ou a gente os derruba em dois anos ou eles ficam vinte anos no poder.” Não havia uma avaliação de uma correlação de forças desfavorável, um refluxo, com prioridade em nos organizar.

E tinha também a questão do socialismo. A conjuntura internacional era muito difícil. Lembro que eu estava no CEBRAP fazendo uma pesquisa com Weffort sobre as greves operárias, quando chegou o Antônio de Barros Castro e falou: “Pois é, a Unidade Popular, a esquerda socialista, vai ganhar no Chile.” O ano era 1970, no Brasil, um golpe militar, como é possível? E, de fato, foi uma vitória até estranha, porque apenas 35% dos votos estavam com o programa socialista. Ninguém se atrevia a falar: “Não dá para fazer socialismo porque não tem correlação de forças.” Agora, muita gente faz o balanço de que o erro foi não ter dado um passo atrás...

JUAREZ GUIMARÃES: Em seu livro, você anuncia um pouco essa reflexão, de que o programa era avançado demais, muito além das possibilidades de legitimidade democrática acumulada.

EMIR SADER: A gente, na época, achava um programa reformista.

JUAREZ GUIMARÃES: Lendo aquele programa da Unidade Popular, fiquei impressionadíssimo. Fui estudar o Chile em 1988. Fiquei muito impressionado com o fato de aquele programa ser muito mais avançado do que os nossos do PT, mesmo o de 1989.

EMIR SADER: O objetivo era nacionalizar as 150 maiores corporações da economia. Desapropriava a burguesia. Aquele discussão, 150 é muito, quem sabe 80. O MIR tinha um lema assim: “Socialismo não é uma fazenda para o povo. São todas para o povo.” Era um programa muito avançado. Nisso o MIR, com razão, criticava o Allende. “Nacionalizou o cobre, se agacha que vem porrada.” Porque ele conseguiu um caminho muito inteligente, que era fazer o cálculo de quanto as corporações do cobre multinacionais ganharam acima da média internacional. Eles tiveram um sobrelucro. Fazendo o cálculo, observou-se que a indenização que deveria ser paga já havia sido ganha pelas corporações multinacionais. Então zerava. E foi bem-feito, a direita votou em nacionalizar o cobre. O Eduardo Frei, o presidente anterior, tinha começado a nacionalização, mas era uma estratégia de comprar ações. Não era só o cobre, também nacionalizaram outras empresas. A gente sabe que, em 1970, houve a famosa reunião do diretor do jornal *El Mercurio* com o Nixon e com o Kissinger. E o Kissinger dizia aquela famosa frase: “Temos que salvar o Chile da loucura dos chilenos.” A Unidade Popular, já na vitória eleitoral, precisava do apoio da Democracia Cristã para ter maioria no Congresso, porque tinham apenas a maioria simples, não tinham nem 50%. E tinha o compromisso de não alterar as promoções das Forças Armadas, uma série de coisas. Mas, se não fizesse aquilo, não ia nem tomar posse.

ENTREVISTA
EMIR SADER

No começo, o MIR acionou um esquema militar em defesa do Allende. Foi quem descobriu a conspiração que matou em um atentado o comandante em chefe das Forças Armadas, que tinha sido escolhido pela Democracia Cristã, e queriam culpar o MIR. O próprio MIR descobriu que era a extrema direita. Nesse momento, inclusive o Pinochet fala nas memórias: “Puxa, achamos que iam nos decapitar a todos.” Mas já estavam tendo compromisso com a Democracia Cristã. Ela dizia muito claramente: “A gente pode recuar, recuar, mas a nossa Moscou são as Forças Armadas.” Quer dizer, não vamos ceder. Então as Forças Armadas só permitiam fazer a ascensão gradual, não podia decapitar uma geração. Como, por exemplo, o Evo Morales fez. Ele aproveitou aquele episódio dos foguetes chineses que os chefes militares levaram para os EUA e decapitou várias gerações. Em todo caso, o MIR teve esses dois erros: um em relação à atitude com a Unidade Popular e o segundo também em relação ao socialismo. Ele não tinha uma visão do socialismo como processo de construção, mas uma ideia basicamente de ruptura, que permitiria, por exemplo, desapropriar tudo o que quisesse. E aí também significava não ter aliança com as classes médias, era a aliança operário-camponesa. Era difícil porque a Democracia Cristã era um partido muito forte na classe média. Mas tinha que ter uma disputa.

JUAREZ GUIMARÃES: E dar mais tempo nesse entendimento processual da revolução.

EMIR SADER: O MIR nunca foi foquista, mas o que fazer? As Forças Armadas estavam ali, insurreição? Nunca teve claro isso, era organizar contingentes armados no Sul, mas também isso não estava claro. E o Chile também só teve o governo do Peru como aliado. O Peru e Cuba. O resto era inimigo mesmo.

Eu acho que, para a esquerda brasileira, foi uma boa experiência, até porque era uma experiência de massa que a gente nunca tinha tido no Brasil. E de maneira mais análo-

ga: quem era socialista era socialista, quem era comunista era comunista, quem era revolucionário estava no MIR. O trotskismo era muito pequeno. E uma parte do trotskismo estava no MIR também. Era a confluência revolucionária. O MIR tinha uma direção extraordinária, uma comissão política formidável.

JUAREZ GUIMARÃES: Então, depois do Chile, começa um novo período de exílio. Para acompanhar sua trajetória, quantos anos você tinha?

EMIR SADER: Nasci em 1943. Em 1973, eu tinha 30 anos.

JUAREZ GUIMARÃES: Trinta anos e começando um novo exílio. De 1973 até o nascimento do PT, você estava onde?

EMIR SADER: Eu e o Ruy Mauro Maurini fomos dirigir o trabalho exterior do MIR. Queríamos ficar no Chile, mas a direção achou que seria muito difícil acobertar estrangeiros. Ruy Mauro foi, então, para a Alemanha e eu fui para a Argentina. Primeiro, passei pela Itália. Tinha uma campanha enorme a favor do Chile, a luta continua, armas para o MIR, arrecadaram uma enorme quantidade de recursos. Organizei um pouco essas coisas e fui para a Argentina organizar o trabalho na América Latina. Foi a primeira vez que fui a Cuba, era a reunião da esquerda chilena com o Fidel. Foi também a primeira vez que estive com Fidel, em 1973. Estava a filha do Allende, a Beatriz. A gente fez longas discussões com o Fidel. Ali foi a primeira vez, foi muito emocionante. Fidel tinha estado no Chile, eu já o tinha visto, mas era diferente estar com ele, discutir.

Depois estive um tempo na Argentina, onde a tarefa era organizar o trabalho de solidariedade diretamente para o Chile. E também, como Cuba começou a se identificar mais com os partidos comunistas relativamente, fundamos uma junta de coordenação revolucionária. Pegava uma frase do Che que dizia: “Seria bom se o revolucionário se organizasse numa coordenação revolucionária.” Ali estava o ERP, estava o MIR, os Tupamaros e o ELN da Bolívia. A

ENTREVISTA
EMIR SADER

gente fundou uma JCR que coordenava o trabalho, fazia quadro de formação e ações conjuntas.

Os Tupamaros tinham estado no Chile. Lá também tinha estado a geração que depois dirigiu o sandinismo. Antes do golpe de 1973. Eu estava viajando quando veio o golpe na Argentina. Caiu o Edgardo Henriques e a minha companheira que estava com ele, a Maria Regina. Aí não deu para voltar. Fiquei um ano na Itália, depois fui para Cuba. Isso foi de 1976 para frente. Uma vez, viajei com o Cortázar de Cuba para Nicarágua, só que tinha que descer na Costa Rica e ir por terra. Na Costa Rica, me chamaram para um contato e era com o Humberto Ortega. Daquele jeito dele, com o braço torto que tinha, o único cara clandestino na Costa Rica. Ele disse que iam fazer uma ofensiva sobre o palácio presidencial de Somoza e precisavam de um piloto. Era julho de 1977. Dois anos depois, vejo Humberto Ortega entrar em Manágua como comandante em chefe do Exército sandinista.

JUAREZ GUIMARÃES: A Revolução Sandinista foi a revolução da minha geração...

EMIR SADER: Eles fizeram antes duas ofensivas. Fracassaram militarmente, mas foi um sucesso político. As outras correntes de esquerda também se subordinaram a eles, porque eles eram mais militaristas. A gente achava que não ia dar. Olhava para cima e dizia: “Os EUA vão intervir.” E, de repente, Fidel falou: “A conjuntura não vai permitir, a derrota do Vietnã, Watergate.” Os governos da Venezuela e do México apoiavam e diziam que dava para ganhar. Eu tinha tido golpe no Brasil, golpe no Chile e golpe na Argentina. Quer dizer, três a zero. Nicarágua era a revanche, depois virou gol contra.

JUAREZ GUIMARÃES: Então, nesse período, ocorre a conquista da anistia, mesmo parcial. Você retorna para o Brasil?

EMIR SADER: Saí da Nicarágua aturdido, me disseram que havia anistia no Brasil. A gente circulava pela colônia brasileira e a última coisa importante que havíamos presenciado de importante era o golpe no Chile. O resto tudo era retros-

pectiva. Porque o cara do Chile estava na Bélgica; mesmo que estivesse em Paris, já não era aquela Paris de antes, então a última vivência importante era aquela.

Depois, uma diáspora. Quando se estava no Chile, era parecido com o Brasil, as mesmas referências ideológicas e políticas. Depois, a diáspora: países inóspitos, uma esquerda que começava a renegar os próprios líderes que nós tínhamos promovido. Começou a surgir a nova direita na França. As organizações brasileiras desapareceram. Era uma crise de identidade: já não tinha mais Brasil, América Latina, as organizações desapareceram, e muitas das relações entre casais não sobreviviam. Era uma crise de identidade...

JUAREZ GUIMARÃES: Você fala dessa experiência utilizando a expressão “desexílio”, o não retorno. Como foi esse retorno?

EMIR SADER: Primeiro fui para Paris. Não tinha mais documento algum, mas havia dois brasileiros que certificaram o meu nome na Embaixada. O embaixador me chamou para saber se era eu mesmo. Aí obtive o passaporte, mas não quis voltar naquela época, com esses avanços todos na região centro-americana. Julgava que tinha um impulso revolucionário naquela região muito forte. Mas não quis voltar de imediato, não. Olhava aquelas manchetes que revelavam uma crise de identidade da esquerda brasileira.

Quem foi para a Europa sofreu um impacto revolucionário minoritário, um impacto antiesquerdista muito forte. Uma forte campanha anti-União Soviética, parecia que a União Soviética estava na fronteira para invadir a Europa. Foucault fazia entrevistas coletivas com a secretária de Estado norte-americana, Jeanne Kirpatrick. E com a teoria do totalitarismo. A União Soviética era o inimigo principal. Então, desculpava os Estados Unidos e tudo. Os caras falavam que Cuba era o braço armado do imperialismo soviético na África. Mas os cubanos estavam travando o exército branco da África do Sul que ia invadir Angola. Aconteceu um desencontro muito forte entre os que ficaram na América La-

ENTREVISTA
EMIR SADER

tina e uma parte importante de quem foi para a Europa.

JUAREZ GUIMARÃES: Depois podíamos retomar essa conversa sobre a sua trajetória e a do Eder, começando juntos e seguindo percursos muito distintos. Para nossa geração, foi muito importante o debate do Eder Sader com o Ernesto Martins, na revista *Brasil Socialista*, sobre a importância da luta democrática na luta contra a ditadura. O debate no interior da POLOP sobre a importância da luta das lideranças democráticas que ocorreu em meados dos anos 1970.

EMIR SADER: Era isso mesmo. Porque neste momento havia Hannah Arendt, Claude Lefort, Castoriadis, que eles assimilaram bastante. E também em parte Foucault, embora o Foucault fosse claramente de outro universo. Mas passava uma linha teórica forte de diferença.

JUAREZ GUIMARÃES: Esse desencontro, esse novo retorno, essa situação de estranhamento fez com que você observasse mais de longe o nascimento do PT. Isso se dá mais ou menos nessa conjuntura. Como você via aquilo?

EMIR SADER: Talvez. Para você ver que enquanto eles viviam na Europa, criticando a União Soviética e tudo, nós na América Latina estávamos vivendo Cuba, Nicarágua e as guerrilhas guatemalteca e salvadorenha. Era um desencontro. Para eles, provavelmente, Portugal foi muito mais importante do que a Nicarágua, certamente mais que a experiência guatemalteca.

Deixa eu pensar sobre o PT. Eu resolvi não voltar. Não me lembro bem como foi a fundação do PT. Acho que quem mais teve contato comigo foram o Eduardo Greenhalgh e o Frei Betto, ainda antes de eu voltar.

Eu vim passar dois ou três meses aqui no Brasil no fim de 1982. Vinha desconfiado, pensando que ia chegar e ficar muito isolado. Luis Eduardo Greenhalgh tinha um papel importante na esquerda da América Latina daquela época. O Frei Betto também. Fiquei um ano indo e voltando e só no fim de 1983 voltei definitivamente.

Essa coisa do desexílio é verdade. É claro que quando você olha para trás, embora fossem treze anos, parece ser um período menor, mesmo tendo acontecido um milhão de coisas. Mas é verdade que você não volta a estar no país que era antes. O país mudou, as perdas, as transformações da cidade. São Paulo era muito pesado para mim porque as perdas todas eram lá, a minha companheira que tinha caído, eu tinha vivido com ela em São Paulo, perdas familiares, coisas assim. O desexílio é um processo que no fundo não acaba nunca até porque você estabeleceu laços muito fortes com muitas pessoas e muitos países. Estive no Chile na semana passada. Reencontrei a mulher do Miguel Henriquez, que tem um filho dele que foi candidato à Presidência da República, que eu não via fazia trinta anos. A mulher do Pascal, que tinha visto em Cuba há vinte anos. Então existem vínculos da sua vida que ficaram fragmentados, não serão recompostos nunca mais. Eu vivi em São Paulo, Paris, Santiago, Roma, Havana e Rio.

JUAREZ GUIMARÃES: Poderíamos dizer que esse momento que você está vivendo, que você identifica no livro como o novo momento histórico da América Latina, principalmente a sua inserção como intelectual e como militante, é uma forma de chegar ao Brasil, de se reinserir plenamente no país.

EMIR SADER: É e não é. Porque coincidiu com eu ir dirigir a Clacso (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais).

JUAREZ GUIMARÃES: Digo isso porque você se tornou um cidadão brasileiro muito reconhecido. A conquista de uma reinserção na esquerda, de um espaço, de uma identidade pública, de uma ampla interlocução e de um momento em que você também, no livro, faz a recuperação de uma memória vivida.

EMIR SADER: Não pensei nessas coisas, porque nunca pensei em fazer uma biografia. Mas, na volta, é claro que a definição era o PT, disso eu não tinha a menor dúvida. Voltei no fim de 1983. E me identificava já com o PT. Um dia, estou com o Caio Graco na Brasiliense e ele diz: “Assina uma ficha do PT.” Assinei, mas não foi naquele mo-

ENTREVISTA
EMIR SADER

mento, politicamente eu já tinha decidido a entrar no PT. Eu trabalhava com o Luis Eduardo Greenhalgh, na área de política internacional. Por indicação do meu tio, Aziz Simão, da USP, tinha abandonado o trabalho profissional. A Faculdade de Filosofia da USP deu o cargo de volta para os que tínhamos sido condenados pela ditadura e reconheceu o tempo de serviço. Busquei o meu processo, eu tinha sido condenado a quatro anos e meio de prisão, levei os documentos e assumi meu cargo de novo na faculdade. Foi uma coisa legal a faculdade dar de volta o cargo e reconhecer o tempo de trabalho, 13, 15 anos. Retomei a USP e esse foi um enraizamento mais forte profissional.

Durante muito tempo, dei o curso de Marx e Engel Marx, basicamente. Isso foi importante porque até hoje encontro muita gente que leu Marx ali. Ainda naquele começo do curso de ciências sociais, terceiro semestre, eu dei Marx. Tinha um gosto bom, ser útil assim. E dava aula na Pós-graduação sobre a América Latina. Mais adiante, acabei sendo eleito para a Clacso. Já tinha sido presidente da Alas (Associação Latino-americana de Sociologia). Então, não é que eu tenha me distanciado do Brasil, mas existe uma dualidade também de se viver meio em Buenos Aires e meio no Rio. Mas é claro que meu sentimento é muito fortemente brasileiro. E acho que foi através do Lula, da campanha do Lula, que de fato o enraizamento brasileiro foi forte. Uma identificação. Mesmo com toda crítica que todos nós tivemos ao governo Lula. E é uma felicidade.

Eu me lembro de que, quando surgiu Gorbachev, comentando com Perry Anderson, eu falava: “Que bom, o marxismo estava precisando de uma renovação. Parecia que não ia ter.” Estava pregando alguma esperança, que poderia ser o Gorbachev. Por um momento, parecia que podia ser. Democratizar aquele sistema, a abertura, estava tão desesperado com a derrota, com o fechamento das coisas.

Na década de 1990, a história estava fechada. Parecia estar congelada. Então, a vitória de Lula nas eleições foi uma con-

quista coletiva, uma felicidade. Acompanhei muito o processo boliviano, você começar a ver a campanha eleitoral, estar lá na vitória. Isso é um reencontro nosso... Acho que a felicidade de estar na Avenida Paulista na vitória do Lula é emocionante. Encontrar todo mundo, é muita história.

JUAREZ GUIMARÃES: Lembro-me da Avenida Paulista no dia de celebração da vitória de Lula: chuva de bandeiras vermelhas até no Mc Donald's!

EMIR SADER: Acho que não chovia, mas parecia estar chovendo, os prédios... Valeu a pena. Ali, fechou-se uma etapa da nossa vida e abriu-se outra. A década de 1990 foi de lascar, parecia que não acabava. Porque a gente tinha feito o seminário em 1993, chamado "Pós-neoliberalismo", depois publicado em livro. A ideia era que o Brasil ia saltar o neoliberalismo, as condições estariam dadas. Era a ideia de pular etapas.

JUAREZ GUIMARÃES: Foi um livro importantíssimo para nós.

EMIR SADER: Veio aquele texto do Perry Anderson em que faz aquele balanço arrasador sobre as vitórias do neoliberalismo. Nunca nenhum modelo foi tão universal, tão global. Aqueles foram momentos duros, porque depois de 1989 vem o Collor, fracassa o Collor, caras pintadas. Havia dois temas em 1994: um era o da ética na política, que o Bisol personificava; e o outro eram as caravanas do Lula, que era a questão social. Estava tudo montadinho para ganhar. A questão do neoliberalismo, crise fiscal do Estado. Eu me lembro que o Aloisio Mercadante, cotado para ser o ministro da Economia, falava: "Quando a gente ganhar, a gente abre a caixa-preta da dívida e resolve." Parecia que era uma coisa menor, não era o Estado falido. Essa derrota foi dura porque estávamos com expectativas de ganhar, e a década foi arrasadora.

JUAREZ GUIMARÃES: Vamos, então, entrar no segundo bloco da entrevista que é sobre o marxismo. Você editou a sua tese

ENTREVISTA
EMIR SADER

sobre Estado e política em Marx um tempo depois. Em 1975, se não me engano.

EMIR SADER: Editei pela primeira vez já na década de 1980. Quando voltei para o Brasil, a Heloisa Fernandes, filha do Florestan, usava uma cópia encadernada no curso. Foi a primeira tese sobre Marx da USP.

JUAREZ GUIMARÃES: E quem é esse primeiro Emir, marxista autoral? No prefácio da edição, você inclusive diz que não sentiu necessidade de fazer grandes mudanças no texto original.

EMIR SADER: Ser marxista naquela época era ler o *Manifesto*, *A ideologia alemã*, *O Dezoito Brumário* e depois entrar no Seminário do Capital. Naquela época, não tinha nem *O capital*, a gente lia *Salário, preço e lucro* e *Trabalho assalariado e capital* como textos de economia marxista. Depois, no Seminário do Capital, a gente usava a edição do Fundo Cultura Econômica, alguns o liam em alemão. Era a cada quinze dias na casa de alguém. Havia um perfil de autores marxistas que líamos, Goldman, Henri Lefebvre, todos antistalinistas. E depois o Mandel, nos textos econômicos. Era muito a ideia de retomar o Marx. Aquela frase do Henri Lefebvre que a gente sempre citava. Lefebvre dizia que, para os soviéticos, “a verdade era o caminho mais curto entre duas citações”.

Do Trotski, eu me lembro do encantamento quando li os textos sobre a Alemanha, e foi fundamental ter lido Isaac Deutscher. Isso é uma coisa que a gente deve ao Carlos Nelson e ao Leandro Konder de terem publicado no Brasil. Naquela época, o Deutscher era aquele furacão. Isso era inesquecível na vida de qualquer pessoa que lembra da leitura daquele livro. E, em seguida, a *História da Revolução Russa*, do Trotski. No fundo, essas duas coisas são uma leitura só, e são para sempre, ficam na vida da gente... Por isso, o livro do Leonardo Padura é importante. Vai sair pela Boitempo. Um cubano que fazia policiais históricos resolveu fazer um livro sobre a morte do Trotski que tem três vertentes: tem o Trotski no exílio, que é aquela coisa sofrida. Tem o Ramón

Mercader, militante comunista da Revolução Espanhola, recrutado pela mãe e que vai para Moscou ser preparado para fazer missões especiais. E depois todo o trabalho dele de infiltração. E tem o Ramón Mercader, que você sabe que morreu em Cuba, e que no livro está em Havana, na praia de Santa Maria del Mar. Aproxima-se de um cubano, que é o autor do livro, e fala: “Eu vou te contar uma história.” Isso já é meio fabulação dele, e começa a contar a história dele, sem dizer quem é ele. E é um acerto de contas com a sovietação de Cuba. Porque o cara fala: “Trotski? Como Trotski? Não era o que me disseram.” E então o cara vai procurar. Fala: “Deutscher, nunca ouvi falar.” E vai procurar Deutscher. E depois tem o final triste que conhecemos. O livro se chama *O homem que amava os cachorros*.

Hegel fala que há personagens cuja biografia é uma história privada, e outros que são personagens cósmicos, que estão no olho do furacão. Então, se você faz a biografia dele, faz a biografia da época. O Deutscher biografa o Trotski e, com ele, todo o drama da Revolução Russa, a ascensão e a crise. Porque nem a biografia do Che foi a biografia da luta armada da América Latina nos anos 1960. Como a vida dele é fascinante, o cara se deixa levar pela aventura pessoal dele.

Depois chego na França, em 1968, a relação com a Juventude Comunista Revolucionária, acho que deu um componente trotskista muito forte. Com a experiência do MIR, pude um pouco me confrontar com o que era o trotskismo realmente existente lá, que era muito propagandístico. E tinha uma busca obsessiva da burocracia, da burocratização. Lembrei agora, inclusive, tinha um líder *poblador* no Chile, conhecido como Melinka, chamava-se Victor Toro. Ele falava: “Trotskistas de merda, não trabalham e só querem congresso.” Não tinha democracia no MIR, mas este não era o problema principal. Havia entre os trotskistas muito aquela vertente do medo da burocratização e de aplicar o modelo soviético... Ou você era revolucionário, plenamente trotskista ou você acabava sendo

ENTREVISTA
EMIR SADER

conivente com o stalinismo. Mas, intelectualmente, acho que o livro, a tese, foi importante. Agora com a nova edição, vou dar uma lida e fazer uma apresentação. Depois foi muito produção militante mesmo. Até porque não tinha chance de publicar, nem nada. Quando estive fora do Brasil, fiquei dez anos sem meu nome. Escrevia muitas coisas, mas sem aparecer.

JUAREZ GUIMARÃES: Porque o tema Estado e política em Marx era um tema de pesquisa que fazia o melhor marxismo europeu da época. Procurava-se encontrar os conceitos políticos na obra de Marx e reelaborá-los. Em seu balanço crítico da cultura marxista, que você apresenta em *A nova toupeira*, você diz que a maior mudança que se impôs com o fim da União Soviética foi a ruptura de uma concepção evolucionista, teleológica da história em prol de uma visão mais aberta e não determinista. Quais as implicações dessa mudança, em particular, para a superação de impasses muito frequentes que se encontram na cultura do marxismo para pensar a política, o Estado, a construção coerente do socialismo democrático?

EMIR SADER: Antes, deixa eu falar uma coisa. Era arrasadora a chegada de Trotski no Brasil, mas é estranho que o Carlos Nelson e o Leandro tenham publicado Gramsci e não tenha tido o mesmo efeito. Tinha o mesmo efeito apenas no PCB.

JUAREZ GUIMARÃES: Tem um artigo muito interessante do Carlos Nelson que chama "Cidadania brasileira", em que diz que eles tiveram a licença para publicar o Gramsci da cultura, mas não da política. Que, nas primeiras edições de Gramsci, a sua recepção foi como a de um intérprete da cultura.

EMIR SADER: Também já se estava muito na polarização da democracia, ditadura, luta armada. Não era aquela análise mais fina da hegemonia. Mas, por exemplo, toda a minha tese não tem nada a ver com Gramsci. Estava no Brasil. Era um pouco aquela coisa alemã de voltar ao Marx. Procurar no Marx a coisa da política, buscar os fundamentos da política a partir de *O capital*. E tinha, então, essa discussão posterior sobre a política, Bobbio, eu não conhecia.

Depois foi muito sobrepolitizado, era o debate interno da esquerda aqui e, depois, no Chile. Então, teoricamente, ia lendo coisas. Na França assistia a seminários importantes; na Bélgica, o Mandel também era importante. O *Tratado de economia marxista* dele, uma obra-prima. Ele redescobriu os ciclos longos do capitalismo. Uma coisa importantíssima era o livro do Mandel sobre a teoria leninista de organização. Não é o partido daquela forma, mas existem movimentos sociais concretos, setores atrasados, setores de vanguarda, que era uma coisa sobre a qual Bensaïd também escreveu depois, em um pequeno livro. Isso eu acho que é uma coisa que temos que resgatar. A coisa teórica, deixei muito para trás. Na época da América Latina, o debate era centrado em política, estratégia, balanço, Nicarágua e tal. Mas lia sempre Perry Anderson e me encontrava com ele.

JUAREZ GUIMARÃES: A impressão é a de que, na sua trajetória como militante e intelectual marxista, a sua relação com a *New Left Review*, que nós não sabíamos que era tão antiga, foi importante formadora do seu marxismo e seu diálogo.

EMIR SADER: As considerações sobre o marxismo ocidental feitas por Perry Anderson para mim foram marcantes. Aquela história da primeira geração de intelectuais que eram dirigentes políticos e, depois da ruptura, o marxismo ocidental. Sempre convivi com o pessoal da *New Left*. Foi uma porta teórica que sempre se manteve em pé.

JUAREZ GUIMARÃES: De certa maneira, a partir de certa época mais nitidamente, você representou para a cultura marxista brasileira a cultura de lá, da *New Left*.

EMIR SADER: De um lado, as análises do Poulantzas foram enriquecedoras. De outro, a *New Left*. E o terceiro pé foi o trotskismo. Perry Anderson, Mandel e Poulantzas.

JUAREZ GUIMARÃES: Retomando então aquela crítica às concepções deterministas da história presentes na cultura do marxismo...

ENTREVISTA
EMIR SADER

EMIR SADER: A gente pensava que havia uma revolução em curso na história. Achava que a gente ia sair da União Soviética pela esquerda. A gente não falava sobre social-democracia, mas sobre revolução democrática da União Soviética. Isso foi uma encrenca. A outra foi, na mudança da correlação de forças, a questão de reforma e revolução. A revolução estava ligada à ruptura, e ruptura significa uma via militar. Então, essa bipolaridade foi um clichê que aprisionou muito a esquerda. A mudança da correlação de forças, a inviabilidade pela correlação de forças da via militar, o acerto de contas com a democracia, com a reforma.

JUAREZ GUIMARÃES: Mas esse teria sido o seu caminho teórico para repor a questão da relação entre o socialismo e a democracia.

EMIR SADER: Primeiro, entre reforma e revolução, segui muito de perto as últimas tentativas, que eram Nicarágua, Guatemala e El Salvador. Porque depois a correlação de forças mudou. Tenho falado que mudou o período histórico. Mudou da bipolaridade à unipolaridade, mudou de um ciclo econômico longo expansivo para um recessivo. Da hegemonia do Estado do bem-estar social para a hegemonia liberal de mercado. Mudou a correlação de forças geral. No Brasil, foi a questão da democracia. Lá não era democracia, era reforma e revolução. Também é claro que a reforma colocava a questão da democracia e aqui mais fortemente. Era a consolidação da sociedade organizada no Brasil. E, ao mesmo tempo, o modelo cubano, que era uma referência, bem ou mal, foi passando a ser uma experiência muito particular. Foi deixando de ser aquela referência universal.

JUAREZ GUIMARÃES: Isso que você fala é muito interessante. Quer dizer, deixou de fornecer uma visão geral do mundo e passou a expressar toda a singularidade da experiência.

EMIR SADER: Depois, com a evolução da China, voltou mais fortemente a questão do mercado. A possibilidade de construção do socialismo veio na periferia e, com uma certa visão

otimista, repetíamos que saltaríamos etapas (ia ali de um capitalismo pouco consolidado para um certo socialismo) sem pensar na base material, na acumulação socialista primitiva. Stalin resolveu na base da violência, expropriando de forma violenta os camponeses, e conseguiu um impulso industrial suficiente para resistir à invasão alemã, mas a questão agrária nunca foi resolvida. Os chineses se deram conta disso. Primeiro, a visão idílica da revolução cultural não existia mais. Acabou a revolução cultural, o país estava destruído. Gente deslocada para o campo, desempregados, Estado desfeito. Eles olharam para trás e falaram: “Socialismo não é igualitarismo com miséria.” Não é Albânia, nem Camboja. Tem aquela frase muito dura do Deng Xiaoping: “Enriquecer é glorioso.” A frase era dura, era a primeira etapa do socialismo na política do programa do Gotha. E Cuba não teve. Cuba teve um igualitarismo tão tremendo, que era positivo moralmente. No entanto, subsidiava-se demais, como almoçar na empresa de graça; isso é que não dava, não incentivava a produtividade. Os chineses tomaram muito mais estritamente o desafio: tem que crescer economicamente, socialismo não é miséria, não é igualdade na miséria. Dá para repensar a questão de Cuba de outra maneira, mais pela particularidade do que pela lei geral. Também isso obrigou a repensar os novos caminhos que aí vieram. Brasil, Bolívia, essas coisas que estão abertas agora.

JUAREZ GUIMARÃES: Vou fazer agora uma pergunta adversativa. Em *A nova toupeira*, editado em 2009, você continua a designar a União Soviética como um campo socialista. Em que medida essa caracterização é pertinente? Para você, que iniciou a sua militância já num marxismo crítico, com a experiência da União Soviética, em que medida essa caracterização seria pertinente?

EMIR SADER: Lembro de me identificar com o Trotski, com a crítica profunda, mas com a defesa da União Soviética. Até porque Trotski tinha a ideia de que, se naquele momento a

ENTREVISTA
EMIR SADER

União Soviética se desfizesse, seria para ir para a direita. Acho que a ideia de socialismo realmente existente não era a ideia que me entusiasmava mais. Socialismo naquelas condições do cerco da União Soviética, do desgaste dos partidos comunistas. E, de qualquer maneira, não era a socialização dos meios de produção, era a estatização, mas era expropriação da burguesia. As teses do maoísmo sobre a existência do capitalismo na URSS nunca me convenceram. Tanto assim que foi preciso acabar com a União Soviética para instalar o capitalismo. Portanto, não era capitalismo lá atrás exatamente.

Acho que isso também se confirmou. Mas o desvario dos chineses ajudou muito a consolidar essa visão também. Passou com aquela história dos dois imperialismos. Depois a União Soviética era o imperialismo ascendente, portanto havia de se aliar ao imperialismo decadente contra o ascendente, que seria mais perigoso. E aí a China apoiava o regime do apartheid, o Pinochet, porque tudo era antissoviético. Os cubanos tinham uma visão mais clara sobre isso. Bem ou mal, na linha de divisória, a URSS estava do lado de cá. Os cubanos não conseguiram convencer os soviéticos na primeira hora a ir para Angola, mas depois eles apoiaram. A União Soviética estava, então, do lado de cá, com todos os problemas, acho que isso foi consolidando essa ideia. A ideia de socialismo realmente existente dá a ideia de que ocorre nas condições da consolidação do stalinismo.

JUAREZ GUIMARÃES: Pelo menos designar a ideia de território não controlado pelo imperialismo, pelo capitalismo.

EMIR SADER: Acho que agora fica claro o que é. O tema do mercado está em expansão. A expropriação, expansão, aí que tem incorporação do mercado. Mesmo valorizando muito o que a China faz, isso coloca muitos problemas. Também a China mostra algumas diferenças, mas não tanto como a União Soviética, que era um poderio militar, que freava um pouco os EUA. Já a China não chegou a ser isso. Mas tem uma delimitação aí.

Acho que eu não retomei muito a análise teórica. O livro que fiz para a Brasilense era sobre o que é esquerda. Chamava-se *O anjo torto*. Eu brincava com o Drummond: “Vai, meu filho, ser ‘gauche’ na vida.” Era uma tentativa de delimitar justamente o que era esquerda, direita. Mas não tinha muita elaboração. Acho que retomei o fio da elaboração em *A nova toupeira*. Pensar: o que são esses governos, o que são esses regimes, qual é o período histórico atual que a gente está vivendo. *A Enciclopédia da América Latina* é uma bela obra, mas é uma compilação.

Quando a Verso editou *A nova toupeira*, o Perry falou: “É belíssimo, mas é muito malfeito.” Por que eu estava na Clacso, escrevia entre uma viagem e outra. Então repetia coisas. Eu já estava viajando o tempo todo.

JUAREZ GUIMARÃES: Eu não tive essa impressão de que foi malfeito, não.

EMIR SADER: O Perry corrigiu o livro, e dava desânimo. Porque os ingleses são muito rigorosos. Ele dizia: “O que você quer dizer com isso?” Tinha coisas que eu tinha que atualizar. Foi um duro trabalho porque, uma vez pronto o livro, você não quer muito mexer. Mas acho que foi onde eu acertei a mão. Tem a ver com uma convergência de muitas coisas, um acerto de contas com a esquerda da minha geração.

JUAREZ GUIMARÃES: É principalmente um livro que tem muitas sínteses, tem muitos achados ali. Muita coisa importante.

EMIR SADER: Quando o Perry Anderson veio aqui na minha casa, leu e falou: “Olha, é uma grande intuição.”

JUAREZ GUIMARÃES: Nós vamos retomar isso, mas só completando, então, essa parte da entrevista sobre a sua trajetória como marxista: você identificou muito claramente o seu Trotski. O Trotski nos dá a história da Revolução Russa, faz a crítica da burocracia. É o Trotski crítico do esquerdismo e defensor da frente única. É o Trotski da teoria da revolução permanente, dessa tensão de vincular reforma a revolução, de encontrar as mediações para a revolução. E o Gramsci?

ENTREVISTA
EMIR SADER

EMIR SADER: A partir de certo momento, de fato, comecei a incorporar o Gramsci. Hoje tenho a visão de que o Trotski, por razões históricas mais precisas, de alguma maneira faz parte da obra do Lenin. Agora, o Gramsci é, de longe, o maior autor marxista depois daquela geração soviética. Não está explorado o potencial. Porque acho que 99% do que se escreve é sobre a obra do Gramsci. Muito pouco aplicação do Gramsci. O Carlos Nelson fez um pouco isso, mas ainda no esquema muito partidão. Acho que é fundamental para construir a hegemonia. Ainda mais agora que a disputa cultural-ideológica é determinante. O Lula, no fundo, você só consegue entender na habilidade, na arquitetura que ele construiu para fazer passar um governo progressista. Então tem a ver com a nova hegemonia, ele não tem nenhuma consciência disso nem nada, mas juntando os pedaços, a política social e a inserção internacional. A construção da hegemonia alternativa ao sistema contemporâneo, alternativa ao neoliberalismo. Eu tinha admiração pelo PC italiano, mas tinha críticas também. Convivi muito com o Lucio Magri no fim da vida, valorizo um pouco mais o PCI, os polos gramscinianos, mas relativamente. Assim, os autores fundamentais para mim ficaram sendo o Lenin, o Trotski, o Gramsci e Rosa Luxemburgo.

JUAREZ GUIMARÃES: Passamos, então, para a terceira parte da entrevista, que é sobre a América Latina. *A nova toupeira* começa de forma muito bonita para a nossa geração, falando da alienação da geração que formou o PT em relação à América Latina. Uma formação de marxismo talvez muito europeizada e ao mesmo tempo ignorante quanto à história da América Latina, das lutas populares, dos grandes movimentos. E na sua trajetória, que ficou mais clara nesta entrevista, entre as suas identidades e permanências, está esse vínculo indissolúvel com a história da América Latina.

EMIR SADER: Acho que o PT tinha razão em algumas coisas. Por exemplo, experiências heroicas do Che, tudo bem que como personagem. Mas não seria útil para o que a esquerda brasileira enfrentava, as temáticas de outra época do Che. Até mesmo a interpretação do Che sobre a construção do socialismo, hoje, para nós, é mais discutível, era muito sectária. Acho, então, que o problema do PT não foi tanto esse, foi a incorporação de concepções democrático-liberais.

JUAREZ GUIMARÃES: Estou falando da cultura de uma geração que começou a militar nos anos 1970 e que já estava muito isolada da experiência latino-americana, e que se formou sem essa cultura da história da América Latina.

EMIR SADER: Acho que a gente subestimava Mariatégui, Bolívia. Mas fomos vítimas da ideologia dominante, porque o Brasil fica perto da América Latina, que é uma visão também deformada, e dificultava a compreensão da importância do nacionalismo. Certamente as dificuldades com Brizola também vieram um pouco daí. Com o Getúlio, o Brizola, aqui no Brasil, foi ainda mais difícil, porque a geração sindicalista foi antigetulista, o Lula foi antigetulista, contra a legislação do trabalho, contra o imposto sindical.

JUAREZ GUIMARÃES: Mas também, de certa maneira, essa sua trajetória, inclusive no período mais recente, dirigindo a Clacso, coordenando a edição dessa enciclopédia sobre a América Latina, inserindo isso no livro *A nova toupeira*, a experiência do PT, sua solidariedade incondicional a Cuba, são verdadeiras moções em favor de uma nova qualidade de relação da esquerda latino-americana. Como poderíamos, no período atual, alentar essa inserção? Dinamizar essa relação e essa cultura da esquerda latino-americana?

EMIR SADER: Estou começando a escrever um novo livro e vou publicar ano que vem. Percebi, quando Perry fez a leitura do livro, que esse é o marco correto. É pensar o Brasil no marco da hegemonia neoliberal na região. Esse é o tema central. E pensar como cada país viveu a resistência

ENTREVISTA
EMIR SADER

ao neoliberalismo, em particular os nossos contemporâneos, e como foram surgindo essas lideranças nesse processo. Como o governo do PT não se guiou pelos projetos originais, a intuição de Lula contou fundamentalmente, mas isso significou também pouca reflexão. Acho que, nessa questão da unidade da esquerda latino-americana, o Lula deu um passo adiante: solidariedade, quer dizer, ele chegar e tratar o Chávez e o Kirchner como iguais. Depois, a relação com a Bolívia no episódio da nacionalização. Acho que isso foi uma virada no preconceito da esquerda do Brasil em relação à América Latina.

JUAREZ GUIMARÃES: Você identifica no horizonte iniciativas culturais, ou de revistas, seminários, centros de pesquisas, que poderiam acelerar o processo de formação de uma cultura da esquerda latino-americana? Você está numa posição de uma pessoa que pode talvez visualizar melhor que perspectiva é essa.

EMIR SADER: Eu acho que quem tem mais feito por isso é o Comuna, embora esteja muito preso à Bolívia. Tinha uma revista muito boa lá, que reúne intelectuais jovens. Mas a Bolívia tem pouca capacidade de irradiação. Teve uma coisa boa politicamente, mas muito pouco desenvolvida teoricamente que é o Fórum de São Paulo. É muito bom porque junta a Frente Sandinista atual, a Frente Ampla uruguaia, sobretudo porque, passado o Fórum Social Mundial, eles ficaram com a referência partidária. O Fórum Social Mundial poderia ter sido, mas não criou nada que tivesse esse caráter. O PT pode chegar a ser. Na verdade, nosso processo é tão pragmático, que é difícil o acerto de contas. Esses livros de debates tentam ajudar um pouco nisso, mas a questão da trajetória da esquerda, o que é isso? Nós escrevemos, você, eu. Mas não é uma coisa muito coerente ainda. Uma coisa é você cortar e falar: isso aqui é bom. Mas depois vem o acerto de contas com a trajetória anticapitalista, que não está feito. E tem que ser feito sempre na perspectiva do futuro e não do

passado. Quanto aos processos latino-americanos, alguns deles pareciam irreversíveis. E, agora, pelo menos argentinos e venezuelanos têm dúvida sobre o seu futuro. Mesmo o Uruguai, numa perspectiva de uma nova eleição de Tabaré.

JUAREZ GUIMARÃES: Você fala disso no livro, de uma prática de transformação sem conseguir formar uma teoria, cinco ciclos de lutas interrompidas, com descontinuidade. Identifica uma nova conjuntura, a partir de um reposicionamento das forças de direita, das forças conservadoras em vários países. Fala com muita identidade das elaborações do grupo Comuna na Bolívia.

EMIR SADER: O grupo acabou.

JUAREZ GUIMARÃES: Isso eu não sabia. Você fala ali de um esforço da produção de uma práxis mesmo. Uma práxis transformadora, de uma elaboração de lideranças muito orgânicas no processo.

EMIR SADER: O que é muito entusiasmante é que, na Bolívia e no Equador, existem gerações novas dirigindo e pensando os processos, em torno de Rafael Correa, de Álvaro García Linera, que apontam para o horizonte de superar aquelas concepções do marxismo ocidental, de que a teoria está na universidade e a prática está no partido, sem teoria. É uma coisa entusiasmante do ponto de vista de resgatar uma prática política ligada a uma reflexão estratégica, teórica, a revalorização da teoria, acho que pode ser o horizonte mais favorável. Mas eu queria fazer uma menção. Acho que uma das questões que ficou para trás para nós politicamente, teoricamente, que é trágico na luta anticapitalista, é o enfraquecimento da classe trabalhadora e do tema do trabalho. Para nós marxistas, o tema do trabalho não é só uma classe. É uma vertente da luta anticapitalista. Nas últimas décadas, houve a diversificação do mundo do trabalho, com perda de unidade interna. Depois, a invisibilização do tema do trabalho. O tema do trabalho era uma coqueluche nos anos 1960/1970 e hoje é um tema setorial. Parece que a pessoa vai à praia, faz não sei

ENTREVISTA
EMIR SADER

o que, mas o fato é que todo mundo trabalha e este tema está na margem da cena. Acho que a gente tem uma dívida teórica fortíssima. Eu falava no Fórum Social Mundial que, enquanto o mundo do trabalho não estivesse lá, o mundo da cidadania não seria anticapitalista. Falta esse componente fundamental, organizações e as temáticas do mundo do trabalho, isso é um atraso.

JUAREZ GUIMARÃES: Um amigo até formulou uma ideia sobre isso que eu acho interessante, que o período neoliberal retirou do mapa os conflitos entre o capital e o trabalho. Não se tratava mais de regular o conflito, mas de apagar a sua visibilidade.

EMIR SADER: E, na agenda positiva que o substituiu, a cidadania, a sociedade civil, ONGs, democracia. Então, aderimos à democracia, incorporamos. Mas, na verdade, nunca compatibilizamos mundo do trabalho e democracia. Sobre tudo a sociologia do trabalho. Para quem é marxista, é uma perda descomunal. O livro do Eder, *Quando novos personagens entram em cena*, abordava isso: acaba a centralidade do trabalho, o que era até bom, porque ela era reduitiva. Mas era como se ela fosse ser substituída por um conjunto de contradições, não direi secundárias, pois parece desqualificar, mas alternativas. A questão de gênero, a questão indígena, de negros etc. e tal, a soma disso mudou. Isso foi outra derrota. E esses movimentos ficaram, não direi corporativos, porque é um pouco de exagero, mas de alguma maneira, no melhor dos casos, ficaram autocentrados. O movimento feminista retrocedeu estupidamente. Uma temática que era fortíssima.

JUAREZ GUIMARÃES: Elas falam de uma onda conservadora, de uma grande onda conservadora nos anos 1980/1990. Desorganizadora, até mesmo da identidade do feminismo.

EMIR SADER: Para nós que estivemos na França, com uma ligação forte com o laboratório de experiências políticas do Engels, até hoje é um negócio inaceitável, impossível de entender, que a classe operária francesa vote na extrema direita. O laboratório de grandes experiências políticas foi lá,

quem não era comunista era socialista. A social-democracia e o comunismo organizavam a vida: tinha a maternidade social-democrata, o clube sindical e o cemitério. Era aquela coisa totalizante, cultural, as feiras dos partidos. E agora não é que vote na direita, vota na extrema direita. Há vinte anos, isso é um negócio desalentador, o retrocesso conservador. As manifestações agora, eu vi lá na França, contra o casamento homossexual e o aborto, são de massas, com juventude e setores populares.

JUAREZ GUIMARÃES: Emir, então incorporando essa parte no final da parte sobre o marxismo, fale um pouco sobre a problemática do trabalho e como isso é fundamental para o marxismo.

EMIR SADER: Tematizar outro modelo socialista que não o soviético.

JUAREZ GUIMARÃES: Na questão da América Latina, entre os dois projetos de unificação, o projeto que talvez seja o mais politizado da Alba é um projeto muito economicista do Mercosul, a integração latino-americana não está formulada com um horizonte claro. Como você avalia essas possibilidades de unidade em um futuro próximo?

EMIR SADER: É um dos eixos estratégicos fundamentais nos governos pós-neoliberais. É o privilégio da integração regional do intercâmbio Sul-Sul. Mas isso não foi tematizado e não se construíram as estruturas suficientes para isso. A Unasul é bom que exista na heterogeneidade, o que impede de avançar muito. O Mercosul até agora era sabotado pelas competições de corporações privadas brasileiras e argentinas pelo mercado. Por isso, acho que a expectativa mais favorável agora é o novo Mercosul. É o ingresso da Venezuela, do Equador, da Bolívia, da Guiana e do Suriname, com Brasil, Argentina e Uruguai, recuperando o atraso. Pela primeira vez, pode haver um projeto de integração econômica, ecológica, cultural, porque há homogeneidade e espaço para isso. Porque o Mercosul, é verdade, ficou estagnado, apesar dos avanços da in-

ENTREVISTA
EMIR SADER

tegração. Era um problema de automóvel para lá e para cá, de corporações privadas argentinas e brasileiras. Não se avançou teoricamente e não se teorizou tampouco. Cada país está buscando nichos internacionais pelo seu lado. Quando vem a crise, cada um se vira por conta própria.

JUAREZ GUIMARÃES: E tem um horizonte muito economicista...

EMIR SADER: Quando tem recessão internacional, você diz: vou proteger o mercado, lutar contra o desemprego. Isso foi um atraso enorme. E agora vai se tentar recuperar isso, sem Hugo Chávez e com alguns regimes com problemas internos sérios, na Venezuela e Argentina. E o Uruguai com risco de voltar ao Tabaré com Danilo Astori. No Uruguai, o Danilo Astori aproveitou que estava na Presidência e foi à reunião da Aliança pelo Pacífico. Ele já tentou esticar a corda fazendo Tratado de Livre Comércio com os EUA e com o Mercosul. O Brasil falou que não podia, que era um ou outro. Agora vai voltar a debater o tema: dá para estar na Aliança pelo Pacífico e no Mercosul? Há elementos que esgarçam um pouco. Com a força do Brasil, Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia. Com o Hugo Chávez seria mais forte ainda.

JUAREZ GUIMARÃES: Vamos passar então para o quarto e último bloco de questões. No livro *A nova toupeira*, você faz um exercício de tentar regular certa polêmica sobre o significado da crise do neoliberalismo e seus desdobramentos. Você não está trabalhando explicitamente ou, pelo menos, seguindo a ideia de Giovanni Arrighi de que nós estamos já inseridos em uma grande crise da hegemonia norte-americana. Você nos parece crítico a essa noção e, por outro lado, também se refere, de passagem, de modo crítico à avaliação do Hobsbawm de que em 1998 teria terminado o ciclo da hegemonia neoliberal. Você, então, está trabalhando nessa avaliação formulada pelo Perry Anderson, identificando o tamanho de uma derrota sofrida, que se expressou na unipolaridade, a passagem dos modos keynesia-

nos para os modos liberais de regulação. O último ensaio também agregou que estamos vivendo uma onda longa recessiva, mas identificando ainda a permanência desse horizonte neoliberal no cenário internacional, principalmente no que diz respeito à concentração de poder, de força nos EUA: o poder bélico, o poder do dinheiro dos capitais financeiros e também de certa saturação de um princípio de civilização mercantil. Um certo horizonte de época. Gostaríamos que você falasse um pouco sobre isso.

EMIR SADER: Acho que o que marca o nosso tempo é basicamente uma crise de hegemonia, no sentido de que o modelo neoliberal se esgota, mas tem força suficiente para sobreviver. As forças antineoliberais têm dificuldade para se afirmar. Até porque os ventos neoliberais são induzidos de fora para dentro. O capital financeiro está aqui, o agronegócio, são todos vetores internacionais. Existe uma tradição ruim no mundo intelectual da esquerda, de catastrofismo. Nos anos 1930, havia um pensador da Internacional Comunista que escrevia sobre a crise final do capitalismo. Depois, ele tinha que falar: “A segunda fase da crise final...” Mas obviamente o socialismo era sempre ascendente e o capitalismo, sempre decadente.

JUAREZ GUIMARÃES: A III Internacional formulou essa noção da estabilização relativa.

EMIR SADER: A grande previsão de Lenin de que na passagem do século XIX para o XX entramos numa fase de guerras interimperialistas era totalmente verdadeira. O mundo estava dividido já entre todos, então só dava para se expandir tomando o território dos outros. Não era a crise de 1929... Dava a ideia de que se entrava nos estertores. O catastrofismo causou muito dano porque as consequências são um certo imobilismo. Você não encara as suas derrotas. As décadas de 1920/1930 foram derrotas, e a gente achava que eles é que estavam acabando.

JUAREZ GUIMARÃES: A grande reflexão sobre as derrotas foi do Gramsci mesmo.

ENTREVISTA
EMIR SADER

EMIR SADER: E o Trotski, claro, como era um dirigente que tinha que apostar, apostava na possibilidade de que a Segunda Guerra Mundial desse chance para um programa de transição. É uma aposta de futuro, não quer dizer que era aquilo. De repente, dava certo. Mas acho que na época mais recente, com o capitalismo em crise, ressuscitaram visões catastrofistas. A gente já viu a importância das análises da Conceição e do Fiori, como resgataram, como os EUA se requalificou, mesmo independente do fim da União Soviética, mas se fortaleceu com isso. Era a sua capacidade hegemônica dali para trás. Isso era uma vertente anticatastrofista muito realista. Acertaram na mosca. A visão do Wallerstein de falar que em cinquenta anos acaba o capitalismo não tem nenhum fundamento, não tem nenhuma força alternativa. Acho que é um período turbulento, de instabilidade, porque a decadência da hegemonia americana não aponta para forças alternativas no horizonte. E a decadência do modelo neoliberal também não aponta para um modelo alternativo.

JUAREZ GUIMARÃES: Como expressão de sua experiência de militância revolucionária e em coerência com esta visão geral de época, você tem reiterado a crítica aos fundamentos de posições esquerdistas ou sectárias que combateram o governo Lula e agora o governo Dilma a partir de uma caracterização de que eles não romperam ou continuaram, no que há de fundamental, a época neoliberal. Você poderia sintetizar para nós esta crítica?

EMIR SADER: As visões dogmáticas têm uma concepção estática da história, que vai diretamente dos livros para a realidade, sem analisar as condições concretas – critério da verdade tanto para Lenin, quanto para Gramsci. Quando o capitalismo chegou à sua fase neoliberal, com a realização máxima do ideal capitalista de transformar tudo em mercadoria, houve quem dissesse que só se sairia dessa fase para o socialismo. Sem levar em conta que o neoliberalismo se impôs sobre uma brutal derrota da esquerda – a vitória do campo imperialista na guerra fria, com a desmoralização do socialismo, da economia planificada, do mundo do trabalho, entre outros te-

mas caros à esquerda. Que houve um imenso retrocesso histórico. Que a fase neoliberal colocou a esquerda na defensiva. Que a tarefa histórica fundamental do nosso tempo é derrotar o neoliberalismo e começar a colocar os elos da construção de uma sociedade anti-capitalista pela expansão da esfera pública. Os sectários – no Brasil, na Argentina, na Venezuela, no Equador, no Uruguai, na Bolívia – são muito similares, por isso não conseguem construir alternativas, ficam restritos a grupos sectários, isolados, sem apoio popular.

JUAREZ GUIMARÃES: Em sua caracterização das experiências dos governos Lula e Dilma, você tem utilizado, como categoria descritiva, a expressão pós-neoliberais para assinalar graus diferentes de negação do modelo neoliberal e mesmo as forças híbridas que sustentam esses governos. Neste sentido, quais seriam os limites mais importantes desses governos e o que seria necessário superar?

EMIR SADER: Eu resumiria dizendo que haveria de quebrar a hegemonia do capital financeiro, substituindo-a, inicialmente, por uma forte presença do Estado, que promova o capital produtivo, especialmente o voltado para o mercado interno de consumo popular e aquele voltado para um novo projeto integrado de desenvolvimento industrial do Brasil e da América Latina. Em segundo lugar, o fortalecimento da agricultura familiar, com a democratização do acesso à terra. Em terceiro, a democratização dos meios de comunicação. Em quarto, o financiamento público de campanhas. Em quinto, uma reforma tributária socialmente justa. Em resumo, quebrar a ditadura do dinheiro, da terra e da palavra.

JUAREZ GUIMARÃES: Analisando as experiências latino-americanas recentes, você tem insistido no tema da refundação do Estado em torno de uma esfera pública como um dos centros da luta pela hegemonia contra o neoliberalismo. De que modo isso se vincularia a uma atualização programática da esquerda brasileira no plano econômico, político e dos direitos das classes trabalhadoras?

EMIR SADER: A esfera pública é a esfera dos direitos, da cidadania. Ela representa, em embrião, o que é o socialismo, que é a uni-

ENTREVISTA
EMIR SADER

versalização dos direitos. O Estado atual está feito para a reprodução das relações vigentes de exploração e de dominação. Está centrado nas esferas mercantil e burocrática. Um Estado democrático e popular deve ser refundado em torno da esfera pública, expressando a hegemonia dos setores populares sobre o seu funcionamento, mediante a realização da socialização dos meios de produção e da política.

JUAREZ GUIMARÃES: Em sua análise dos impasses contemporâneos da esquerda, você tem insistido na expansão e generalização dos modos de vida e dos valores vinculados à cultura de mercado mais típicos da era neoliberal. Isso é muito visível no caso brasileiro: a ausência de uma disputa mais clara de valores anticapitalistas alternativos, refletindo o pragmatismo e mesmo o economicismo das esquerdas. Como enfrentar esse impasse?

EMIR SADER: O aspecto mais forte da hegemonia capitalista e imperialista é o cultural, o ideológico. Os EUA e o próprio capitalismo estão enfraquecidos do ponto de vista econômico. Mas os valores da economia de mercado, o consumo, se universalizaram. O debate decisivo se dá no plano da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo.

JUAREZ GUIMARÃES: A cultura do marxismo passou por vários processos de perda de referência de seu núcleo teórico, como nos disse Perry Anderson, adotando pontos de vista de teorias de estruturas sem história, histórias sem sujeito, sem ambição de totalidade explicativa. Até que ponto não precisamos de uma profunda imersão em uma cultura do socialismo democrático e de uma renovação do marxismo para enfrentar os dilemas atuais do nosso movimento político de transformação do Brasil?

EMIR SADER: Sim, o marxismo precisa de uma profunda renovação, criativa, com profundas raízes históricas, com balanços dos avanços e dos reveses do socialismo e da esquerda. Nunca a imagem do capitalismo foi tão fraca, mas nunca a esquerda foi tão fraca para disputar hegemonia. E uma dessas fraquezas é teórica, é de elaboração de alternativas socialistas renovadas.

MARX E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

JUAREZ GUIMARÃES

O principal desafio para a práxis marxista revolucionária do século XXI é o de construir na história a revolução democrática.

Este desafio é, ao mesmo tempo, o problemático legado das experiências revolucionárias do século XX, cuja principal permanência é exatamente o enigma da evolução política da China e seu impacto na história deste século, e o antagonismo central do marxismo revolucionário no século XXI, a saber, a posição de dominância internacional do liberalismo, encouraçada em sua corrente extremada em suas dimensões regressivas através do neoliberalismo. O desenvolvimento histórico da práxis da revolução democrática permitiria, assim, um operador de leitura da história das tradições marxistas, retirando-a da condição descontínua, desagregada e dissolvida em que se encontra na atualidade ao mesmo tempo em que atualizaria o princípio e a legitimidade da revolução socialista no século XXI.

Indagar, pesquisar e refletir sobre a relação entre o conceito de revolução democrática e Marx é, pois, fundamental por três razões. Em primeiro lugar e sobretudo para retirar o conceito de uma deriva à direita, ou seja, pensá-lo pragmaticamente na cultura dominante da época e terminar por absorvê-lo em uma espécie de liberalismo democrático reformado. Neste sentido pragmático, revolução democrática seria operar reformas, através de uma condição eleitoral majoritária, no interior das instituições liberais.

Tal risco – o de absorver o horizonte da revolução democrática em uma gramática e sentido liberal – não deveria, de modo algum, ser subestimado. Afinal, foi ele que se constituiu no principal agente dissolutivo da experiência do eurocomunismo – e da tragédia da autoextinção do PCI, a grande referência dos partidos comunistas do ocidente europeu. A noção de que a democracia é um “valor universal”, e, portanto, pensada sem um princípio forte de cisão e crítica do liberalismo, refletia decerto uma vontade sincera de distanciamento da tradição stalinista em que se inscreveu o PCI no pós-guerra, mas o conduziu, inelutavelmente, aos valores daqueles que definem “as regras do jogo”, em uma democracia na qual o liberalismo é a tradição mais forte.

Estabelecer um princípio universal ou hegemônico de disputa com o liberalismo, em seu pluralismo de tradições, na democracia, é certamente um desafio ainda não respondido pelas tradições do socialismo democrático. Na ausência dessa resposta, os fenômenos históricos de integração à ordem liberal democrática, mesmo que reformada, a transformação de partidos de origem revolucionária em partidos da “esquerda da ordem”, torna-se altamente provável. Se hoje a crítica do stalinismo – de sua história, de sua concepção de história, de classe e de Estado – está bem avançada na cultura do marxismo, podemos afirmar que a crítica política atualizada do liberalismo em suas formas contemporâneas ainda não fez o seu trabalho.

Esse limite do marxismo contemporâneo – a incapacidade de disputar de forma plena e coerente o conceito de liberdade com o liberalismo – revelou-se particularmente problemático a partir do início dos anos 1980, quando as correntes neoliberais e conservadoras puseram dramaticamente no centro da cena política o conceito e sentido da liberdade, entendida como “liberdade negativa” e, portanto, legitimadora de toda uma linguagem crítica ao princípio da soberania popular e em favor do “Estado mínimo”. A dissolução da URSS e de seu sistema, na condição histórica de domínio neoliberal em que se deu, absorvida pelas forças selvagens de mercado, forneceu uma base de expansão inaudita a essa nova linguagem da liberdade, quase a naturalizando nos inícios do novo século. Atacou-se Rousseau como inimigo da liberdade para melhor atacar Marx; exauriu-se criticamente o princípio da soberania popular através das teorias do chamado “elitismo democrático” para estabelecer a legitimidade das formas de regulação do capital financeiro; enfim, desarticulou-se a própria atualidade da figura do cidadão para atingir de morte o trabalhador e seus direitos.

A luta por um princípio ético-político de liberdade, crítico e alternativo ao neoliberal, é, portanto, uma dimensão básica e fundante da luta dos socialistas revolucionários na atual cultura de época. Sem ele, sem um conceito que está no centro – a liberdade – e sem suas relações mutuamente configuradoras com a igualdade (a disposição de atacar a desigualdade estrutural como liberticida) e com a fraternidade (um antídoto às culturas do egoísmo contemporâneo, mas não opressivo à autonomia individual e capaz de defender o direito à diferença como valor democrático), é toda uma configuração de alternativa de civilização que se perde. Ora, pensar a revolução democrática é pensar a possibilidade da revolução como maximização da liberdade, ressignificada e atualizada em oposição crítica à sua matriz liberal ou neoliberal.

Mas há uma segunda razão decisiva para se pensar a revolução democrática em Marx. Certamente o processo de

desestalinização vivido nas últimas décadas favoreceu as leituras críticas de Marx, tornando a sua dogmatização e a pretensão de seu enclausuramento em uma leitura de um “marxismo científico” ou “verdadeiro” obsoleta ou ilegítima na própria cultura do marxismo. Somos, pois, “marxistas críticos”, praticamos um “marxismo crítico”, na bela expressão de Michael Löwy. Este desenclausuramento é, decerto, um caminho para um formidável enriquecimento dos marxistas, não mais dispostos a se ater a uma subcultura do marxismo ou a um autor, estabelecendo o princípio da fidelidade a um ponto ou episódio de uma imensa e plural cultura, desde as origens, como critério de verdade.

Mas é preciso ver também que essa adesão prática a um “marxismo crítico”, essa disposição a reler Marx com abertura de sentido, historicizando-o, contextualizando-o, compreendendo a sua obra no seu inacabamento e perscrutação dos futuros possíveis do capitalismo, gerou nas últimas décadas um tal fenômeno de dispersão na cultura do marxismo, que se torna legítimo perguntar hoje com assombro: “qual Marx?”, “quem foi mesmo Marx”? Se, antes, havia uma balcanização da cultura do marxismo – “marxismo russo” versus “marxismo ocidental”, althusserianos ou estruturalistas versus humanistas historicistas, frankfurtianos, gramscianos, luckasianos ou leninistas, stalinistas ou trotskistas, ricardianos ou regulacionistas –, agora há um insulamento temático – marxistas da economia política crítica e marxistas da cultura, marxistas políticos e marxistas verdes, marxistas do sistema-mundo e marxistas das novas condições do trabalho, marxistas feministas e marxistas do antirracismo, e assim por diante.

É preciso, pois, respeitando, dialogando e apoiando-se no pluralismo das leituras de Marx e dos desdobramentos contemporâneos da cultura do marxismo, reconstruir um campo unitário ou de convergência para os marxistas que restabeleça a partir do “marxismo crítico” a plena força da crítica do marxismo ao liberalismo. Para reconstruir esta ágora de marxistas

críticos – uma praça central de discussão franca e aberta –, é preciso situar-se no centro mesmo das contradições: ali onde a superação do capitalismo reclama outro princípio de liberdade, crítico e alternativo ao liberal. Trabalhar o conceito de “revolução democrática”, no sentido em que se está propondo, é exatamente propor essa ágora de marxistas críticos.

Mas há uma terceira razão decisiva que concorre para a atualidade e a centralidade dessa reflexão sobre Marx e a revolução democrática. Trata-se de firmar e estabelecer com máximo discernimento e princípio crítico o antagonismo de Marx com a cultura do stalinismo, no sentido de que a primeira é uma cultura radical da emancipação e a outra, uma cultura da máxima opressão. Como se passou na cultura do marxismo – do ponto de vista teórico – de uma à outra no plano praxiológico, isto é, na teoria que se fez prática e na prática histórica que se cristalizou em teoria, ainda é uma questão a ser esclarecida.

No centro dessa passagem está, é claro, a experiência dramática da Revolução Russa, o marxismo de Lenin e também o de Trotski, assim como a cultura do bolchevismo que formou a III Internacional. Sabe-se que ali, no contexto de uma revolução sitiada e em um país sem tradição republicana ou democrática, o realismo revolucionário de Lenin e de Trotski os levou a teorizar, nos primeiros anos da revolução, uma oposição entre o princípio universal do proletariado e o princípio da soberania popular (expresso na defesa da dissolução da Assembleia Constituinte em favor do poder dos soviets, que depois seriam de fato esvaziados de autonomia de poder), a advogar uma relação de não delimitação entre partido e Estado (através da defesa, mesmo que condicionada e provisória, da limitação do pluralismo partidário e até do direito de tendências internas ao partido bolchevique), uma certa legitimação de aparelhos coercitivos e da violência não submetidos a um controle legal ou democrático (uma vontade de disciplina, hierarquia e centralização para fazer frente aos

inimigos da revolução). Sabe-se também retrospectivamente, sem dar a essa relação uma dimensão de fatalidade ou de relação necessária, que esse enfraquecimento do ethos democrático da Revolução Russa tornou possível e até legitimou, em certa medida, a ascensão de Stalin e a cristalização de uma cultura do stalinismo.

Essa diferença entre o enfraquecimento do ethos democrático de uma revolução e a cristalização de uma cultura opressiva da contrarrevolução é aqui fundamental, para separar, no sentido ético-político, as figuras de Lenin e de Trostky da figura de Stalin: a diferença entre a condição trágica do revolucionário – o testamento de Lenin e a sua crítica sincera à burocratização do poder, a “Revolução traída” de Trotski e a sua heroica militância no exílio até o seu assassinato – e a condição apologética e vitoriosa do déspota Stalin. Isto é, para um socialismo democrático, faz sentido ser um “leninista crítico” ou um “trotskista” crítico, esta disposição de desdogmatizar e apreender criticamente a práxis revolucionária de um e de outro, como faz Rosa Luxemburgo ou Gramsci, por exemplo, e faz todo o sentido ser cerradamente antistalinista.

Como a cultura da III Internacional stalinizada foi dominante durante o maior período do século XX, além de ter tido a maior influência, sendo possível dizer que ela constituiu um paradigma negativo após a sua desestruturação política, são necessários esses dois exercícios combinados de pensar a problemática não resolvida da relação entre revolução e democracia em Marx e a transmissão de um ethos democrático em crise da revolução em Lenin e Trotski para a legitimação da ruptura na tradição emancipatória do marxismo operada por Stalin. Se não se faz esse trabalho de mediação crítica, o caminho está aberto para o liberalismo cravar a estaca da acusação totalitária no coração mesmo de Marx. Neste ensaio, o (pré) conceito indeterminado que está em Marx, o conceito em incerta elaboração que está em Lenin e em Trostky, e o conceito cristalizado na sua forma duradoura que está no cen-

tro articulador do stalinismo é o da ditadura do proletariado. Neste sentido, fazer o trabalho do conceito marxista de revolução democrática é fazer a crítica do conceito de ditadura do proletariado e de sua gênese.

A conquista de um conceito marxista historicamente refletido de revolução democrática seria, de fato, um poderoso operador de reconstrução da unidade dos socialistas e de compreensão de sua história, permitindo formar uma narrativa de sentido. Ora, os socialistas do século XXI devem ter o direito pleno à raiz, a ter uma história, a transmitir a dignidade de sua tradição, de tornar a sua história memorável para que ela seja também promissora. Por este conceito, pode-se superar a fatal discórdia entre comunistas e social-democratas de esquerda, entre as culturas do maximalismo sectário e do minimalismo reformista, entre os estrategistas da “guerra de posição” e aqueles da “guerra de movimento”, e retomar as relações de mútua determinação entre liberdade e igualdade, além de repor a figura do cidadão socialista, isto é, anticapitalista e republicano democrático.

Se tal pretensão teórica pode parecer ousada, é a própria condição dos socialistas democráticos neste início do século XXI que a impõe: é o sentido mesmo da práxis revolucionária, da relação mutuamente iluminadora entre teoria e prática, que encontrou morada na teoria de Marx e na exemplaridade de sua vida, que torna atualíssimo o dito de Lenin de que “sem teoria revolucionária não há revolução”, ou da máxima de Gramsci, na mira de explodir a divisão de trabalho entre “os práticos” e “os teóricos”, de que todos devem ser intelectuais orgânicos, que é preciso se opor à onipresença da cultura do pragmatismo.

Esta reflexão sobre Marx e a revolução democrática, com todos os limites de espaço e maturação, se fará aqui em três partes: a primeira pensará os marcos gerais da problemática entre revolução e democracia em Marx; a segunda sistematizará a crítica ao conceito de ditadura do proletariado; e a

terceira pensará a problemática de Marx e a revolução democrática a partir das contribuições de Gramsci e Trotski.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA EM MARX

É possível realizar aqui um movimento teórico de aproximação da relação entre revolução e democracia em Marx em seis passos razoavelmente seguros.

Em primeiro lugar, um necessário e primordial elemento antidogmático: Marx não resolveu praxiologicamente, no sentido teórico e histórico, a problemática da revolução e do poder revolucionário na transição ao socialismo, já que a Revolução Alemã de 1848, os movimentos revolucionários na França em 1848 e na Comuna de Paris, a experiência cartista na Inglaterra, a sua reflexão sobre a relação fundamental entre as conjunturas e as dinâmicas de crise do capitalismo internacional e a atualidade da revolução no século XIX não constituíram uma cena histórica instauradora suficiente para construir um conceito desenvolvido e muito menos uma teoria plena da revolução socialista. Sabe-se também da sua crítica às correntes sectárias, dispostas a pensar doutrinariamente o programa e a realização do socialismo, e que a sua atitude foi sempre prudencial a respeito das formas da revolução e da transição ao socialismo. Está documentado em cartas de Marx que a experiência da Comuna de Paris, forma extremamente provisória de um poder dos trabalhadores e popular em uma cidade sitiada, foi tratada antes da tomada do poder de forma extremamente cautelosa e reticente por Marx e, após o massacre, ele procurou examinar, em “A guerra civil na França”, os elementos fortes de autogoverno após a destruição da máquina burocrática do Estado no que eles continham de princípios norteadores gerais, sem dar a eles um tratamento teórico sistemático desenvolvido. Parece, pois, muito pertinente a observação de Gramsci nos *Cadernos do cárcere* de que o desenvol-

vimento praxiológico dos temas da revolução e da hegemonia não alcançaram pleno desenvolvimento na obra de Marx em função mesmo de sua inserção histórica em relação às lutas iniciais do proletariado nas formas em desenvolvimento do capitalismo no século XIX.

Fixado este primeiro passo antidogmático – o de uma teoria em seus primórdios, em estado de elaboração e inacabamento, uma problemática aberta e não resolvida –, seria necessário estabelecer um segundo passo que estabelece nitidamente um sentido em meio à indeterminação. Esse sentido nos parece muito bem documentado na tese doutoral de Michael Löwy, “A teoria da revolução no jovem Marx”, que estabelece o caminho de Marx de seu hegelianismo de origem até a noção central de revolução como autoemancipação do proletariado. Löwy faz, nos parece justamente, deste princípio fundante de autodeterminação o epicentro da teoria da revolução de Marx e, de resto, de toda a sua teoria.

É assim que corrige e completa Lenin de “As três fontes do marxismo”, apontando o próprio movimento operário francês nos anos 1940 como uma fonte imprescindível da formação de Marx. Isto é, o sentido praxiológico do marxismo ou a filosofia do marxismo como filosofia da práxis. Ou quando relê as famosas “Teses sobre Feuerbach”, de Marx, pondo o acento na tese 3, aquela que diz: “A doutrina materialista da mudança das circunstâncias e da educação se esquece de que as circunstâncias são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. É por isso que ela deve decidir a sociedade em duas partes – das quais uma é elevada acima dela. A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser interpretada e racionalmente compreendida como prática revolucionária.”

Decerto o que se diz aí é decisivo para a pesquisa das relações entre revolução e democracia em Marx: está se fechando o caminho para se pensar um poder que emancipa

“de fora” ou “de cima” a quem se emancipa, está se indicando a relação fundante entre autoemancipação e autogoverno. Em sua pesquisa sobre a relação e diferença de Marx com as seitas jacobinas e materialistas do movimento operário francês nos anos 1940, Löwy, em “A teoria da revolução no jovem Marx”, fará esta distinção fundamental e que levaria Marx no *Manifesto comunista* a relacionar o comunismo histórico com o “movimento real do proletariado”.

Essa conquista – a de pensar a emancipação como autoemancipação – nunca será abandonada por Marx, está presente em todos os seus escritos de maturidade, afirmada ou subentendida, e fornece hoje, aos seus leitores do século XXI, uma chave de interpretação para relacionar o seu anticapitalismo radical à liberdade concebida também de forma radical. Isto é, a própria leitura de *O capital* deveria ser feita a partir do princípio da liberdade, entendido o capital como uma forma política e social antinômica e incompatível com a noção de autonomia, que está na raiz da concepção de liberdade. Mais do que uma teoria da justiça, há em Marx, então, um ethos central de crítica e construção revolucionária da liberdade, o que tornaria a sua obra inexpugnável à crítica liberal que a relaciona, de forma imediata ou mediada, à opressão, às formas autocráticas de poder e ao totalitarismo.

Este segundo passo levaria a requalificar uma afirmação-base de Jacques Texier em seu importante e interessantíssimo “Revolução e democracia em Marx e Engels” (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005), de que para eles a democracia é “uma questão segunda (não digo secundária), porque o pensamento deles é fundamentalmente um pensamento da revolução”. Ora, o pensamento da revolução em Marx e Engels é um pensamento da autoemancipação e não pode ser separado da própria noção de democracia, que, em sua forma republicana clássica rousseuniana, é autogoverno.

Após esse segundo passo – o de identificar um sentido em meio a um campo de indeterminação –, seria necessário

historicizar, no sentido forte da palavra, a problemática da relação entre revolução e democracia em Marx.

No século XIX, o princípio da soberania popular ainda não estava estabelecido nem na Europa nem nos Estados Unidos, onde, além da interdição aos negros e às mulheres, existiam, embora ainda de forma diversa segundo as legislações estaduais, restrições de voto aos não proprietários. Desde 1848, de forma mais clara, Marx está inserido na problemática histórica das relações entre a luta contra as formas autocráticas ou oligárquicas de poder político-teológico (como na Prússia), semiliberais ou liberais e a luta pelo socialismo.

Esta consideração de ordem histórica é muito importante por duas razões: o recurso à revolução e até à insurreição revolucionária diante de uma ordem autocrática não é algo original a Marx e Engels, mas está inscrito na própria tradição do republicanismo moderno, seja em Milton, Sidney, Harrington, o próprio Rousseau ou mesmo Thomas Paine ou Thomas Jefferson, principal autor da Declaração da Independência dos Estados Unidos. Na linguagem republicana rigorosa de Rousseau, o fato (a força) não cria direito (legitimidade) e pode justamente ser derrubado pela força em nome do direito. O direito à resistência, pelos meios que forem necessários, aos déspotas e tiranos é hoje um direito democrático internacionalmente reconhecido, inclusive pela ONU.

Em segundo lugar, não se pode opor o princípio da revolução em Marx ao princípio da soberania popular. É um mérito de Jacques Texier chamar a atenção e comprovar com uma abundância de citações – recorrendo a artigos, cartas, documentos políticos considerados em geral menores por intérpretes, mas que dão conta exatamente da práxis revolucionária de Marx e Engels – que os dois autores sempre distinguiram a situação do continente europeu, em geral dominados por ordens políticas autocráticas, dos países como Inglaterra, Estados Unidos e, talvez, a Holanda, nos quais o princípio eletivo, mesmo parcialmente, era adotado. Nestes últimos, a

possibilidade de uma revolução através da soberania popular, a partir de conquistas da maioria de votos dos proletários em um regime de sufrágio universal conquistado, foi sempre afirmada por eles, de forma muito clara, às vezes até de forma concomitante à defesa de métodos insurrecionais e até ao recurso ao uso da violência em outros países. De acordo com Texier, o fato da exclusividade da atenção dos intérpretes aos textos marxistas de análise histórica do “laboratório central da revolução”, a França pós-Revolução Francesa, mas também relativos à Prússia, teria produzido uma desatenção ou um indevido silêncio sobre essas outras possibilidades estratégicas admitidas para a revolução.

Esta possibilidade, a de pensar a revolução através da soberania popular, está longe de ser uma opinião incidental em Marx e também em Engels. Em um artigo de 25 de agosto de 1852, publicado no *New York Daily Tribune*, Marx afirma: “A conquista do sufrágio universal na Inglaterra seria, por conseguinte, uma reforma que mereceria ser qualificada de socialista, mais do que qualquer outra medida agraciada com esse nome no continente. Na Inglaterra, seu resultado inevitável é a supremacia política da classe operária.” Em um discurso pronunciado em Haia em 15 de setembro de 1872, ao falar dos resultados do congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx assim se pronuncia: “O operário deve um dia conquistar a supremacia política para estabelecer a nova organização do trabalho; ele deve abater a velha política que sustenta as velhas instituições (...). Mas nunca pretendemos que os meios para chegar a esse objetivo sejam idênticos. Sabemos o papel que se deve reconhecer às instituições, aos costumes e às tradições das diferentes regiões; e não negamos que existam países, como a América, a Inglaterra e, se eu conhecesse melhor as instituições de vocês, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem alcançar seu objetivo por meios pacíficos. Se isto é verdade, devemos reconhecer também que, na maioria dos países do continente, é a for-

ça que deve ser a alavanca de nossas revoluções; é à força que será preciso recorrer, durante algum tempo, para estabelecer o reino do trabalho.”

Neste terceiro passo de aproximação da problemática da relação entre revolução e democracia em Marx, mais além de constatar uma flexibilidade das estratégias revolucionárias adaptadas ao contexto – via insurrecional ou conquista do poder e transformação socialista através da soberania popular –, seria necessário identificar um ponto forte comum de referência. Isto é, a revolução se faz seja contra um poder cuja legitimidade afronta a soberania popular ou através da soberania popular. O que não implica que a via insurrecional seja pausada pelo exercício exclusivo ou dominante da violência ou que a revolução através da soberania popular abra mão da violência que se fizer necessária contra a resistência violenta dos inimigos de classe. O que estaria aqui em jogo é um mesmo princípio de legitimação da revolução, isto é, nas palavras de Marx e Engels no *Manifesto comunista*: “Todos os movimentos têm sido até agora realizados por minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria em proveito da imensa maioria.” Isto é, o princípio legitimador da revolução em Marx é o princípio democrático da vontade das maiorias.

Um quarto passo de aproximação seria adquirir um domínio básico sobre o uso dos termos democracia, liberalismo, republicanismo e socialismo no século XIX e, em particular, em Marx. Ora, aqui o risco de um anacronismo – pensar a problemática vivida por Marx nos termos e significados dominantes hoje entre nós – é flagrante e é em geral cometido pelos críticos liberais de Marx, interessados em configurar um sinal forte de oposição entre Marx e a democracia.

A cultura política do século XIX é marcada por três fenômenos políticos que interagem entre si: a dominância de uma linguagem política de um liberalismo censitário ou de voto oligarquicamente limitado, isto é, que concebia a liber-

dade como negativa e dissociada do princípio da soberania popular, associada ao direito de propriedade e ao mercado, ao patriarcalismo (à negação dos direitos de cidadania às mulheres) e ao etnocentrismo (com fortes acentos racistas); a crise das linguagens políticas do republicanismo democrático, na esteira da crise de legitimidade do poder revolucionário construído pela Revolução Francesa; a afirmação crescente de uma tradição socialista, vinculada a movimentos e partidos operários na Europa, em confronto com o liberalismo censitário e em processo de delimitação da tradição do republicanismo. Neste contexto histórico, o feminismo enquanto movimento social ainda não havia formado a sua linguagem pública.

Este quase desaparecimento de uma linguagem constituída do republicanismo democrático e a sua expressão como neojacobinismos na França – entendidos como organizações e seitas populares ou protossocialistas distanciadas do conceito central de soberania popular –, o subdesenvolvimento de uma consciência republicana na Alemanha e a condição hegemônica do liberalismo na Inglaterra e nos EUA, é fundamental para se entender a crítica de Marx aos limites da democracia e aos direitos afirmados em uma ordem liberal censitária e oligárquica. Marx e Engels não têm à disposição um aparato de estudos históricos, como temos hoje após meio século de pesquisas historiográficas e filosóficas, para fazer a distinção entre republicanismo e liberalismo. Em sua crítica ao liberalismo da época, as linguagens do socialismo nascente manterão um processo, ao mesmo tempo, de continuidade, radicalização e incerta diferenciação das linguagens do republicanismo.

Neste contexto, seria preciso entender como a palavra “democracia” aparece na trajetória de Marx. No estudo informado de Michael Levin, “Marx, Engels and liberal democracy” (St. Martin’s Press, 1989), a palavra “democracia”, em um sentido positivo, desaparece da linguagem de Marx após o momento em que ele identifica o proletariado como classe universal em 1844 (em “Para a crítica da filosofia do direito de

Hegel – Introdução”), retornando apenas na identificação da *Nova Gazeta Renana* em 1848 como o “órgão da democracia” (quando Marx e Engels trabalhavam em frente com republicanos e liberais no ensaio de revolução na Prússia) e, depois, aparecendo como vinculada a um significado pequeno-burguês. Ora, se isso parece corresponder à verdade, o que Marx entende por “democracia” senão algo vinculado às formas e às linguagens do liberalismo democrático em ascensão no período? Em outras palavras, parece ser exato que encontramos em Marx um repúdio ou uma crítica à democracia, em seus significados liberais, isto é, associada a um princípio constitucional ilegítimo (não baseado na soberania popular) ou às formas da economia mercantil (que excluem a maioria e hierarquizam o próprio acesso aos direitos humanos).

Já não parece claro, antes pelo contrário, o antagonismo de Marx, ao republicanismo democrático como expressão da vontade soberana do povo. Se examinarmos com atenção um texto célebre como a “Crítica ao programa de Gotha”, comentários críticos de Marx ao programa do partido operário alemão escrito em 1875, afirma: “A liberdade consiste em transformar o Estado, organismo que é colocado acima da sociedade, num organismo inteiramente subordinado a ela; e mesmo nos nossos dias as formas do Estado são mais ou menos livres ou não livres na medida em que limitem a ‘liberdade do Estado’.” E mais adiante, sobre as reivindicações democráticas postas ao Estado prussiano (onde vigorava de 1849 a 1918 um sistema de votação no qual 5% dos mais ricos elegiam um número igual a 82% da população mais pobre), afirmava: “Todas estas belas pequenas coisas implicam o reconhecimento do que se chama a soberania do povo e, portanto, só têm cabimento numa república democrática.” Esta afirmação da “república democrática”, com base na soberania popular, não significava para Marx abstrair a consciência classista das bases do Estado, pois ele continua: “A própria democracia vulgar, que vê na república democrática o advento do

reino milenário, e que não tem a menor suspeita de que é sob esta última forma de Estado da sociedade burguesa que se travará a suprema batalha entre as classes, a própria democracia está ainda cem côvados acima de um democratismo deste gênero, confinado aos limites do que é autorizado pela política e proibido pela lógica.” Isto é, a afirmação do caráter classista do Estado não se faz em detrimento da defesa republicana da soberania popular, mas, ao contrário, é esta forma democrática que permitirá a máxima tensão entre o princípio da dominação que aí vigora e o princípio da vontade das maiorias e dos trabalhadores. Marx afirma aqui claramente uma identidade republicana socialista, ou seja, a vitória dos princípios socialistas em uma república democrática.

Não há aqui, portanto, uma apologia acrítica ao direito do sufrágio universal (que não existia de fato sob o Estado prussiano, já que as mulheres não tinham o direito de voto), mas, ao contrário, uma distinção republicana entre o direito ao sufrágio e o princípio da soberania popular: na medida em que a soberania do Estado prussiano não estava assentada em um órgão eleito a partir do sufrágio universal igualitário, a simples defesa do sufrágio universal não caracterizava sequer uma posição republicana democrática. Este é o sentido da crítica de Marx. Aqui, como nos escritos sobre a Comuna de Paris, tratava-se de pensar uma forma alternativa de Estado em que este fosse submetido democraticamente ao controle popular.

Chegamos, então, a um quinto movimento de aproximação ao entendimento da relação entre democracia e revolução em Marx. Trata-se de refletir como Marx se posicionou frente às tensões ou contradições entre o princípio da soberania popular e a afirmação das consciências e vontades operárias anticapitalistas em situações históricas críticas. Decerto, a França revolucionária, no intervalo que vai de 1848 até a Comuna de Paris, em vários sentidos forneceu a Marx o material fundamental para a reflexão.

Além das cartas e artigos, Marx escreveu sobre esses acontecimentos duas análises históricas de fôlego – “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”, de 1852, e “A guerra civil na França”, de 1871, além de artigos reunidos por Engels sob o nome de “As lutas de classes na França”, de 1850. Esses ensaios de caráter prático-histórico seriam objeto de importantes comentários de Engels na justamente famosa “Introdução” de 1895 a “As lutas de classes na França”.

É necessária aqui uma breve reconstituição histórica. A França só estabilizaria uma forma republicana, ainda sem o direito das mulheres ao voto, em 1870, com a chamada Terceira República. Houve, então, após a derrota de Napoleão Bonaparte em 1813 em Waterloo, a dinastia restauradora e quase absolutista dos Bourbons até 1830; depois, um regime monárquico liberal censitário da dinastia dos Orleans que se estendeu até 1848; de 1848 a 1852, a chamada Segunda República, que começou com a insurreição em Paris e se encerrou com o golpe de Estado de Louis Bonaparte; de 1852 a 1870, transcorreu o Segundo Império, que terminou com a derrota da França para a Prússia e a eclosão da Comuna de Paris em 1870.

A Revolução de 1848 na França, que inspira o *Manifesto comunista* de Marx e Engels, tem início em Paris com a campanha pública pela reforma política em torno da reivindicação do sufrágio universal masculino, culminando com uma revolta popular em Paris que recebe a adesão da Guarda Nacional. O primeiro governo provisório tem a participação de socialistas, liberais e bonapartistas. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, as correntes mais conservadoras, com o apoio dos proprietários rurais, obtêm a ampla maioria das cadeiras. Em junho, uma insurreição com a direção principal do líder operário Blanqui é duramente reprimida, com o fuzilamento de 3 mil e a deportação de 15 mil revoltosos. Neste contexto, vota-se uma nova Constituição republicana que prevê mandatos de três anos para a Assembleia Nacional

e de quatro anos para o presidente da República. Em 10 de dezembro de 1848, Louis Bonaparte é eleito presidente com 73% dos votos. Em uma progressão contínua de concentração de poder, ele convoca um plebiscito que confirma por larga maioria de votos a sua condição de imperador, sob o título de Napoleão III.

A Revolução Francesa de 1848 é interessante para a reflexão aqui proposta exatamente porque coloca em tensão o princípio da soberania popular e o princípio socialista da revolução. Isto é, a adoção do sufrágio universal masculino tem como resultado uma profunda decepção entre os republicanos e, em particular, entre os socialistas, já que a massa do povo francês vota nas correntes mais conservadoras. As jornadas operárias de junho, momento decisivo, são uma tentativa operária desesperada de procurar pela via insurrecional instaurar uma dinâmica socialista a uma república recém-conquistada que ganhava rapidamente contornos conservadores. Isoladas e duramente reprimidas, elas acentuam a dinâmica conservadora da Segunda República.

As posições desenvolvidas nessa conjuntura por Marx e Engels, que serão objeto, como se disse na década de 1990, de uma apreciação crítica na famosa “Introdução”, podem ser discutidas sob três aspectos. O primeiro deles diz respeito à “lente francesa” de Marx; isto é, como se lê no *Manifesto comunista*, a conjuntura de crise do poder na França é vista como o sinal de esgotamento e uma crise terminal da direção burguesa da sociedade como um fenômeno internacional. Ora, como se sabe, o epicentro do capitalismo no século XIX não era a França, que continuaria com enorme peso político e cultural no continente europeu, mas a Inglaterra, e este epicentro estava muito longe de viver uma crise agônica. Pelo contrário, experimentava toda a dinâmica expansiva da primeira Revolução Industrial e da formação do grande império inglês.

Um segundo aspecto, também no que diz respeito à “lente francesa” da formação política de Marx, passa pela po-

lêmica de sua relação com as heranças do jacobinismo. Isto é, a grande Revolução Francesa com seus desdobramentos formava uma espécie de repertório das dinâmicas revolucionárias da época. Marx se referirá, com toda a ironia literariamente formulada, a esta dimensão, afirmando que o passado glorioso da revolução ainda dominava, com suas categorias, suas metáforas, suas nomenclaturas, as cabeças dos atores da conjuntura francesa do final dos anos 1940. Em que medida Marx seria um “jacobino”, isto é, pensaria a revolução como um empreendimento voluntarioso de uma vanguarda virtuosa, desta vez sem ilusões burguesas e disposta a levar até o final, a ferro e fogo, a revolução socialista?

Acompanhamos aqui novamente o trabalho reflexivo de Michael Löwy em *A teoria da revolução no jovem Marx*. Löwy nega a pertinência da designação “jacobina” a Marx por duas razões: pelo sentido socialista e não burguês do programa marxista (não seria correto, a nosso juízo, no entanto, designar os jacobinos como um fenômeno burguês) e, principalmente, por Marx já ter construído um princípio de emancipação do proletariado como autoemancipação.

Mas essa resposta crítica de Löwy nos coloca diante de uma terceira encruzilhada: até que ponto Marx teria identificado o movimento operário francês, em sua direção blanquista comunista, como o “próprio movimento real da classe”?

O momento de maior aproximação de Marx com os blanquistas se dá exatamente no contexto dos anos 1948/1850 e está bem refletida nessa série de três artigos escritos na primavera de 1850 e intitulada “De 1848 a 1850”, quando ele e Engels ainda esperam uma retomada da dinâmica da revolução. Nesses três artigos, depois editados por Engels com o nome de *As lutas de classe na França*, em especial no último, aparece pela primeira vez a noção de “ditadura de proletariado” e um alinhamento ao socialismo revolucionário de Blanqui: “o socialismo doutrinário (...) só foi a expressão teórica do proletariado enquanto este ainda não havia se desenvolvi-

do suficientemente para tornar-se um movimento histórico livre, autônomo (...). O proletariado se agrupa cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia inventou o nome de Blanqui. Esse socialismo é a declaração permanente da revolução, a ditadura de classe do proletariado, como fase de transição necessária para chegar à supressão das diferenças de classes em geral e à supressão das relações de produção sobre as quais elas repousam.”

A história evidencia, no entanto, que a aliança com os blanquistas, institucionalizada na Associação Mundial dos Comunistas Revolucionários, dura apenas alguns meses durante o ano de 1850, sendo logo rompida quando fica claro para Marx e Engels que havia um refluxo da onda revolucionária. O que divide e que opõe violentamente Marx e Engels a um setor da Liga dos Comunistas que partilha do voluntarismo dos blanquistas é exatamente a perspectiva imediata de tomada do poder descolada do movimento real das classes trabalhadoras.

Ora, esta ruptura imediata com o blanquismo enquanto uma corrente política é fundamental porque evidencia que não houve uma fase blanquista de Marx, apesar de este reconhecer nele a liderança no seio do proletariado revolucionário francês, o seu programa anticapitalista e revolucionário, como bem evidencia Jacques Texier na obra citada.

A questão da relação Marx-Blanqui é, no entanto, mais importante porque vem dessa tradição a noção de “ditadura revolucionária”, na tradição blanquista claramente associada a uma vanguarda que toma o poder pela insurreição violenta e utiliza despoticamente o poder contra a burguesia para criar as condições sociais e históricas mais amplas para a emancipação do proletariado. E Marx, apesar de não usar essa expressão nesse sentido, designando a ditadura de uma classe, utiliza-a mais que incidentalmente e, no entanto, menos que sistematicamente, isto é, como um conceito desenvolvido em uma teoria.

É assim no mesmo tom que Marx escreve a célebre carta a Joseph Weydemeyer de 5 de março de 1852, no qual afirma: “a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado” e “essa ditadura não representa mais do que uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes”. Na “Crítica ao programa de Gotha” (1875), já referida neste ensaio, Marx também escreve: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado.”

A questão que está irresolvida em Marx é, então, a relação de tensão ou contradição entre a sua noção de “ditadura do proletariado” como fase de transição entre o capitalismo e o comunismo e o princípio de autoemancipação do proletariado, bem como o princípio da soberania popular no qual o proletariado deve alcançar a sua direção.

Enfim, um sexto passo de aproximação da problemática da relação entre revolução e democracia em Marx está exatamente em conjugar os cinco passos anteriores, direcionando-os em um sentido de superação. Isto é, justamente elaborar um conceito de revolução democrática que, expressando politicamente o princípio da autoemancipação dos trabalhadores e em acordo com o princípio da soberania popular (que vincula a autonomia e os direitos do indivíduo a uma vontade majoritária), faça a crítica da “ditadura do proletariado” no que ela expressa, por sua gênese e desenvolvimento na história das tradições socialistas, uma concepção autocrática de poder.

POR UMA CRÍTICA AO CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO

Em sua origem, o termo ditadura tem origem na experiência republicana romana, entre os séculos V ao III a. C.,

designando um órgão extraordinário constitucionalmente previsto para fazer frente a situações emergenciais e extraordinárias de guerras ou crise. Nomeado por um ou por ambos os cônsules, em consequência de uma proposta do Senado, o ditador, por um prazo máximo de seis meses, concentrava poderes excepcionais como o comando militar; seus decretos tinham o valor de lei, não podendo ser impugnados pelos tribunais populares nem desobedecidos pelos cônsules. O cidadão, neste período, não tinha o direito de apelação às suas sentenças penais. O ditador, porém, não podia mudar a Constituição, declarar guerra, impor novos tributos aos cidadãos romanos nem intervir na competência civil. A transitoriedade curta de seu mandato expressa bem a excepcionalidade e a limitação de seu poder.

Mas o que significava “ditadura revolucionária” na teoria revolucionária de Auguste Blanqui? Este acreditava que a sujeição prolongada à sociedade de classes e à religião impedia que a maioria tivesse consciência de seus verdadeiros interesses. Daí a necessidade de uma pequena elite revolucionária, centralizada e hierárquica, capaz de realizar uma insurreição para substituir o Estado capitalista por uma “ditadura revolucionária”. Blanqui, por esse caminho, opunha-se ao estabelecimento do sufrágio universal. Só após um longo período de ditadura, durante o qual houvesse uma reeducação das pessoas, o sufrágio universal seria implantado. A meta final seria o comunismo, onde não haveria mais necessidade de governo.

Se há plena relação entre os fundamentos da teoria revolucionária de Blanqui e o conceito de ditadura revolucionária, o mesmo não pode se dizer da relação entre a noção de “ditadura do proletariado” em Marx e os fundamentos de sua teoria da revolução. Há aqui uma clara antinomia entre a noção fundamental de autoemancipação e a noção de ditadura como a forma política da transição entre a situação de dominação e a situação de não dominação.

Esta antinomia – no sentido preciso de uma relação de mútua exclusão ou não compatibilidade – pode ser identificada em cinco sentidos.

Marx pode ter utilizado a noção de “ditadura do proletariado” para designar a natureza de classe do Estado da transição, assim como se diz que mesmo uma democracia liberal pode e deve ser entendida como uma ditadura da burguesia. Isto é, Marx não estaria se referindo à forma política ou regime do Estado, mas à classe que nele exerce seu domínio. Parece ser este, aliás, o sentido em que usa a noção de “ditadura do proletariado” na “Crítica ao programa de Gotha”, não estabelecendo uma contradição com o princípio da soberania popular, como vimos. Ou no mesmo sentido em que o usa Engels na “Crítica do projeto de programa de Erfurt”, quando afirma que “a república democrática é a forma específica da ditadura do proletariado”.

Essa distinção entre natureza do Estado e a forma em que organiza o exercício de seu poder, se pode e deve ser admitida, no sentido de que um Estado burguês pode se organizar em diferentes formas de regime político, não pode ser conduzida a uma autonomização plena como se fossem duas entidades separadas. As tradições da filosofia política, clássicas e modernas, sempre procuraram estabelecer uma correlação entre quem governa, as formas de governo e o caráter social das leis que nele se estabelecem. Em particular na tradição do republicanismo, a ditadura de uma classe como identificação de uma forma de Estado corresponderia a uma forma de despotismo ilegítimo sobre aqueles que compõem o corpo político e não compõem aquela classe. Mais precisamente no republicanismo democrático moderno, todo Estado que não se funda na soberania popular é ilegítimo e não compatível com a liberdade.

Se o proletariado forma a maioria do povo, um Estado que contemple os seus interesses históricos de emancipação ativamente expressos em liberdade não constitui uma ditadu-

ra, mas uma forma republicana democrática e legítima. Se o proletariado é uma minoria da Nação, o que significaria então ditadura do proletariado? Um Estado cujo poder se manifesta preferencial e predominantemente pela dimensão coercitiva não apenas sobre a burguesia, mas também sobre as classes e setores de classe aliados ao proletariado?

Cairíamos aqui, então, em uma segunda antinomia: uma contradição aberta entre os fins e os meios, entre a meta da liberdade e o caminho preferencial da coerção para libertá-las. Não se pode emancipar pessoas exercendo a opressão e a violência sobre elas, retirando delas o sentido moral da autonomia, a liberdade de escolher caminhos e participar da formação sobre as decisões que decidem sobre suas vidas.

Marx pode ter utilizado o termo “ditadura” para fazer a crítica das concepções ilusórias e transformistas da conquista de uma sociedade socialista, no sentido maquiavelista de marcar realisticamente o conflito no centro da política e de operar com o conceito de revolução no qual a dimensão coercitiva está inevitavelmente implicado. Mas, reconhecendo como Maquiavel que todo poder político está assentado em consenso e coerção, qual das dimensões deve claramente prevalecer em um processo de emancipação? Ora, é evidente que, em um processo de transição a uma sociedade capaz de expandir a liberdade, no sentido que a vincula à igualdade, a dimensão de construção de consensos livremente formados deve prevalecer sobre a dimensão coercitiva. Este prevalecimento implica inclusive no sentido republicano democrático de que a dimensão coercitiva, presente nas leis e no ato de força nelas contido, deve ser constitucionalizado em regime de soberania popular, de tal forma que quem usa a violência, como a usa, em que casos a usa e com quais limites, está submetido juridicamente a uma institucionalidade jurídica que estabelece inclusive o devido processo legal como direito a quem sofre a violência. Ora, a coerção legitimamente decidida pelo poder soberano popular não caracteriza uma dita-

dura, mas, pelo contrário, a afirmação da vontade democrática da maioria. Texier cita um estudo de Jacques Grandjond em que este demonstraria que o termo “ditadura” era de uso corrente e banal na literatura da época, no sentido de um poder exercido vigorosamente, mesmo sendo perfeitamente constitucional. Assim, a palavra “ditadura” não se oporia de modo claro como usamos em nosso vocabulário hoje corrente como o oposto de democracia.

Marx poderia, enfim, ter caracterizado a “ditadura do proletariado” como apenas um domínio programático dos interesses históricos pelo socialismo na identidade e ação deste Estado da transição, pesando mais a noção sobre a classe e menos sobre o termo ditadura, relativizado no sentido de uma noção de dominação ou direção do proletariado. Ora, há aqui novamente uma problemática vinculada ao tema da representação: pode um grupo social ou um partido pretender representar, no sentido autorizativo de falar em nome ou de “falar por” em relação ao proletariado? Esse sentido da representação como autorização em detrimento de seu caráter expressivo, isto é, aquelas teorias que conferem ao representante o direito de falar pelo representado sem consultar a sua opinião, foi justamente atacado por Rousseau em *Do contrato social* como um entendimento antinômico à liberdade, já que a vontade não pode ser alienada do cidadão nem do povo soberano. O estudo dos escritos de Marx, desde a sua juventude até os últimos escritos de sua maturidade, revelam que o seu conceito de representação está muito aproximado desse rousseauiano, no sentido de vinculá-la às formas expressivas da participação direta, do direito à voz pública, do controle social da representação. Isto é, não faria sentido para Marx falar em uma “ditadura do proletariado” sem o proletariado, diretamente ou com representação estritamente controlada, dirigir este Estado. Novamente, não se trata aqui de ditadura, mas do uso de formas avançadas de democracia participativa, das quais certamente a Comuna de Paris teria sido um excelente laboratório.

Há, no entanto, ainda um quarto sentido em que o termo “ditadura do proletariado” poderia parecer útil: estabelecer as relações entre o proletariado, interessado objetivamente na superação do capitalismo, e as classes médias, pequeno-burguesas ou vinculadas ao campesinato que teriam interesse na luta pela democracia, mas sem desenvolvê-la em uma direção socialista. A concentração do poder no proletariado e não em um amálgama de classes com interesses históricos conflitantes seria uma necessidade e um condicionante para a transição ao socialismo.

Ora, essa afirmação conferiria um sentido restritivo e parcial, quase corporativo e autorreferido, à noção que atribui uma dimensão universalista ao proletariado, no sentido de que sua emancipação só pode ser alcançada com a emancipação geral de todas as classes oprimidas. É esse universalismo atribuído historicamente aos interesses imanentes do proletariado na sociedade capitalista enquanto classe fundamental, que permite pensar as formas e as convergências históricas do proletariado com as demais classes e setores de classes oprimidos no capitalismo. Se as relações com os grandes detentores do capital são de sentido eminentemente coercitivo, mesmo que constitucionalizadas, no sentido em que foi antes afirmado, claramente o que deve prevalecer nas relações entre o proletariado e as classes aliadas é uma relação de aliança, compromisso, consenso, direção, convencimento, compartilhamento. Não faz sentido pensar essas relações unilateralmente sob o ponto de vista de uma ditadura, a menos que se queira estabelecer uma contradição entre trabalhadores e povo soberano, entre as dimensões classistas e populares, feministas e antirracistas da revolução.

Restaria, enfim, uma quinta noção possível que justificaria o termo “ditadura”: a de caracterizar este Estado como de transição, uma forma temporária entre duas épocas. Ora, não são poucos os escritos nos quais Marx descreve a transição para o socialismo como uma construção que abarca toda uma

época histórica, envolvendo necessariamente uma dimensão internacional na qual as temporalidades não necessariamente são coetâneas. O termo ditadura estaria sendo utilizado, então, para designar não uma forma breve ou excepcional, mas a natureza de um Estado por toda uma época histórica. De novo, isso não faz sentido: uma ditadura assim pensada deve ser caracterizada legitimamente como uma forma autocrática de poder, cujo resultado seguramente não será emancipatório.

Alguém, em um derradeiro argumento, poderia, então, dizer: fiquemos com o termo “ditadura do proletariado” para caracterizar aquele curto interregno da dualidade de poderes em que um estado foi destruído, mas outro ainda não foi construído. Ora, isso não seria propriamente um Estado, pois não existe um sem um princípio claro de soberania, inclusive no sentido territorial. Neste contexto – que, em geral, assume a forma de uma guerra civil –, faria sentido o uso do termo “ditadura do proletariado”. Mas uma situação de dualidade de poderes deve necessariamente se resolver em uma forma de soberania, e a questão é exatamente a caracterização dessa forma de soberania: se revolucionária democrática ou se revolucionária autocrática.

Haveria, finalmente, um último argumento: o de que o conceito de “ditadura do proletariado” usado por Marx implica em um regime democrático, afim à soberania popular, prevê o recurso mais ao consenso do que à coerção, além de respeitar plenamente os direitos humanos. Ainda inclui formas avançadas de participação direta e de controle da representação, prevê o multipartidarismo e uma relação partilhada de poder com outras classes e setores de classes aliados ao proletariado, existindo por um curto interregno de tempo. Mas, se a “ditadura” é assim democrática, porque não usar, então, a expressão república democrática de transição ao socialismo ou democracia socialista?

Novamente, não se trata apenas de nomeação, no sentido de que os conceitos estão sob permanente disputa

semântica. Trata-se de estabelecer coerência de sentido entre um conceito e uma teoria da emancipação, como é o marxismo. Chega-se, enfim, a uma problemática de ordem moral diante dos valores fundamentais de emancipação que defendemos como socialistas democráticos: o termo “ditadura do proletariado” foi durante tantas décadas usado para legitimar regimes despóticos, inclusive de opressão ao proletariado, de crimes e violências aos direitos humanos fundamentais, de opressão de mulheres, às nacionalidades oprimidas, ao pluralismo político, às religiões, aos gays, que usá-lo hoje passaria necessariamente por um longo rosário de diferenciações críticas em relação às suas interpretações dominantes por tanto tempo.

Mas o que se perde com o uso dogmático da “ditadura do proletariado” é a própria constituição coerente para o socialismo democrático do século XX de uma ideia força de revolução, capaz de conquistar legitimidade perante as formas tardias e regressivas do liberalismo contemporâneo.

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA: HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PERMANENTE

Jacques Texier anota que o conceito de “ditadura do proletariado” ainda está presente nos escritos de Gramsci de 1925 e 1926, mas está ausente nas reflexões contidas nos *Cadernos do cárcere*. E quando, no pós-guerra, o conceito de hegemonia apareceu com centralidade inscrito em um novo campo de reflexões sobre a revolução, causou um desconcerto na linguagem política convencional dos partidos da III Internacional, já profundamente stalinizados, que se organizava em torno do eixo partido-classe, massas e revolução e ditadura do proletariado-socialismo.

Pode-se compreender esse desacerto exatamente porque o conceito de hegemonia, que centraliza toda uma ordem de conceitos nos *Cadernos do cárcere*, implica em dinamizar e

desenvolver os escritos de Marx sobre a revolução em uma direção nitidamente em oposição às formas cristalizadas da linguagem organizadas em torno do conceito tornado central de “ditadura do proletariado”.

A começar pela possibilidade de estabelecer uma relação positiva e mutuamente configuradora entre o princípio da revolução proletária e o princípio da soberania popular, entre classes trabalhadoras e povo. Isto é, a construção da revolução passa a ser associada à liderança política, cultural, moral das forças políticas vinculadas organicamente ao proletariado sobre a maioria da população, de forma a isolar, minar e desconstruir a legitimidade da ordem burguesa. A formação e o desenvolvimento do princípio da soberania popular passam a ser o terreno, por excelência, dessa estratégia democrática da revolução.

Em segundo lugar, o conceito de hegemonia, ao vincular reformas econômicas estruturais a uma grande mudança político-cultural, põe o acento exatamente na dimensão de direção, de construção de consensos e convergências entre as forças políticas, sociais e culturais revolucionárias, colocando em uma posição não apenas segunda, mas derivada, as dimensões coercitivas do processo revolucionário. Isto é, trabalhando a noção maquiavelista de que poder político é sempre consenso e coerção, mesmo a capacidade coercitiva dos revolucionários sobre a ordem burguesa depende fundamentalmente da legitimidade política e inclusive moral da hegemonia por eles conquistada. Gramsci, por esta via, operava ao contrário de dissolver a política em uma estratégia de orientação e cálculos militares, muito típica de uma linguagem política que trabalhava em bruto com uma linguagem de guerra de classes e muitas vezes fazia a própria apologia da violência.

O que se ganha com isso decididamente não é pouco: é um pensamento sobre a revolução que se fortalece exatamente porque é capaz de incorporar no seu centro uma dimensão

de expansão dos direitos humanos e trazer para si o conjunto de causas daqueles que são oprimidos no capitalismo, não apenas em sua dimensão classista, mas patriarcal, racista ou étnica, de opção sexual e toda a sorte de preconceitos que são amalgamados pela exploração capitalista.

Ao reivindicar o processo de construção histórica da hegemonia do proletariado, e ao operar o marxismo como filosofia da práxis, Gramsci está, além disso, minando as chances de uma concepção de partido ou de vanguarda que se exerce através do monopólio ou acesso privilegiado a uma “ciência proletária”. Está sendo devolvida à política a sua dimensão básica de indeterminação e historicização, de opinião e de conflito, de pluralismo e abertura de sentidos, que torna a participação cidadã e democrática uma condição necessária da emancipação. Ao compreender o próprio partido da revolução como inscrito em um fluxo de formação de consciências e vontades que o transcende, ao democratizar a noção de intelectual, ao formular a noção de intelectual orgânico como aquele que se constrói em diálogo com o próprio processo de emancipação, o que Gramsci está implodindo são as bases conceituais da noção de partido único ou autoproclamado da revolução, que estabelece uma relação vertical e autoritária com as massas que pretende dirigir. Ao indicar o caminho de que as classes trabalhadoras devem se tornar dirigentes antes de se tornar governo, devem adquirir uma consciência de Estado, o que Gramsci está propondo é um vasto programa de emancipação e de formação de homens e mulheres livres no processo da revolução que demandam, por certo, um conjunto de formas expressivas, de vozes públicas e participativas na política.

O conceito de hegemonia direciona, em quarto lugar, a relação do proletariado para uma relação de construção de alianças, sempre historicamente e culturalmente variadas, com as classes e os demais setores oprimidos pelo capitalismo. O universalismo do proletariado, agora não mais pensado como condição automaticamente derivada de sua condi-

ção social de exploração e opressão, deve adquirir realidade em plataformas políticas, movimentos sociais e ações culturais que estabeleçam convergências com as classes e setores sociais aliados em torno de um novo projeto de civilização, crítico e alternativo ao capitalismo. Por isso, Gramsci, como já havia trabalhado Lenin na formação da tradição revolucionária russa, pôs no centro o combate ao economicismo e ao corporativismo operários, consciências e formas organizativas que exatamente inibem ou travam o potencial hegemônico do proletariado. Essas relações de alianças e convergências reclamam e só podem se desenvolver em ambiente democrático e pluralista.

Por fim, o conceito de hegemonia implica em estabelecer uma narrativa de sentido que amarre o aquém da revolução e seus aléns, ou seja, a temporalidade própria da construção de uma nova sociedade não se confunde com uma visão de revolução como reduzida ao momento da tomada do poder do Estado. Entre as formas de perecimento de uma ordem em crise e as formas novas de uma civilização para além do liberalismo, há uma temporalidade própria da transição que tem na revolução – a destruição de um Estado e a construção legítima e democrática de outro – um momento concentrado, decisivo, mas não definitivo. Inserida na ordem democrática, no processo de formação da vontade popular que, por sua própria condição, não se cristaliza nem pode eximir-se do conflito, a construção da hegemonia é uma revolução permanente. Não há aqui nesta concepção de transição do capitalismo ao socialismo a ideia de um poder revolucionário que detém a ciência do amanhã porque isso seria exatamente estabelecer de antemão, de forma autocrática, as formas emancipatórias do futuro que dependem da livre e, por isso imprevisível, formação das vontades dos trabalhadores e setores populares.

Está se aproximando aqui o conceito de hegemonia de Gramsci ao conceito de revolução permanente cuja identi-

dade é, sobretudo, relacionada a Trotski, mas que, na verdade, aparece já em Marx nos anos 1940. Essa relação não é banal. Pelo contrário, é fundamental para uma teoria da revolução democrática. E, no entanto, essa relação foi de fato separada e contraposta na cultura dominante do eurocomunismo, entendido em seu pluralismo de expressões no tempo e no espaço.

Se o eurocomunismo foi uma cultura de autonomização real e importante, mas não de crítica e alternativa de raiz ao stalinismo, pois o que sempre esteve em jogo foi a autonomia da “via italiana para o socialismo” em relação ao caminho russo dogmatizado pelo PCURSS, ele decerto não podia desenvolver, em seu horizonte, uma teoria plena da revolução democrática. Em um plano de autonomia e compatibilizações com a cultura stalinista, os conceitos desenvolvidos na cultura do eurocomunismo ficaram, na verdade, aquém da crítica democrática radical ao Estado “soviético” e, ao mesmo tempo, aquém de uma crítica democrática radical do liberalismo democrático.

Neste campo de forças, que variou historicamente ao sabor das diferentes conjunturas do PCURSS, o conceito de hegemonia foi relacionado à democracia como “valor universal” e à “guerra de posição” contraposta à “guerra de movimento”, em uma direção estratégica eleitoral e parlamentarista da conquista do poder. Mas o que o conceito gramsciano de hegemonia reclama é, ao contrário, uma disputa aberta, franca e radical com o liberalismo sobre o que é de fato a democracia e seus valores fundamentais, na linha de Marx, que concebia a república democrática como o lugar por excelência do desenvolvimento da luta política de classes. Em vez de opor “guerra de posição” a “guerra de movimento”, um processo longo e paciente de acumulação de forças contraposto a uma dinâmica de enfrentamento e transcrescimento das formas de emancipação em relação à dominação do capitalismo, deveria se pensar a relação da radicalização da de-

mocracia com um programa de transição, que, colhendo um conjunto de demandas democráticas, nacionais e populares não atendidas pelo capitalismo em suas formas históricas, as vinculasse à defesa e experimentação de formas econômicas, políticas e culturais que já contivessem, em certo grau de desenvolvimento, valores socialistas, de sentido libertário e anti-mercantil. Enfim, em vez de se descolar a disputa eleitoral dos movimentos sociais de contestação, tratava-se do desafio de vinculá-los por um programa histórico comum.

Essa compreensão certamente está mais de acordo com Marx e com Gramsci. Fernando Claudin, em seu histórico *Marx, Engels y la revolucion de 1848* (Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1975), já identificava a noção de revolução permanente no Marx de *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, mas Texier notava a sua primeira explicitação no ensaio “Sobre a questão judaica”, de 1844. Em ambos os casos, trata-se da ideia de que a revolução na Alemanha, por ocorrer em um país atrasado, pode ultrapassar em radicalidade a revolução em países onde a instauração da ordem burguesa estivesse mais avançada. Nos anos 1948, o tema reaparece em Marx como a disposição de levar a luta contra os Estados autocráticos em uma direção socialista, unificando as dinâmicas democráticas e socialistas.

É este o sentido do conceito de revolução permanente em Trotski já na revolução de 1905, sendo depois enriquecido com a noção de um programa de transição, que superasse a lógica de um programa máximo e de um programa mínimo da luta pelas reformas e a luta pela revolução.

Essa afinidade e esse mútuo esclarecimento entre o conceito de hegemonia e o conceito de revolução permanente estão também em “Dalla filosofia di Marx alla filosofia della praxis nei Quaderni del Carcere”, de Fabio Frosini, recém-editado no livro *Marx e Gramsci. Filologia, filosofia e política allo specchio*, organizado por Anna di Bello (Liguori Editori, 2011). O argumento do autor vai nessa direção: “Em suma: a

única maneira para se utilizar *hoje* a revolução em permanência é pensá-la como *estrutura da hegemonia*; mas ainda o inverso: o único modo de pensar a hegemonia no sentido de Marx (sem deixá-la cair em uma composição ‘passiva’ de tipo hegeliano, ou deixá-la derivar para um ‘republicanismo’ de tipo jacobino) é de ancorá-la na revolução permanente.”

Colocar no centro do programa de transição e da revolução permanente a radicalização da democracia participativa e a criação democrática de outro Estado é, então, pensar a hegemonia no terreno da formação da vontade das maiorias como o regulador do realismo do programa de um partido revolucionário e, após a revolução, compreender os limites da construção do socialismo em um só país em relação às conjunturas internacionais do capitalismo durante o período da transição. Isto é, ao contrário de se fechar autarquicamente na noção de construção do “socialismo em um só país”, no circuito fechado de um Estado autocrático, a revolução democrática permanente abriria um de perspectiva internacionalista do socialismo relacionado à construção de uma nova ordem regional e mundial.

Assim, o conceito de revolução democrática que aqui se constrói cumpre a sua função de agora de marxistas críticos, isto é, revolucionários, mas não dogmáticos, a começar por Trotski e Gramsci, que a cultura do stalinismo separou. Mas a plena potencialidade dessa teoria em construção da revolução democrática é permitir não apenas o encontro daqueles que a história separou, mas propiciar uma casa comum aos que hoje lutam e aos que virão a lutar pelo socialismo democrático.

TOGLIATTI, GRAMSCI E O TROTSKISMO: AS ORIGENS DA STALINIZAÇÃO DO PCI

GLEYTON TRINDADE

Em junho de 1937, logo após a morte de Antônio Gramsci ocorrida em abril do mesmo ano, Palmiro Togliatti, então secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI) e exilado em Moscou, tomaria as páginas de *Lo Stato Operaio* para celebrar a memória do encarcerado, descrito, por ele, como o grande líder da classe operária italiana.¹ A referência à figura quase mítica de Gramsci, no entanto, não visava apenas rememorar a trajetória do ex-líder comunista aprisionado pelo regime fascista e morto no cárcere. Togliatti pretendia, também, mobilizar a força simbólica de Gramsci no contexto mais amplo das lutas do movimento comunista internacional em que se destacava o domínio de Stalin sobre o Partido Bolchevique e a consequente perseguição a Trotski. Desta forma, Gramsci é mobilizado por Togliatti em função da luta antitrotskista na qual havia se engajado decididamente desde o início das disputas no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCURSS) em torno dos rumos da

1. MONDAINI, Marco. *Do stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a via italiana para o socialismo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

2. TOGLIATTI apud MONDAINI, op. cit., p. 57.

3. Boa parte deste trabalho foi empreendida por Giusepe Vacca à frente do Instituto Gramsci. Para um belo resultado disto, ver VACCA, Giusepe. *Vida e pensamento de Antônio Gramsci*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

Revolução Russa. Não gratuitamente, portanto, a imagem do encarcerado seria associada “à importância internacional do processo contra o bando terrorista zinovievista-trotskista”, dado o fato de que “o trotskismo seria um agente do fascismo no seio da classe operária”. De acordo com Togliatti, tendo sabido que alguns companheiros no cárcere haviam caído sob a influência do trotskismo, Gramsci teria lançado a seguinte palavra de ordem em defesa da bandeira comunista: “Trotski é a puta do fascismo”²

Mais recentemente, no entanto, a pesquisa e a descoberta de novos documentos permitiram uma reavaliação da leitura de Gramsci em torno das disputas no comunismo soviético, bem como o seu papel e o de Togliatti no alinhamento do PCI com o stalinismo na perseguição a Trotski.³ O quadro que emerge das leituras subsidiadas por essas descobertas revela uma complexidade muito maior dos posicionamentos de Gramsci em relação às disputas na cúpula do Partido Comunista Soviético do que aqueles atribuídos a ele por Togliatti. Especialmente nas cartas escritas por Gramsci para embasar a intervenção do PCI sobre o confronto entre a maioria stalinista e a minoria trotskista, verifica-se a postura muito mais cuidadosa de Gramsci, temerosa da quebra da unidade daquele partido que constituía a grande liderança do movimento comunista internacional, bem como o reconhecimento da importância da figura de Trotski para a militância comunista já em amplo confronto com o fascismo. Diferentemente da posição atribuída a ele por Togliatti, as análises dessa nova documentação revelam que Gramsci não se posicionou simplesmente em favor da maioria stalinista. Preocupado com a quebra da unidade partidária num país em que o partido era o próprio poder do Estado, Gramsci conclamaria a maioria stalinista ao exercício de um poder que evitasse a simples submissão e expurgo da minoria em função da construção de uma forma de poder inscrito num quadro mais amplo de hegemonia partidária. Neste sentido, reler os significados das

cartas de Gramsci e Togliatti em torno da questão soviética implica não apenas compreender o pensamento gramsciano no contexto de seu próprio processo criativo, mas também inserir a ação togliattiana no significado mais amplo da stalinização daquele que era provavelmente o mais importante Partido Comunista do Ocidente.

O DESACORDO ENTRE GRAMSCI E TOGLIATTI SOBRE A QUESTÃO SOVIÉTICA

Os passos fundamentais do confronto entre Gramsci e Togliatti a respeito da questão soviética podem ser acompanhados à luz da correspondência trocada por estes dirigentes comunistas italianos em 1926. Em especial, três cartas tornam-se decisivas para a compreensão desse desacordo de repercussões históricas para o comunismo italiano. Primeiro, a carta escrita por Gramsci em 14 de outubro de 1926 em nome do Birô Político do PCI e endereçada ao Comitê Central do PCURSS. Depois, a réplica de Togliatti escrita em 18 de outubro de 1926 discordando de Gramsci e aconselhando o não encaminhamento de sua carta ao PCURSS. Por fim, a dura tréplica de Gramsci a Togliatti, acusando-o de não compreendê-la e exigindo seu encaminhamento. Tal confronto emergiria já como resultado da inserção política desses dirigentes comunistas internacionais e das diferenças de análise da conjuntura internacional a partir da qual pretendiam orientar suas ações políticas.

A vida e a ação política de Palmiro Togliatti só podem ser compreendidas tendo em vista sua participação orgânica no movimento comunista internacional da primeira metade do século XX. Sua trajetória militante acompanhou aqueles momentos que moldaram decisivamente as feições desse movimento com todos os seus impasses e contradições. Desta forma, a ação militante de Togliatti acompanha a criação

e consolidação da Terceira Internacional Comunista, o Komintern, no início dos anos 1920, bem como a criação do Birô de Informação da URSS sobre os Partidos Comunistas, o Cominform. Ocupou funções destacadas na Internacional, entrando para o Comitê Executivo do Komintern em 1924 e sendo seu secretário entre 1937 e 1939. Foi, portanto, homem da burocracia comunista internacional, agente italiano mais próximo aos dirigentes comunistas soviéticos. Nesta condição, vivenciou a tensão criada, no movimento comunista, entre a fidelidade às diretrizes de Moscou em sua defesa do regime soviético e os interesses e realidades mais imediatos dos partidos comunistas nacionais. Foi também nesta posição que recebeu a carta escrita por Gramsci, em nome do Birô Político do PCI, de 14 de outubro de 1926.

A redação de tal carta remonta ao contexto da necessidade da tomada de posição em relação à luta interna do PCURSS, naquele momento já em ampla evidência. Essa verdadeira ferida aberta no movimento comunista havia surgido ainda em outubro de 1923 com o fracasso da insurreição na Alemanha e a troca de acusações por este fracasso entre as diferentes facções do Partido Bolchevique. Empenhada na luta pelo poder após a morte de Lenin, a disputa entre essas facções se estruturou no confronto entre os defensores da “revolução permanente” e os partidários do “socialismo num só país”. A conjuntura mundial era então analisada a partir da tese da “estabilização relativa do capitalismo”, fórmula indeterminada e flexível que permitia diferentes apropriações variando em função das disputas entre as facções e acontecimentos imediatos.

Até o início de 1926, como resultado de deliberação do XIV Congresso do PCURSS ocorrido no ano anterior, havia prevalecido a orientação de não submeter as questões russas aos demais partidos comunistas. Ao longo de 1926, essa orientação se alteraria drasticamente em função dos realinhamentos da elite dirigente russa. Em um primeiro mo-

mento, o XIV Congresso havia assistido à formação do alinhamento entre Stalin, Kamenev e Zinoviev em torno da tese do “socialismo num só país”. Logo em seguida, no entanto, Kamenev e Zinoviev passariam à oposição, unificando-se sob a liderança de Trotski. Desta forma, o embate decisivo entre a “maioria” partidária, liderada por Stalin e Bukharin, contra a “minoría” liderada por Trotski e Zinoviev, mostrava-se inevitável. A iminência desse embate fez com que a “maioria” tornasse até mesmo uma exigência o pronunciamento dos outros partidos comunistas em torno da “questão russa” e da disputa entre partidários do “socialismo num só país” e da “revolução permanente”.⁴

Neste sentido, o momento do desacordo entre Gramsci e Togliatti deflagrado pela carta de 14 de outubro de 1926 era, para o PCI, um momento de difícil equilíbrio entre as questões externas, dominadas pela “questão russa”, e as questões internas articuladas em torno da luta contra o fascismo e as disputas entre o grupo de Gramsci e o de Amadeo Bordiga. No plano externo, Silvio Pons observa que a experiência de Gramsci em Moscou o havia alertado para a centralidade do carisma de Lenin como fator principal de unidade em meio às divisões políticas do grupo dirigente russo desde a época da revolução.⁵ Ainda em sua estada em Moscou, portanto, Gramsci tomaria consciência da dificuldade da manutenção da unidade entre o grupo dirigente soviético na ausência da figura de Lenin. Apesar disso, tal unidade se manteve como elemento central da perspectiva gramsciana da revolução mundial. De acordo com Pons, diante da morte de Lenin e do início das disputas em torno dos rumos da revolução, os escritos de Gramsci anteriores a seu desacordo com Togliatti mantiveram firmemente essas duas ideias essenciais: a perspectiva da revolução mundial e a unidade do grupo dirigente bolchevique, vistos, inclusive, como questões interligadas e complementares. A partir da primeira ideia, Gramsci recusava qualquer hipótese que apontasse

4. Para descrição da “questão russa” e sua influência no PCI, ver PONS, Silvio. O grupo dirigente do PCI e a questão russa. In: AGGIO, Alberto (Org.). Gramsci no seu tempo. Brasília: Fundação Astorjildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

5. PONS, op. cit., p. 147.

6. Gramsci faria um paralelo mesmo entre as ações de Trotski e as de Bordiga. Ver PONS, op. cit., p. 148.

para a confusa tese da “estabilização relativa do capitalismo”. Antes, o capitalismo manteria sua natureza instável deixando aberta a possibilidade da revolução mundial desde que as forças comunistas estivessem sólidas o suficiente para realizar essa missão. Daí a necessidade da manutenção da unidade do grupo dirigente daquela nação que era considerada o grande farol da revolução mundial. Neste aspecto, Gramsci criticaria a oposição russa por sua incapacidade de perceber as consequências de sua postura contra a perspectiva revolucionária que ela própria pretendia defender.

Nas disputas internas ao PCI, Gramsci diria o mesmo a respeito de Bordiga, ou seja, que a ação crítica deste contra o Komintern resultava em negar na prática o Partido mundial e a própria possibilidade da revolução naquele específico contexto.⁶ No entanto, ao fazer a crítica da oposição russa, Gramsci recusava-se a defini-la simplesmente como “contrarrevolucionária”, reconhecendo mesmo a importância histórica de vários de seus nomes.

Nesta perspectiva é que se pode compreender a aceitação da hegemonia russa no Komintern por parte do grupo comunista em torno de Gramsci. Tal aceitação implicava um elemento de realismo político, a questão da possibilidade da revolução naquele contexto específico, mas também pressupunha o paradigma da unidade como indispensável para evitar o risco da desagregação do Estado soviético. Assim, a ruptura da unidade seria analisada como um perigo para as próprias conquistas da revolução proletária realizada na Rússia e sua defesa diante das ameaças externas, consequentemente, para toda a perspectiva da revolução mundial. Tal defesa justificaria o domínio do PCURSS na Internacional, questão decisiva que separava os grupos de Gramsci e Bordiga no interior do PCI, uma vez que este último não apenas questionava a hegemonia russa na Internacional, mas também defendia a intervenção dos demais partidos comunistas nas discussões internas ao partido soviético.

Pons observa que, até 1926, o grupo do PCI ligado a Gramsci subestimava os reflexos das disputas no Partido soviético sobre os demais partidos comunistas.⁷ Essa situação só seria alterada pelo impacto e recepção, já bastante atrasados, dos debates suscitados pelo aparecimento das chamadas Lições de Outubro de Trotski. A partir daí, ficaria claro para os comunistas italianos de diferentes facções o grau das divergências entre a elite dirigente russa e os efeitos inevitáveis destas divergências em todo o comunismo internacional. Para a realidade do PCI, essa tomada de consciência resultaria na penosa adequação do grupo dirigente à teoria do socialismo num só país, em especial pela relutância em adotar a tese da estabilização relativa do capitalismo vista pelos partidos comunistas ocidentais como um abandono decisivo da perspectiva da revolução mundial. Simultaneamente, exatamente o vínculo entre o fim da perspectiva imediata da revolução e a necessidade da defesa do Estado soviético enfatizaria ainda mais o paradigma da unidade da elite dirigente russa como meio para garantir a própria continuidade da única revolução proletária bem-sucedida no mundo. Com essas referências, Gramsci recepcionou a tese da necessidade da “bolchevização” dos partidos comunistas defendida por Zinoviev, ainda antes de sua adesão à oposição, e enunciada pela Internacional em 1925, o que só tornaria ainda mais crítico, do ponto de vista italiano, o cenário da crescente divisão entre a velha guarda dirigente russa.

No contexto de uma hegemonia bolchevique absoluta sobre o Komintern, a chamada “questão russa” foi, inicialmente, censurada como problema a ser debatido pelos demais partidos comunistas, situação, no entanto, tornada insustentável diante do agravamento dos embates na cúpula soviética. Neste novo quadro, o PCI reagiria, em primeiro lugar, assumindo a orientação de Stalin e Bukharin diante do embate entre as teses de estabilização/revolução, portanto, rejeitando a perspectiva da atualidade da tese da revolução, mas com

7. PONS, op. cit., p. 166.

8. Para a análise do relatório de Togliatti sobre a disputa soviética, ver PONS, op. cit. Ver também MONDAINI, op. cit.

Gramsci enfatizando fortemente a necessidade da análise diferenciada das realidades nacionais e uma possível abertura de crises revolucionárias em regiões periféricas do capitalismo europeu. De outro lado, tornou-se inevitável posicionar-se abertamente no conflito soviético, uma vez que a própria maioria do partido russo reivindicava manifestações de solidariedade às medidas adotadas contra a oposição.

Coube a Togliatti informar aos dirigentes italianos a necessidade dessa mudança no comportamento que o PCI deveria adotar em relação à questão russa. Em 29 de julho de 1926, Togliatti enviaria de Moscou para Roma informações sobre o pleno do partido russo em que Stalin e Bukharin confrontaram a oposição de Trotski e Zinoviev, reconhecendo como inevitável a conclusão da necessidade de sanções do partido russo sobre os líderes oposicionistas. Nesse relatório, Togliatti já se posicionava abertamente em favor das teses da maioria do partido russo, concordando com a definição da oposição como um “bloco sem princípios” e acusando Trotski de “desencadear sobre a vida do PCURSS consequências por ora incalculáveis, certamente muito graves”.⁸ A partir daí, expressaria a opinião de que a decisão de não discutir a questão russa no interior dos partidos comunistas constituía posição ultrapassada, não condizente com aquele momento do desenvolvimento do Estado proletário. Desta maneira, invertia a posição até ali adotada pelos dirigentes do PCI, aquela de não interferir nas questões do PC russo, num momento em que se tornava evidente a dissolução do paradigma da unidade da velha guarda leninista a partir da qual haviam orientado suas ações. No caso de Togliatti, no entanto, essa inversão não aparecia como simples resultado da sua análise da conjuntura soviética, mas principalmente pela inspiração da maioria stalinista com a qual cedo decidiu alinhar-se.

A carta escrita por Gramsci em 14 de outubro de 1926 procurava realinhar este contexto na tentativa de compatibilizar sua análise das disputas na Rússia com teses anterior-

mente estabelecidas pela Internacional e com os avanços teóricos que estava produzindo em relação ao tema da revolução mundial.⁹ Estava dirigida ao Comitê Central do Partido Comunista Russo, em especial a Stalin, em nome da Executiva do PCI, pretendendo articular o nexo entre a tese do socialismo num só país e a questão da revolução mundial. Para Gramsci, a questão da revolução mundial não poderia constituir tema definitivamente resolvido para a estratégia de ação do movimento comunista uma vez que deveria ser elaborada e repensada em virtude das oportunidades historicamente abertas, dos interesses do Estado soviético em sua luta por sobreviver diante de ameaças externas e, fundamentalmente, da análise das realidades nacionais do mundo capitalista. Diante de situação tão complexa, o conteúdo da carta de Gramsci expressaria intensa preocupação com a possibilidade da quebra da unidade do partido russo e, conseqüentemente, seu enfraquecimento em momento de tão difíceis enfrentamentos. Isso porque “uma cisão desse tipo, quaisquer que sejam os resultados numéricos das votações congressuais, pode ter as mais graves repercussões”, em especial “se a minoria oposicionista não aceitar com a máxima lealdade os princípios fundamentais da disciplina revolucionária de partido”. Neste aspecto, a preocupação de Gramsci evidenciava o perigo de que, uma vez rompida a unidade do grupo dirigente russo, fosse quebrada a aliança entre operários e camponeses e, portanto, as bases sociais do Estado soviético e a conexão entre a revolução mundial e a revolução na Rússia. Esta seria, aliás, a aposta dos inimigos da revolução, a de que a “cisão levará à desagregação e à lenta agonia da ditadura proletária, provocando assim o colapso da revolução”.¹⁰ A carta apresentava-se como um verdadeiro apelo à unidade além de um chamado à fidelidade dos bolcheviques a Lenin. Para além do recurso simbólico de evocar a “unidade do núcleo leninista”, a estratégia gramsciana objetivava fundamentalmente denunciar os erros que haviam conduzido os bolcheviques até aquele ponto de fratura,

9. GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 383-392.

10. GRAMSCI, op. cit., p. 392.

11. GRAMSCI, op. cit., p. 392.

erros estes cometidos desde o fracasso da insurreição alemã em 1923 e agravados com a morte de Lenin.

No entanto, Gramsci não se limitava a denunciar a crise aberta no movimento comunista internacional, mas também buscava apontar suas causas. Estas poderiam ser encontradas no “corporativismo operário”, que, de diferentes maneiras, invadiria tanto a plataforma da oposição quanto a da maioria. Nesse aspecto, embora a crítica gramsciana, num primeiro momento, parecesse se dirigir apenas à oposição em virtude de sua demagógica reivindicação econômica operária na crítica à Nova Política Econômica (NEP), ela também chegava até a maioria, acusada de assumir a mesma perspectiva parcial de seus adversários. Num regime de partido único em que Estado, partido, direção econômica e social se identificavam, o “corporativismo” da oposição se reproduziria na maioria, uma vez que esta, não sabendo resguardar a unidade do partido, não seria capaz de governar os conflitos sociais decorrentes da NEP, nem de garantir uma verdadeira “hegemonia do proletariado” como fundamento do poder soviético. Em outros termos, a maioria seria acusada de construir seu poder em bases frágeis, ou seja, pela força e coerção, abrindo mão de construir o Estado soviético em termos mais amplos de uma hegemonia operária. Esta seria a consequência da opção da maioria em lidar com a oposição através de medidas “administrativas”, isentando-se da tarefa de preservar a unidade do “núcleo leninista” que liderou a revolução.

Por isso, a carta de Gramsci advertia para o fato de que “somente uma firme unidade e uma firme disciplina no partido que governa o Estado operário podem assegurar a hegemonia proletária em regime de Nova Política Econômica”. Estas unidade e disciplina, no entanto, não poderiam ser “mecânicas e coercitivas. Devem ser leais e obtidas pela convicção; não devem ser as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado”.¹¹ Lidando com seus opositores dessa forma, estaria perdida a possibilidade de uma autêntica hegemonia. Tor-

nada permanente a cisão do núcleo leninista pela submissão violenta da oposição, rompia-se o vínculo entre a construção do socialismo na URSS e a “revolução mundial”, porque desapareceria aquilo que as massas trabalhadoras soviéticas e de outras nações poderiam perceber como elemento tangível de que o Partido Comunista soviético orientava suas ações em função da perspectiva geral do socialismo. Desta forma, diferentemente do que Togliatti faria pensar, Gramsci atribuía à maioria, e não apenas à oposição, parte fundamental das responsabilidades pela crise aberta no movimento comunista internacional. Ainda que apoiasse politicamente a maioria do partido russo, ele endereçava aos seus dirigentes a severa crítica de que seriam os responsáveis por anular “a função dirigente própria do partido russo no partido mundial e perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas”.¹² Concluía até mesmo reconhecendo a importância histórica daquelas figuras que compunham o núcleo da oposição, uma vez que “os companheiros Zinoviev, Trotski, Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução; algumas vezes nos corrigiram com muita energia e severidade. Foram nossos mestres”.¹³

A carta resposta escrita por Togliatti evidenciava seu alinhamento com o grupo de Stalin que subsidiaria seu posterior apoio à perseguição ao grupo de Trotski. Não só se dizia em desacordo com a “formulação” de Gramsci como se recusava a encaminhá-la em função de sua leitura de que já não era o momento dos comunistas europeus se permitirem emitir livre juízo sobre as dificuldades políticas da URSS. Na concepção de Togliatti, não se tratava mais de discutir, mas de alinhar-se à maioria do partido russo dado o fato de que a antiga coesão leninista já havia sido perdida. Nesta condição, a unidade só poderia ser reconstituída em torno da maioria, inclusive por meio do rigor de medidas administrativas, consideradas necessárias para se manter o compromisso com a construção da ditadura do proletariado na URSS.

12. *Idem*, p. 389.13. GRAMSCI, *op. cit.*, p. 392.

14. Idem, p. 393-398.

15. Idem, p. 393.

16. GRAMSCI, op. cit., p. 398, p. 400.

Em sua própria carta, escrita em 18 de outubro de 1926, Togliatti repetia trechos da carta de Gramsci em que este acentuava o vínculo entre a construção do socialismo na URSS e sua função propulsora da revolução mundial, mas com o objetivo de refutar a tese de que fosse necessário salvar a unidade do grupo dirigente comunista.¹⁴ Pelo contrário, advertia para o perigo da carta escrita por Gramsci, “tendo em vista que, provavelmente, a partir de agora, a unidade da velha guarda leninista não mais existirá”.¹⁵ Apontava, ainda, para o erro de se tomar indistintamente o PCURSS sem a diferenciação entre maioria e oposição, consequentemente, de atribuir a ambas as responsabilidades pela disputa aberta, além do fato de que a carta expressaria dúvidas sobre os rumos tomados pelo Partido soviético. Polemizando duramente com Trotski e Zinoviev, Togliatti afirmaria que o vínculo entre a Rússia comunista e a revolução mundial estava garantido pela linha política da maioria do partido bolchevique. Uma vez perdida a unidade do grupo dirigente leninista, a função mundial da URSS estaria ligada à consolidação do poder soviético e de seu modelo de Estado como apresentado pela estratégia de Stalin, resultando, portanto, que o PCI deveria se alinhar à maioria do PCURSS sem apresentar qualquer condição para tanto. Esta seria a origem do stalinismo de Togliatti, fundado na crença de que a força da URSS constituía o único recurso do comunismo internacional para a realização da revolução mundial, e de que era Stalin quem possuía a melhor estratégia para consolidar esta força.

A réplica de Gramsci, escrita em 26 de outubro de 1926, poucos dias antes de sua prisão, reafirmaria as ideias centrais de sua carta anterior, adotando, em diversos momentos, um tom bastante duro com Togliatti. Este teria falhado por uma forma de raciocinar “demasiadamente abstrata e esquemática” a tal ponto de inverter as partes da carta, forma de raciocínio que teria provocado em Gramsci “uma impressão das mais penosas”.¹⁶ Neste sentido, Gramsci retomaria a

crítica ao tratamento da questão da oposição através de medidas administrativas, uma vez que isso ameaçava destruir a força da URSS como elemento de atração e identificação das massas trabalhadoras no Ocidente. Com isso, ressaltava que a questão da unidade não constituía para ele um dado interno da lógica do partido, até porque este “é um elemento sempre instável”, mas um problema que dizia respeito ao movimento comunista internacional, fundamental para as grandes massas trabalhadoras.¹⁷ O problema da unidade, portanto, constituía-se como algo muito mais complexo porque dizia respeito à hegemonia do proletariado, à manutenção do Estado na Rússia, mas também ao sentido e missão dos comunistas no plano internacional. Desta perspectiva, o raciocínio de Togliatti seria acusado mesmo de “estar viciado pelo burocratismo” ao não compreender que o problema fundamental para os comunistas soviéticos não era a tomada do poder, passados já nove anos da revolução, mas o problema político e ideológico de consolidar a ideia de que “o proletariado, uma vez tomado o poder, pode construir o socialismo”. A autoridade do Partido Comunista derivaria desta convicção, que só poderia ser inculcada nas massas “pelo fato político de que todo o Partido russo está convencido disso e luta de modo unitário”.¹⁸

Neste aspecto, Gramsci esclarecia que sua crítica ao comportamento da maioria, acusada de querer vencer de maneira esmagadora a oposição e de negligenciar o significado simbólico da construção do socialismo para as massas trabalhadoras internacionais, não desejava contestar o papel de liderança do Estado soviético, mas exatamente conclamar seus líderes à consciência da hegemonia. Emergia daí uma concepção da unidade comunista bem mais complexa do que aquela percebida pela leitura de Togliatti. Na verdade, o apelo de Gramsci à unidade baseava-se numa interpretação própria da tese do socialismo num só país, uma vez que pretendia manter viva a ideia da atualidade da revolução, ainda que não sua

17. *Idem*, p. 399.18. *Idem*, p. 402.

19. VACCA, op. cit., especialmente p. 75-88.

perspectiva imediata, conciliando-a com as exigências de defesa da URSS. Desta maneira, Gramsci revelava a consciência do perigo da separação entre política externa e política interna da URSS, ou seja, da separação entre a construção do socialismo naquele país e o papel internacional exercido por ele. Perigo que seria denunciado por Trotski, assumido estrategicamente por Stalin e aceito por Togliatti.

GRAMSCI E O PROBLEMA DA HEGEMONIA OPERÁRIA

Em seu informado livro sobre a vida e a obra de Gramsci, Giuseppe Vacca situa o desacordo entre o encarcerado e Togliatti no contexto dos avanços teóricos e interpretativos gramscianos que culminariam nas páginas dos Cadernos do cárcere.¹⁹ Desta forma, Vacca pode demonstrar que, se Gramsci não colocava em questão a fórmula do “socialismo num só país”, o fazia a partir de análises muito diferentes daquelas de Stalin e das interpretações que se consolidavam no interior da Internacional. Seria estranha a Gramsci, por exemplo, a tese da “estabilização relativa” do capitalismo com a qual o núcleo stalinista pretenderia justificar a estratégia do socialismo num só país. Os textos gramscianos anteriores à sua prisão se aprofundariam numa leitura das situações de estabilidade e instabilidade dos países europeus em que o elemento determinante não seria a economia, como na tese da “estabilização relativa”, mas a dinâmica da coesão entre os grupos sociais dominantes em cada país especificamente. Desta forma, pode-se afirmar que sua análise assume um caráter histórico e político, englobando o momento econômico, mas não o tomando como elemento decisivo. Daí a importância da análise das disputas políticas inseridas em sua realidade nacional. Gramsci distinguiria as nações europeias em países capitalistas periféricos e centrais, acentuando a instabilidade dos primeiros em relação à capacidade de resiliência às crises dos segundos. Nos

países de capitalismo avançado, a classe dominante possuiria reservas políticas e organizativas capazes de suportar mesmo as crises econômicas mais graves, o que invalidaria qualquer perspectiva que apostasse no colapso inevitável do capitalismo decorrente dessas crises. Isto significaria também que as condições da revolução na Rússia não poderiam ser replicadas automaticamente em outras realidades nacionais com estruturas de classe e condições políticas mais complexas que aquelas onde havia ocorrido a revolução bolchevique. Desta maneira, Gramsci evocaria, já neste período, a distinção entre Oriente e Ocidente que acompanharia o desenvolvimento de sua teoria da hegemonia, apontando o quão diferente já era sua análise da perspectiva do colapso do capitalismo típica da teoria do imperialismo e um dos pilares do “marxismo-leninismo” em fase de consolidação com a ascensão da liderança de Stalin.

Neste sentido, antes mesmo da polêmica com Togliatti, Gramsci havia desenvolvido a perspectiva de que o processo da revolução mundial não poderia se basear na expectativa de uma catástrofe econômica, mas na capacidade dos comunistas construírem, especificamente em cada país, uma resposta adequada à crise geral do capitalismo superior à que a burguesia poderia oferecer. Essas reflexões se tornariam a base de seu esboço de uma teoria geral das crises desenvolvida posteriormente nos Cadernos do cárcere. Ali, Gramsci indicaria como origem das crises e das guerras no capitalismo o contraste entre o cosmopolitismo da economia e o nacionalismo da política, ou seja, as crises decorreriam da incapacidade das classes dirigentes enfrentarem as assimetrias do desenvolvimento capitalista adequando as ações da política nacional à realidade de uma economia mundializada. Ainda que corroborando a tese do “socialismo num só país”, o quadro conceitual de Gramsci se apresentaria muito diferente daquele do stalinismo. Stalin pretendia resumir a situação mundial pós-guerra a partir do esquema dicotômico dos “dois campos” de atração, um polo formado pelas nações mais avançadas do capitalis-

20. VACCA, op. cit., p. 83.

mo, EUA e Inglaterra, e outro formado pela URSS com os demais países gravitando em torno dela. Diferentemente, a análise gramsciana já havia desenvolvido o paradigma da “interdependência” do mundo pós-bélico, uma situação como um “período histórico de intensificado processo contraditório no rumo da unidade”.²⁰

Desta forma, suas análises, ainda anteriores à polêmica com Togliatti, já pretendiam partir de um contexto nacional específico e, ao fazer uma distinção entre países capitalistas centrais e periféricos, empreender uma articulação regional da perspectiva internacional da política comunista que o esquema analítico stalinista não seria capaz de realizar. Com isso, Gramsci não apenas apontava para uma condição da dinâmica das relações internacionais muito mais complexa, porque marcada pelo alto grau de interdependência econômica das nações e, conseqüentemente, dos destinos dos trabalhadores, mas também para uma dinâmica de classes interna aos diferentes países que escapava aos esquemas stalinianos. Os países europeus de capitalismo periférico seriam caracterizados por uma composição demográfica em que a pequena burguesia desempenharia um papel fundamental de instabilidade política. Papel, no entanto, muito ambivalente, que deveria ser analisado caso a caso e não escamoteado através da tática stalinista da “frente única” como única fórmula válida para se alcançar o poder. Neste sentido, enquanto os esquemas interpretativos do Komintern se dirigiam ao enrijecimento das análises sobre as relações de classe nas sociedades capitalistas, Gramsci caminhava para se livrar desses esquematismos ao chamar a atenção para o papel cultural e político das chamadas “classes intermediárias”. Tais classes, diferentemente do que ocorreria no paradigma do “marxismo-leninismo”, seriam consideradas a partir de sua relativa autonomia, sua capacidade de realizar uma política própria e com uma ideologia capaz de influenciar até mesmo outros estratos sociais, como no caso do campesinato. Tomando o caso específico da Itália, por exemplo, Gramsci consideraria

o deslocamento da pequena burguesia italiana à direita como fato decisivo para explicar a emergência do fascismo ao poder.

Deste ponto, podemos retornar ao tema da “hegemonia do proletariado”, que Gramsci, em sua carta endereçada ao Comitê Central do PCURSS, conclamava de maneira tão preocupada para a maioria stalinista estabelecer. Para Vacca, mais uma vez, os avanços teóricos realizados por Gramsci em textos contemporâneos à sua polêmica com Togliatti, como no ensaio sobre a “questão meridional”, nos permitiriam compreender o sentido mais profundo com o qual o encarcerado passava a encarar a temática da hegemonia do proletariado.²¹ Tal tema havia sido elevado a verdadeiro cânone do bolchevismo a partir da identificação do campesinato pobre como aliado fundamental da classe operária na conquista do poder. Do ponto de vista do Partido Comunista Soviético no início dos anos 1920, a hegemonia política do operariado seria entendida como exercício de coerção do Estado proletário sobre os camponeses. Esta fórmula seria traduzida na Internacional pela lógica da necessidade da classe operária vencer seu corporativismo, fazendo concessões ao campesinato e suportando os sacrifícios decorrentes de não se constituir como classe socialmente majoritária durante um longo período histórico mesmo após a revolução. Gramsci reconheceria, na fórmula da Internacional, o mérito de estabelecer o papel indispensável do campesinato como agente revolucionário ao lado do proletariado. Em sua própria formulação, no entanto, caminharia além ao apontar a aliança operário/camponesa como fundamento importante, não apenas para o fato da revolução, mas para a própria construção de um Estado de novo tipo. Neste sentido, as concessões do proletariado ao campesinato não seriam apenas de caráter econômico, mas principalmente políticas. Em outros termos, a hegemonia do proletariado se fundamentaria em sua capacidade de construir um Estado que permitisse também a emancipação dos camponeses de tal forma que estes se reconhecessem na

21. VACCA, op. cit., p. 85-90.

22. VACCA, op. cit., p. 88.

figura deste Estado através da superação da oposição entre cidade e campo. Portanto, a hegemonia do proletariado seria entendida como direção solidária das massas operárias e camponesas decidida, antes mesmo do plano econômico, no plano da cultura e da política.²²

Esses avanços analíticos culminariam nos Cadernos do cárcere com a caracterização da URSS como uma forma de Estado “econômico-corporativo” operário relacionada à crítica gramsciana da formação de uma ortodoxia em torno do chamado “marxismo-leninismo”. Em especial, o desenvolvimento do paradigma gramsciano de análise chamaria a atenção para a insuficiência dos recursos hegemônicos do grupo dirigente soviético incapaz de resolver, por meio do partido, a questão dos intelectuais. Neste ponto de desenvolvimento, seu marco analítico já não seria o da “hegemonia do proletariado”, mas o da teoria da política como luta pela hegemonia, o que o encaminharia para uma releitura do marxismo nos termos de uma filosofia da práxis. No entanto, alguns dos pressupostos fundamentais para esse desenvolvimento seriam elaborados ao longo de 1926, ano em que Gramsci travaria a polêmica com Togliatti a respeito das disputas no interior do partido bolchevique. Neste sentido, ao acusar a maioria de não exercer sua responsabilidade de preservar a unidade do partido e garantir a “hegemonia do proletariado”, Gramsci suscitava o problema da própria natureza do Estado soviético que se estava construindo, denunciando sua fragilidade e imaturidade política. Seu posicionamento já era, portanto, bastante distante de um simples alinhamento à maioria stalinista.

TOGLIATTI E A STALINIZAÇÃO DO PCI

Apesar da insistência de Gramsci, em sua tréplica, para que a carta endereçada ao Comitê Central do PCURSS fosse encaminhada, Togliatti não a transmitiu. Seguiu o conselho

de Bukharin, considerando-a inoportuna e informou à Executiva do PCI sobre sua opinião. Seria, então, autorizado a suspender seu encaminhamento à espera de esclarecimentos que o partido italiano receberia do próprio Togliatti em reunião do Comitê Central que se realizaria no dia 2 de novembro. Realizada esta reunião, com a ausência de Gramsci, a carta seria arquivada e nunca se tornaria um documento oficial do PCI. Logo em seguida, Gramsci seria preso pelo regime fascista, e o destino de sua carta sobre a “questão russa” seria o esquecimento.

Com o cárcere de Gramsci, Togliatti atuaria decididamente no processo de stalinização do PCI verificado nos anos posteriores. Para tanto, apoiaria mesmo os atos de perseguição a Trotski e aos trotskistas perpetrados por Stalin, não apenas na URSS, como também nos países da Europa ocidental. Com a morte de Gramsci, coube exatamente a Togliatti o trabalho da edição de sua obra, que seria instrumentalizada em função dos objetivos políticos imediatos definidos pela ortodoxia do “marxismo-leninismo”. Esta instrumentalização política poderia ser verificada, por exemplo, nos apontamentos do primeiro seminário de estudos gramscianos que se desenvolveria em 1958.²³ A intenção de inscrever os Cadernos do cárcere no campo do leninismo levaria Togliatti a relacionar a estratégia do “socialismo num só país” à categoria gramsciana de “guerra de posição”, sugerindo, portanto, que uma vez reconhecida a derrota do proletariado no mundo ocidental, Gramsci teria aderido integralmente ao paradigma stalinista quando estava no cárcere. Com isso, não apenas lançava sombras sobre o conflito de 1926 como também obscureceria o fato de que, nos Cadernos, Gramsci classificaria a URSS como uma forma extremada de governo dos funcionários ou, em outros termos, “uma ditadura baseada na compressão da sociedade civil”.²⁴

Assim procedendo, Togliatti contribuiria decisivamente para uma recepção ambivalente da obra gramsciana,

23. VACCA, Giuseppe. Togliatti e Gramsci. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

24. Idem, p. 394

neutralizando sua força criativa e inovadora no interior do marxismo. Os efeitos mais duradouros de sua ação política, no entanto, se fariam perceber nos rumos stalinistas – que ele contribuiu ativamente para lançar – tomados por um dos mais importantes e singulares partidos comunistas do mundo ocidental.

LUZES À ESQUERDA: PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES MARXISTAS NO BRASIL E A DEMOCRACIA NOS ANOS 1970

ROSALBA LOPES

O texto a seguir pretende analisar o processo de transformação ocorrido nas concepções e na prática política dos partidos e organizações da esquerda marxista brasileira a partir dos anos de 1973/74, quando a repressão imposta pelo regime militar levou ao quase aniquilamento de tais organizações e ao consequente esgotamento daquelas perspectivas que informaram a luta armada. A hipótese central a ser desenvolvida é a de que, naquele contexto, a transformação assumiu características que permitem afirmar o início de uma inflexão democrática no pensamento da esquerda marxista brasileira, com expressões importantes em termos de sua prática política.

Pretende-se ressaltar, com a ideia de inflexão, tanto a superação de elementos autoritários, quanto a incorporação de valores democráticos, ainda que o processo não tenha atingido igual profundidade em todas as organizações que sobreviveram ao rigor da repressão. A particularidade do processo

1. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 16.

2. *Idem*, p. 17.

3. O termo “nova esquerda” é utilizado por GARCIA, Marco Aurélio. O PC realiza o V Congresso. Surge a nova esquerda. *Em Tempo*, n. 79, 30/08 a 05/09/1979. [Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979)].

estaria no fato de ele ter desencadeado o questionamento de elementos autoritários da cultura política da esquerda marxista brasileira, destacando-se a crítica ao forte teor vanguardista que, historicamente, se fizera presente nas formulações teóricas definidoras da ação política dessas organizações e/ou partidos. A ideia de uma lógica vanguardista pode ser formulada tomando-se, por exemplo, as reflexões de Daniel Aarão Reis: “(...) as organizações comunistas autoproclamam-se vanguardas políticas, Estados-Maiores. Decorrera que, para essa esquerda, fora sempre mais importante manter os princípios que assegurar a sintonia com o processo vivo da luta de classes”.¹ Por outro lado, tal lógica explicaria a estreiteza das bases sociais dessas organizações, pois, enquanto organizações de Estado-Maior, estariam “destinadas a permanecer como pequenos núcleos à espera de conjunturas críticas que permitissem seu acoplamento a amplos movimentos sociais”.²

O questionamento desse elemento sob a forma de autocrítica teria permitido um conjunto de transformações que consolidariam as bases para que a democracia ganhasse novos significados nas concepções e na prática de grande parte da esquerda marxista brasileira. O resultado mais expressivo seria a mudança nos padrões de relacionamento com a sociedade que pretendiam revolucionar. Ou seja, à medida que se estrutura a crítica ao vanguardismo, constroem-se os espaços que propiciarão um rico encontro entre tais organizações políticas e os setores organizados da sociedade. É neste encontro que se assentarão os alicerces de uma prática política mais democrática.

A década de 1960 pode ser tomada como um momento de rupturas: de um lado, temos a crise do stalinismo, que, iniciada em meados dos anos 1950, com o relatório Krushev, balança o PCB – o mais longo partido marxista brasileiro. Por outro lado, assistimos ao aparecimento de uma nova esquerda,³ expressão clara da crise acima referida. Surgem, neste contexto, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), a Ação Popular (AP) e o Partido

Comunista do Brasil (PC do B), importante dissidência do PCB. Entretanto, identificadas as rupturas, importa cogitar novamente sobre as continuidades. Assim, parece correto afirmar que essas rupturas em relação ao stalinismo, ocorridas no início da década de 1960, apesar de caminhar por diferentes vertentes do marxismo, não atingiram as bases do autoritarismo presente naquele paradigma.

Após o golpe de 1964, o aprofundamento daquelas rupturas em relação aos pressupostos stalinistas defendidos pelo PCB inicia um processo de militarização e de fragmentação da esquerda que a transformará num mosaico de pequenas organizações, em sua maioria defensoras da revolução armada. Estabelece-se, assim, uma dinâmica de sucessivos rachas, levando à conformação de uma nova esquerda, que, fragilizada, sucumbirá aos duros anos que se seguem ao golpe militar de 1964. Nesta esquerda, formada a partir de 1967/68, acentuam-se aqueles elementos autoritários próprios da lógica vanguardista. Isso porque, sem que se supere a raiz stalinista, então em crise, mas historicamente predominante no pensamento da esquerda brasileira, incorporam-se concepções igualmente vanguardistas como aquelas que embalaram a revolução chinesa ou mesmo as que se espalharam pela América Latina. Interessa-nos considerar a hipótese de que, ao período de predominância destas concepções, teria correspondido um distanciamento acentuado entre essas organizações de esquerda e os movimentos sociais. Tal aspecto, segundo Marco Aurélio Garcia, teria levado a que o debate político-ideológico se perdesse nas filigranas de uma discussão estratégica e, posteriormente, se diluísse num militarismo que fazia da teoria uma perda de tempo.⁴ Bastaria, então, apenas uma vanguarda exemplar para detonar o processo de tomada do poder político. A influência exercida pelo foquismo também ajuda a compreender por que o marxismo servirá às disputas exegeticas, teoria segundo a qual a revolução começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência

4. GARCIA, Marco Aurélio. Os profetas da esquerda armada. *Em Tempo*, n. 81, 13 a 19/09/1979. [Série Contribuição à História da Esquerda Brasileira (1960-1979)].

montanhosa. A esquerda brasileira toma conhecimento desta teoria através dos escritos de Che Guevara e de Régis Debray.

Acompanhamos, em especial nas páginas da revista *Brasil Socialista*, publicação organizada pelos movimentos de esquerda que haviam aderido à luta armada, esta mudança de concepção que abrirá espaço para uma recepção renovada desta esquerda à democracia. Em textos como os de Raul Vila, codinome de Eder Sader, presentes na *Brasil Socialista*, poderíamos encontrar uma perspectiva crítica ao vanguardismo e ao foquismo anunciando uma nova forma de relacionamento da esquerda organizada com as organizações e movimentos sociais. Perspectiva renovada que se constituiria como nova base para a esquerda brasileira se reposicionar diante da importância da democracia no país.

A BUSCA DE NOVOS FUNDAMENTOS PARA A ESQUERDA MARXISTA BRASILEIRA

Os anos iniciais da década de 1970 envolveram tanto uma reconstrução no sentido físico ou geracional, uma vez que era preciso substituir militantes mortos ou exilados, quanto uma discussão dos pressupostos que informaram o tipo de ação política preconizado pelos ideais da revolução armada. Acreditamos ser possível afirmar que, na clandestinidade daqueles anos, deram-se os primeiros passos no sentido da referida inflexão democrática, tanto no pensamento quanto na prática política da esquerda brasileira. A ocorrência de um processo de refundação da esquerda poderia ser entendida como o resultado da conjugação de, pelo menos, três elementos. Em primeiro lugar, destaca-se uma lógica situacional: estaríamos diante de um contexto que favorecia a problematização da relação, até então existente, com a democracia. Isso porque, nas condições impostas pelo regime militar e, dada a impossibilidade de continuidade da luta armada, a defesa das liberdades democráticas tomava lugar central no programa das

esquerdas, implicando transformações no plano da ação política. Tornava-se vital a discussão e definição de novas formas de ação política e, por conseguinte, a redefinição dos pressupostos teóricos que sustentavam aquela ação.

Em segundo lugar, temos um processo de autocrítica. Destaca-se a identificação dos elementos que constituem a lógica vanguardista como pontos a serem superados. Desse modo, a distância em relação aos movimentos de massa aparece como uma das questões mais frequentemente abordadas, juntamente com as propostas que buscam criar formas de inserção que superem tal distanciamento. A discussão evoluiu ao longo da década de 1970, sendo que os documentos⁵ nos permitem acompanhar mudanças significativas como, por exemplo, a passagem da indicação de uma política de proletarização⁶ como forma de inserção na sociedade, à defesa da construção, junto com os trabalhadores, de um partido político como forma de participação na política formal. Abria-se caminho para que se realizasse um encontro entre vanguarda política e sociedade. Tornam-se importantes as discussões e mudanças quanto à concepção em relação às funções do partido político. Mas, sobretudo, insinuam-se mudanças que provocarão um enraizamento das organizações de esquerda no corpo da sociedade, principalmente através do estabelecimento de novas relações com as demais formas de organização que se multiplicam naquele contexto. Destacam-se aí as organizações de bairros, os movimentos organizados pela Igreja, as novas organizações sindicais, o movimento estudantil etc. Trata-se, portanto, de acompanhar a construção das bases nas quais se assenta esse encontro.

O terceiro elemento constitutivo do processo seria a ampla discussão que se verifica em torno dos referenciais teóricos. Ou seja, por um lado, crítica e distanciamento dos paradigmas stalinistas que haviam prevalecido até os anos 1960. Por outro lado, verifica-se uma tentativa de resgatar importantes textos clássicos, sobretudo aqueles que tratam das ques-

5. Os documentos produzidos nesse período são de difícil acesso, por isso tivemos por base, sobretudo, os documentos pertencentes ao Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, organizado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985 e disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

6. A expressão, presente em vários documentos e também nas entrevistas, significava a integração do militante no mundo da produção. Incluía tanto o trabalho na produção, quanto a mudança de moradia etc. O termo aparece também como "política de obreirização".

tões democráticas. De forma análoga, estabelece-se um diálogo com novas vertentes surgidas no interior do marxismo. O ponto a destacar é a pluralidade que, na força de sua dinâmica, forjou um intenso questionamento da relação existente entre democracia e socialismo. Ainda que o processo não tenha se desenvolvido da mesma maneira nas diferentes organizações políticas da esquerda marxista brasileira, acreditamos ser possível afirmar a existência de uma tendência à superação da lógica autoritária que acaba por atingir a maioria das organizações que sobreviveram à ditadura.

Na elaboração do argumento, busca-se salientar a importância de um conjunto de questões que, sob diversas formas, comparecem ao debate. Em primeiro lugar, destaca-se a aceitação da distância em relação às massas – elemento central da lógica vanguardista – como o principal problema a ser superado. Conforme veremos, de uma maneira ou de outra, essa crítica estará presente em todos os processos de autocritica que tivemos a oportunidade de acompanhar. Variam, no entanto, os caminhos propostos para a superação da distância. Em termos gerais, eles podem ser resumidos em duas vertentes: por um lado, destaca-se a indicação de ações diretas que buscam lograr uma inserção nas massas, como o trabalho em bairros, em favelas, sindicatos etc. Por outro, sugere-se a formação de novo partido que, para além de organizar a ação dos trabalhadores, fosse expressão de sua consciência.

Desdobramento lógico da crítica ao vanguardismo, a discussão sobre o partido político – agora despido daquele sentido de Estado-Maior prevalecente na década anterior – ganha terreno. Ela aparece inicialmente carregada ainda das concepções vanguardistas, conforme poderemos ver na maioria dos documentos datados entre 1973/74, nos quais prevalece a ideia de penetrar nas massas, sendo função do partido o trabalho de educá-las, de trazer-lhes consciência. Aqui, embora já se reconheça como erro central na prática política dos anos anteriores a distância em relação às massas, prevalece a ideia de um partido que traga consciência.

O aprofundamento do debate em torno dessa relação parece ter tido uma importância decisiva para a construção de posições mais democráticas. A partir dele, abrem-se espaços para a ocorrência de confluências entre organizações e entre organizações e movimentos sociais. Sobretudo naqueles casos em que a autocrítica levou à alteração do sentido de verticalidade, até então predominante nas relações entre o partido e as demais formas de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Desse encontro, quando aconteceu, resultará um maior grau na inflexão que buscamos demonstrar, posto que ele força aqueles estreitos limites do horizonte teórico no qual se ancorava uma prática política desvinculada da dinâmica social. Neste caso, na culminância do processo, encontraremos o questionamento da relação entre a democracia e o socialismo, tal como ela se apresenta no paradigma stalinista. Dito de outra forma, ao considerarmos o encaminhamento da crítica ao vanguardismo, encontramos, de um lado, aquelas organizações e/ou partidos que, mesmo criticando o afastamento em relação às massas, continuam autoproclamando-se como o verdadeiro partido da classe operária. Sua função continua entendida como sendo a de organizar a classe, levando-lhe uma consciência que somente poderia vir de fora, e através do partido. Este seria o caso tanto do PCB quanto do PC do B.

Por outro lado, temos aquelas organizações que, tendo identificado seus erros vanguardistas, buscam caminhos para superá-los. Além de se aproximarem das massas, essas organizações buscam a construção de um partido da classe operária que seja expressão da consciência política desses trabalhadores. A aproximação da POLOP, AP, MR-8 e Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), consubstanciada na revista *Brasil Socialista*, é indicativa desse segundo posicionamento. A despeito do fracasso da formação da Tendência Proletária a partir do núcleo aglutinado na revista, é interessante observar que, dessas quatro organizações, somente o MR-8 tenha se absterido de participação na futura construção do Partido dos Trabalhadores.

7. COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980.

Em outro campo, teríamos aquelas organizações cujo processo de autocritica não culminou na superação do paradigma stalinista. Prevalece aqui uma visão instrumental da democracia, que só será defendida enquanto uma etapa na construção do socialismo. Este é, sobretudo, o caso do PCB e do PC do B, embora, à medida que a década avança, esse campo acabe por receber a migração do MR-8. Por outro lado, em relação ao PCB, faz-se necessário ressaltar que essa questão estará no cerne da polêmica que levará ao surgimento de uma dissidência que, através do eurocomunismo, buscará superar os limites da compreensão stalinista. Este grupo, que tem em Carlos Nelson Coutinho⁷ um de seus principais expoentes, afirma a democracia como um valor universal. Nesta formulação, o socialismo começa desde já e se constrói no terreno da democracia, que é a forma política que melhor permite às classes subalternas disputarem a hegemonia com os setores dominantes. O socialismo resulta, portanto, de um progresso experimentado pela democracia. Dessa forma, esse grupo se alinharia no terceiro campo, conforme delimitaremos abaixo. O seu próprio afastamento do PCB no final da década confirma a prevalência daquela visão instrumental.

No entanto, conforme já fizemos ressaltar, podemos encontrar outra forma de articulação dos elementos envolvidos nessa questão e, a partir dela, delimitar um segundo campo no interior da esquerda marxista brasileira. Para analisá-lo, estaremos nos utilizando, sobretudo, dos documentos publicados na revista *Brasil Socialista*, projeto que reunia AP, POLOP, MR-8 e MEP. No editorial do primeiro número, publicado em janeiro de 1975, encontramos explicitado o ideal pelo qual lutam, e que se vincula à construção de um partido revolucionário “fundado na teoria marxista-leninista; formado na concepção de revolução socialista e forjado em estreita vinculação com as lutas vivas da classe operária e do povo brasileiro”.⁸ Quanto à ação política, é do MR-8 o documento publicado neste primeiro número. Sob o título “Nossas tarefas atuais no movimento operário”, a organização coloca suas concepções.

Vejam os pontos que nos interessam. Em primeiro lugar, o proletariado aparece como a força hegemônica na revolução. Mas, para não se frustrar, precisa construir seu partido, sendo esta a tarefa central dos comunistas: “A tarefa de penetrar nas massas, aglutinar, organizar e dirigir seus elementos mais combativos coloca-se portanto, hoje, na ordem do dia e tem de ser desenvolvida”.⁹ Na sequência, o problema da distância em relação às massas é considerado:

A penetração na classe operária é, portanto, parte integrante e inseparável da construção do Partido. [...] Para nós só há um caminho nesse sentido: é nos vincularmos com as massas, particularmente com a classe operária. E essa vinculação só será bem-sucedida se nossas posições interpretarem corretamente os problemas e derem uma orientação justa para as lutas do proletariado [...].¹⁰

Além de organizar a resistência dos trabalhadores, o processo de “penetração” na classe operária tem outro aspecto fundamental, que é a atividade de formar e forjar as bases do partido, tido como destacamento de vanguarda do proletariado. Pode-se perceber por todo o texto a identificação do vanguardismo como problema a ser superado. Vejam a consideração do trabalho a ser realizado nas fábricas:

Nossa missão não é “inventar” ou “tirar da cartola” um novo movimento operário. Nossa missão é ligar-nos ao movimento operário existente e trabalhar no seu interior, lutando para transformá-lo. É ligar-nos às lutas reais da classe operária, por mais fragmentadas, parciais e reduzidas que sejam, trabalhando incansavelmente para uni-las, organizá-las e direcioná-las.¹¹

Por isso, o documento traça um plano para vincular-se às massas que passa tanto pelo trabalho nas fábricas – principal frente de atuação –, quanto pelo trabalho no interior

8. BRASIL Socialista. Le Mont: Nouvelles Editions Populaires, n. 1, jan. 1975. Editorial, p. 2.

9. Idem, p. 5.

10. Idem, p. 18.

11. Idem, p. 29.

12. BRASIL Socialista. Renens: Nouvelles Editions Populaires, n. 7, out. 1976, p. 5.

13. Idem

14. Idem, p. 7.

dos sindicatos atrelados. Por fim, pretende também atingir os bairros onde existem possibilidades de trabalho legal. Na sequência, destacaremos trechos de um artigo da Ação Popular Marxista Leninista (APML) publicado no número 6 da revista, sob o seguinte título: “No rumo da construção partidária: desenvolver a tendência proletária da esquerda”. Aqui, conforme veremos, já encontramos um aprofundamento da autocrítica, à medida que se identifica, ainda que timidamente, a necessidade de uma fusão entre vanguardas. Primeiramente, também aqui a tarefa de construção do partido aparece como prioritária, daí a importância assumida pela Tendência Proletária. Acompanhemos as palavras do autor: “É no desenvolvimento desse processo autocrítico e da fusão inicial desse movimento com a nova vanguarda social que se gesta no seio da classe operária que vem se conformando a tendência proletária da esquerda brasileira”.¹²

Temos, ainda, em mira um documento produzido em 1976, assinado por Raul Vila e publicado no número 7 de *Brasil Socialista*,¹³ sob o título “Para um balanço da P.O.”. Constitui-se numa análise da história da POLOP desde o seu nascimento. Aqui, para além das críticas já efetuadas, encontramos novo aprofundamento da problemática.

Em primeiro lugar, é interessante resgatar a forma como o autor apresenta o processo vivido pela organização desde o final da década de 1960:

Em 68 e 69 se lança [a PO?] à constituição de um núcleo partidário para buscar organizar as lutas da classe. Com a cisão de 70, a nova PO se lança numa prática obreirista até 72. 72 e 73 são anos de sobrevivência burocrática. A partir de 74 temos o doutrinário revisitado¹⁴

Isto posto, caracteriza-se a organização como sendo, naquele momento, constituída basicamente por intelectuais e estudantes, destacando o fato de não estarem presentes no movimento de massas. E pergunta:

Por onde pretendíamos crescer? Qual o eixo de nossa política? Não tínhamos nenhum ponto de partida evidente e teríamos que, nós mesmos, cavá-los. Nessas condições, não só nossa prática de massa será espontaneísta. Também nossa prática o será [...].¹⁵

15. Idem, p. 8.

16. Idem, p. 10.

17. Idem, p. 12.

A partir daí, o texto inicia uma análise mais detida da história da organização. Para nosso argumento, é interessante resgatar um aspecto central da reconstituição que elabora, e que se vincula à análise dos diversos posicionamentos que a organização teve em relação ao movimento de massas. O autor ressalta que, no momento de seu surgimento, a organização não estava ausente daquele movimento, conforme:

Pelo contrário, ela cresce nos sindicatos operários, nas ligas camponesas, em movimentos de moradores e no movimento estudantil e, ao fim, entre os sargentos e marinheiros [...]. Mas é um fato que o setor mais resistente à radicalização foi o movimento operário organizado e também aí a nossa penetração ficou marginal [...] a verdade]e é que as tendências revolucionárias se desenvolveram mais fora do movimento operário.¹⁶

Atentemos para o movimento de afastamento em relação ao movimento de massas, concomitante à adesão ao foquismo:

Avaliando-se hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada. Apesar de que realmente existia no país uma grande reserva de massas descontentes, elas se encontravam desorganizadas e desorientadas e nós nem tínhamos uma política para sua organização e orientação.¹⁷

Seguindo sua análise, pode-se aventar a hipótese de que as sérias tensões presentes na POLOP no período posterior ao golpe se vinculam a esta compreensão vanguardista

18. Idem, p. 13.

19. Idem, p. 13.

20. Idem, p. 13.

da relação partido/massas. Assim, mesmo tornando-se hegemônica a defesa do caminho armado, o autor aponta a existência de divergências:

Na PO, [...] o esvaziamento do trabalho militar se compensava por seu desenvolvimento no meio estudantil. Mas esse crescimento traz consigo uma polêmica que revelava seus impasses. Desde 65, atentando para o caráter democrático que assumia a oposição política ao regime, vários companheiros propõem que a PO assumira essa luta como meio de ligar-se ao movimento tal como se dava. Sua formulação tática se sintetizava na “Luta por uma Assembleia Constituinte” enquanto objetivo mais radical da luta democrática.¹⁸

Para o autor, “esses companheiros roçavam pelas questões candentes dos nossos silêncios sobre a tática”.¹⁹ Formavam uma tendência majoritária em Minas Gerais, defendendo posições próximas às da AP, organização que lançara o Movimento contra a Ditadura, mas será combatida violentamente pelo Comitê Nacional:

Na medida em que ela dera um caráter estratégico à luta democrática, não nos foi difícil apontar seus desvios etapistas e populistas. Opusemos então uma estratégia socialista à estratégia democrática, mas escamoteamos as questões táticas.²⁰

Depois de analisar as consequências da vitória das concepções debrayistas, volta-se para a década de 1970, quando, após a cisão POLOP/POC, opera-se uma transformação na organização. Mas já estamos nos duros anos 1970, e o refluxo do movimento operário, somado à dureza do regime, aponta o início de um longo processo desintegrador que minará a perspectiva de êxito. No fim de 1970, um núcleo minoritário rompe com a Política Operária (PO) e se constitui em Fração Bolchevique da Política

Operária, organização que terá um grande dinamismo em 1971/72 e que, em 1976, constituirá o MEP.

21. *Idem*, p. 23.

22. *Idem*, p. 24.

Durante 1974, vigorará a tese antivoluntarista segundo a qual, naquela conjuntura, o caráter das lutas não se alteraria, com ou sem a intervenção da organização. Pouco a pouco, volta-se a editar o jornal nacional e também a desenvolver as atividades nas fábricas. No entanto, ainda que a agitação democrática movimente o país, confluindo para o voto de protesto canalizado pelo MDB, a ideia de que não havia linha de massas possível coloca a PO na posição de crítica aos movimentos que ressurgem. Segundo o autor, nesta posição, sua tática será a construção de uma crítica ideológica da forma burguesa assumida pelo protesto popular.²¹ Nos anos posteriores e, por conta desta compreensão doutrinária da luta pelas liberdades democráticas, teremos novas cisões internas, além do encerramento das perspectivas de efetivação de um trabalho conjunto com o MR-8 e com a AP.

Enfim, chegamos ao ano de 1976, quando ocorre mais uma cisão. Acompanhemos as palavras do autor:

O emaranhado insolúvel em que se meteu o Comitê Nacional da PO a partir de 74 se origina da contradição entre a rigidez abstrata das suas proposições e o impulso concreto que deu às atividades da massa. [...] a crítica ao propagandismo da velha PO leva o atual núcleo dirigente a uma postura ainda mais doutrinária. Porque no lugar dos silêncios de Ernesto Martins a respeito da tática, eles estabelecem uma arquitetura rígida que responde a tudo a partir de um supino desprezo pelo movimento espontâneo. Assim, criticam a concepção de comitês de empresa da velha PO que os via como desenvolvimento das comissões que se formavam espontaneamente nas empresas mais combativas.²²

É na relação da organização com o movimento que acontece espontaneamente na sociedade que o autor localiza

23. Idem, p. 25.

24. Idem, p. 29-30.

o problema das concepções da POLOP. A crítica aparece de forma bastante clara no trecho que se segue:

Incapazes de definir a prática de massas que formaria um proletariado autônomo, vamos desenvolver uma prática de pedagogos. Os silêncios sintomáticos de nossos “documentos básicos” sobre a “linha de massas” são na verdade encobertos pelas recomendações repetidas da propaganda e da agitação de uma “política de classes”. Esta “política de classe”, presente apenas como chamamento, como referência a uma classe “ideal”, se contrapõe irreconciliavelmente face à classe real e impede a O. de repousar nos trilhos das lutas de classe como se dão.²³

Conforme vemos, a crítica concentra-se na forma como ocorreu a aproximação com as massas, ou seja, no fato de que a ruptura com o vanguardismo não atingira uma profundidade capaz de impedir uma “prática de pedagogos”. Ressalta, ainda, a ausência de uma tática que permitisse a aproximação entre as organizações e a classe operária. Na sequência do documento, temos indícios de mudanças nos termos da discussão. Identifica-se, agora, uma crítica não mais à ausência de um trabalho de aproximação, mas às concepções que informam este trabalho:

Ernesto Martins não ignora que é com a própria experiência que o proletariado toma consciência de seus interesses, mas pensa que o papel da vanguarda se limita a esclarecer suas experiências. Os militantes devem ir à classe porque só estando presentes fisicamente no meio operário saberemos adequar a propaganda marxista aos problemas concretos dos operários, desenvolvendo uma agitação anticapitalista viva [...]. Segundo essa concepção ultravanguardista, a consciência penetra nas cabeças dos nossos proletários graças à agitação persistente dos comunistas. Esconde-se aí que a consciência surge do encontro entre as proposições da vanguarda e o movimento espontâneo da massa.²⁴

Segundo o autor, até então militante da PO, seria necessário:

25. Idem, p. 30.

26. Idem, p. 34.

[...] a partir do conhecimento da situação e das nossas forças – propor uma via de luta capaz de ser massificada. Daí que os “nossos proletários” não possam ser encarados como essa massa informe a ser moldada pelos teóricos, mas, pelo contrário, é sua prática que oferece as condições nas quais temos que determinar uma linha de ação revolucionária – que será aquela possível de ser assumida por eles.²⁵

Ou seja, prevalece a tendência que manteve uma prática de tipo propagandista e doutrinária:

Mantém-se (sic) as posições básicas que asseguram a coesão da militância; introduz-se a problemática da conjuntura e da tática, apontada como a lacuna responsável pelas consequências anteriores; mas afirma-se que, “na atual conjuntura”, a tática se reduz à luta ideológica [...]26

De forma mais elaborada, o problema é agora colocado na relação entre a autonomia da classe e a organização majoritária da classe. Acreditamos que neste ponto se fundam as bases para o desenvolvimento de uma discussão que desembocará na inclusão, nas formulações da esquerda, de um tema quase periférico até então: o tema da sociedade. Ou seja, o questionamento da relação partido/massas, desenvolvido num contexto de derrota das posições vanguardistas e de imersão dos partidos na ilegalidade, permitiu uma melhor percepção em relação aos diversos movimentos que brotavam no interior da sociedade, aglutinados em torno da luta pelas liberdades democráticas.

Doravante, será necessário que o aprofundamento das discussões e da autocrítica no interior da esquerda abra espaço para a busca de referenciais teóricos que atentem para a esfera societária. A secundarização dessa esfera se

efetivara ao lado da incorporação de uma visão restrita de revolução, centrada na ideia da tomada do poder de Estado, também considerado apenas em seu sentido coercitivo. Todo o processo obedeceria a uma lógica que, compreendida pelo partido/vanguarda, havia de ser ensinada para as massas. Busca-se penetrar nelas, ensiná-las. À medida que esse aspecto passa a ser questionado, abrem-se as portas para que surjam, em toda sua complexidade, as questões que envolvem aquela esfera e que se mostrarão centrais à medida que avança a transição para a democracia. Quanto à POLOP, gostaríamos ainda de ressaltar que, enredada na forma doutrinária assumida na discussão, ela romperá com a “Tendência Proletária” e, a partir de seus posicionamentos perante a luta por liberdades democráticas, acabará por isolar-se, perdendo a força que possuía.

DO VANGUARDISMO ÀS BASES DE UMA CONCEPÇÃO DA DEMOCRACIA

Em primeiro lugar, é preciso adiantar que não pretendemos afirmar que todas as organizações que estaremos considerando nessa etapa tenham vivido o processo na mesma intensidade. Nem mesmo os documentos, parciais e fragmentados, nos permitiriam tal intento. O que se pretende é afirmar a conformação de um campo onde a autocrítica tendeu a aprofundar-se em maior ou menor grau, mas permitindo a superação não só do reconhecido vanguardismo, como também – quando alcançou seu grau mais profundo – a superação de um último ranço stalinista, consubstanciado na compreensão da existência de uma oposição entre democracia e socialismo.

Para acompanhar a mudança, iniciemos com um documento emblemático e que, já no título, explicita a questão: trata-se de “Socialismo e liberdades democráticas”, assinado por Daniel Terra (MR-8) em setembro de 1976. Trata-se de uma análise da esquerda revolucionária, que, para o autor, estaria dividida entre aqueles que sustentam

que o movimento de massas se reorganizará em torno das lutas de resistência democrática e a posição dos doutrinariistas, para quem a luta por liberdades democráticas no terreno do capitalismo é uma luta burguesa e significa o abandono da estratégia socialista, um “desvio democratista”. O acompanhamento do artigo nos permite perceber mudanças significativas na concepção da relação entre democracia e socialismo. Encontra-se, aqui, aquele reconhecimento do erro: o afastamento em relação às massas. Reproduz-se a divisão: de um lado, teríamos os doutrinariistas e, de outro, a Tendência Proletária. No desenvolvimento do artigo, o autor busca colocar em destaque as questões de fundo que os diferencia, fazendo ressaltar as dimensões que dizem respeito às liberdades democráticas.

A Tendência Proletária afirma a necessidade e possibilidade de transformações democráticas radicais como parte da luta pelo socialismo, buscando em Lenin a fundamentação teórica para essa afirmação. Ao longo do artigo, podemos acompanhar a citação de vários trechos da obra daquele autor. Reproduziremos alguns deles. Segundo o autor, em “O Estado e a Revolução”, a Tendência Proletária busca a justificativa para a relação de necessidade entre as transformações democráticas e o socialismo:

Como todos os oportunistas, [...] Bersntein não compreendeu de modo algum, em primeiro lugar, que é impossível passar do capitalismo ao socialismo sem um certo retorno ao democratismo primitivo (porque como agir de outro modo para que as funções do Estado sejam exercidas pela maioria, pela totalidade da população?).²⁷

Cita ainda outras obras de Lenin, nas quais a democracia ocupa um lugar central no processo de construção do socialismo à medida que permite a realização da emancipação dos operários, dimensão fundamental para a construção da igualdade. Este seria o caso de Duas Táticas:

27. BRASIL Socialista, jan. 1977. p. 66.

28. Idem, p. 66.

29. Idem, p. 66.

30. Não tivemos acesso a este documento.

31. Idem, p. 70.

Nós estamos persuadidos de que a emancipação dos operários só pode ser obra deles mesmos. Sem a consciência e a organização das massas, sem sua preparação e sua educação por meio da luta de classes aberta contra toda a burguesia, não se pode falar em revolução socialista. Quem quiser ir ao socialismo por outro caminho que não seja o do democratismo político, chegará infalivelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como no político [...].²⁸

A partir de tais citações, Daniel Terra afirma que não se pode chegar à ditadura do proletariado senão através de “determinados avanços que, a princípio, colocam-se ainda no terreno do capitalismo e da democracia burguesa”.²⁹ Isto posto, analisa as posições divergentes em relação ao tema, mantidas pela PO e pelo MEP. Em primeiro lugar, analisa trechos do documento *Marxismo Militante*,³⁰ no qual a Política Operária defende um governo revolucionário dos trabalhadores como a alternativa proletária às lutas pelas liberdades democráticas que são identificadas como “palavra de ordem dos patrões”. Na argumentação que desenvolve contra essas posições da PO, Terra vai revelando a distância em relação às posições desta organização e, por outro lado, a distância entre as formulações defendidas pela Tendência Proletária e aquelas que informaram as ações da esquerda revolucionária no final da década de 1960.

Em seguida, contrapõe-se também às posições defendidas pelo MEP. Acompanhemos:

[...] os companheiros do MEP afirmam que, ao falarmos em “liberdades democráticas”, estamos defendendo a democracia em geral. [E contrapõe:] [...] nós não temos qualquer dúvida em afirmar que todo avanço democrático parcial, conquistado antes da tomada do poder, coloca-se ainda dentro do terreno da democracia burguesa, ainda que a ela se oponha e vise a sua destruição.³¹

No entanto, reconhece como um erro pretender que os avanços democráticos estejam em contradição com a ditadura do proletariado, ou seja, é um erro “não perceber que a ditadura do proletariado é a concretização mais perfeita dos princípios democráticos gerais”.³² Contra as posições do MEP, afirma ainda:

[...] os comunistas não se distinguem dos liberais porque duvidem da possibilidade de que a humanidade atinja um grau de desenvolvimento em que todos os homens sejam livres, mas porque afirmam que essa liberdade só é possível através da supressão das classes.³³

A partir do resgate do conceito leninista de democracia, o autor visa a iniciar a crítica daquelas posições que veem a democracia burguesa e a democracia proletária como realidades estanques:

[...] o conceito geral da democracia afirma que ela é uma forma de Estado, isto é, uma forma de violência organizada de uma classe sobre outra. [...] Portanto o próprio conceito geral de democracia já implica na existência de uma parcela da população submetida pela violência, e, assim, concretamente destituída dos direitos e liberdades.³⁴

No entanto, no período que vai da destruição do Estado burguês até o advento do comunismo, o Estado vai se extinguindo, pois “a própria maioria pode cumprir diretamente as tarefas do Estado”.³⁵ Nesta formulação, a conquista da democracia não é uma questão periférica na luta pelo socialismo. Pelo contrário, ela constitui a questão política essencial e decisiva da revolução social, pois o Estado burguês, segundo Lenin, deve ser substituído pela organização do proletariado em classe dominante, “pela conquista da democracia”.³⁶ Para Daniel Terra, Lenin teria deixado claro que:

32. Idem, p. 70.

33. Idem, p. 71.

34. Idem, p. 72.

35. Idem, p. 75.

36. Idem, p. 75.

37. Idem, p. 84.

38. Carta de Ricardo Azevedo desligando-se da APML, documento não paginado e sem data. Pode-se perceber a existência de um título no documento que, no entanto, está ilegível. O documento pertence ao arquivo pessoal do autor.

[...] os comunistas não lutam pela democracia apenas no sentido estratégico, isto é, pelo socialismo, mas que, no interesse de atingir esse objetivo, eles defendem também a máxima ampliação das liberdades democráticas burguesas, de forma a favorecer o desenvolvimento da consciência e da organização socialistas do proletariado [...].³⁷

Opõe-se, assim, à posição dos doutrinários que defendem apenas a participação nas lutas de caráter econômico. Vale lembrar que esta questão foi decisiva para que a POLOP se afastasse da Tendência Proletária. Estará também no centro da discussão que afastou a APML do MR-8.

A compreensão da autocrítica iniciada na década de 1970 como início da ruptura com o stalinismo é constatada, de maneira explícita, na carta que justificava o desligamento da APML por parte de um de seus líderes. Trata-se de Ricardo Azevedo. Acompanhem suas formulações. Para o autor, inclusive em nível mundial, a esquerda revolucionária fora incapaz de romper com a herança dogmática. Somente a partir da autocrítica iniciada na década de 1970, surgirá uma esquerda disposta a elaborar uma política “a partir do nível real de consciência e organização das massas, ou dito de outra forma, a partir da luta de classes existente”.³⁸

Neste ponto da argumentação, reúnem-se, novamente, os elementos que viemos ressaltando no processo de autocrítica. Ou seja, quando a crítica ao stalinismo deu lugar à incorporação da importância das demais formas de organização das massas, abriu-se espaço para a superação do vanguardismo e, com isso, para a valorização da experiência viva, da luta política concreta.

No entanto, a construção do partido proletário não se concretiza. Para o autor, isto se deve ao próprio afastamento em relação ao movimento operário. Fazendo referência a outro texto de sua autoria, mas assinado com o codinome Fábio de Almeida, ressalta novamente que a questão básica do pro-

cesso de construção partidária no Brasil se vincula à necessidade da fusão da vanguarda ideológica com a vanguarda social. Processo que estaria longe de acontecer, uma vez que as organizações da esquerda continuavam enredadas numa dinâmica interna que as mantinha distanciadas do movimento operário, conforme ficara claro nos movimentos dos anos de 1978/79, liderados pelos chamados “sindicalistas autênticos”, origem de uma combativa vanguarda social.

Uma vez apontada a importância do encontro, o autor sugere que tais pressupostos impõem a questão do Partido dos Trabalhadores (PT), pois “o processo de construção partidária virá do desenvolvimento da interação dialética entre vanguarda ideológica e vanguarda social dentro de uma estrutura política mais ampla. E é nesse sentido que o PT, embora não sendo o Partido defensor dos interesses históricos da classe tem também uma dimensão estratégica, parecendo como o palco privilegiado capaz de permitir a fusão da vanguarda ideológica com a vanguarda social, num processo que parte da dinâmica viva do movimento social e que passa por um longo processo de maturação”.³⁹

Não sendo possível, dados os limites deste texto, considerar a formação do PT, apenas gostaríamos de tomar a sua formação como essa expressão de mudanças no cenário político brasileiro e, principalmente, no interior da esquerda brasileira. Com a sua formação, inicia-se um processo de convergência das diversas organizações, definindo uma trajetória inversa daquela traçada a partir do final da década de 1960, quando a esquerda marxista brasileira se torna um emaranhado de pequenos grupos.

Quanto ao MEP, ainda em documento de 1978,⁴⁰ deixa transparecer que se aproximava do campo “doutrinário”. Se a afirmação for correta, pode ser bastante esclarecedor acompanhar o percurso que, mais tarde, também levará o MEP a participar da formação do PT. No entanto, é trabalho para outro momento. Por ora, ficaremos com a conside-

39. Idem.

40. TEORIA e Prática, [s.l.], n. 7, dez. 1978. Resolução acerca da questão eleitoral e parlamentar, p. 2-28.

41. A CONSTRUÇÃO do Partido Revolucionário hoje. [s.l.]: Democracia Socialista (DS), dez. 1979. (Mimeogr.). Arquivo pessoal de João Antônio de Paula.

42. Idem, p. 15.

ração de suas posições em 1978. No documento em questão, ainda encontramos aquela visão instrumental da democracia. No entanto, expressa-se uma mudança à medida que a organização, que sempre defendera o voto nulo, passa a defender a participação no processo eleitoral. É interessante acompanhar a construção da justificativa para tal mudança.

Em primeiro lugar, ressalta o renascimento do movimento operário e das lutas organizadas por diversos setores da sociedade: a luta contra a pobreza e a opressão, por melhores condições de vida, pela conquista da liberdade de manifestação e organização sindical e política etc. Neste contexto, a discussão sobre a posição a ser tomada frente às eleições e, por pressuposto, frente às instituições parlamentares tidas como burguesas, tornava-se candente. E é em relação ao parlamento e aos objetivos gerais do proletariado que encontramos aquele sentido utilitarista:

[...] agir de modo a aproveitar ao máximo as particularidades de cada momento das lutas de classe no sentido de melhor preparar os trabalhadores para o assalto ao poder – somente assim concebido, o trabalho comunista toma como objetivo imediato o fim do Estado e do parlamento burguês.⁴¹

Ou seja, incorpora-se a democracia, mas somente numa dimensão tática. Assim, um dos elementos que constitui a política parlamentar defendida pela organização é a compreensão daquela arena como mais uma frente de luta, a ser utilizada para a ampliação e dinamização do trabalho de agitação e propaganda. Ao texto:

É com esta política que nos propomos utilizar o parlamento burguês para reforçar as atividades extraparlamentares de educação socialista das massas trabalhadoras, de sua organização independente e de construção do partido revolucionário da classe operária [...].⁴²

O sentido é o de denunciar a farsa eleitoral, bem como “a farsa do parlamento tutelado pelo regime, do parlamentarismo em geral, da natureza viciada dos processos eleitorais e da representação política sob o controle da burguesia”.⁴³

Portanto,

[...] é preciso desmistificar o significado do parlamento burguês e apontá-lo claramente como uma instituição política vinculada ao Estado burguês, assim como esclarecer que o objetivo da luta dos trabalhadores deve ser a destruição deste Estado e de suas instituições e a implantação de um governo dos trabalhadores, empreendimentos estes que só podem ser levados a cabo pela ação direta das massas trabalhadoras fora do parlamento.⁴⁴

Por outro lado, neste mesmo contexto surgem organizações novas que, imunes ao peso do dogmatismo, poderão participar no processo de construção do partido. Tais organizações já teriam incorporado pressupostos que associam democracia e socialismo, aspecto que se apresenta em seus próprios nomes. Assim, temos o surgimento da Democracia Socialista (DS) e da Convergência Socialista. Em documento de dezembro de 1979,⁴⁵ a DS afirma: “a concepção de democracia socialista é um tema que diz respeito à luta por uma forma de democracia desde hoje no movimento operário”.⁴⁶ Em outro texto da DS, “É preciso lutar para tirarmos o atraso”,⁴⁷ pode-se perceber que a questão da construção do partido se tornara central. Em primeiro lugar, encontramos uma análise interna que identifica, na herança da esquerda brasileira, um dos motivos para a dificuldade de construção do partido. Identifica ainda uma tendência à aproximação dos diversos grupos da esquerda, aproximação esta “que se dá através do movimento pró-PT, da referência comum à revolução permanente e ao marxismo revolucionário”.⁴⁸ Também deixa clara a existência de novas relações com os diversos movimentos exis-

43. Idem, p. 16.

44. Idem p. 25.

45. A CONSTRUÇÃO do Partido Revolucionário hoje. [s.l.]: Democracia Socialista (DS), dez. 1979. (Mimeogr.). Arquivo pessoal de João Antônio de Paula.

46. Idem, p. 6.

47. É PRECISO lutar para tirarmos o atraso. [s.l.]: Democracia Socialista (DS), 1979. (Mimeogr.). Arquivo pessoal de João Antônio de Paula.

48. Idem, p. 4.

49. Idem, p. 5.

tentes no interior da sociedade. Assim, entre as preocupações levantadas, encontramos a seguinte: “precisar uma linha de participação no movimento de mulheres; bem como no trabalho de bairros; no movimento negro”.⁴⁹

Vemos, neste exemplo, a culminância da trajetória que permitiria uma reavaliação das relações entre democracia e socialismo. Trajetória que significou, para muitas organizações, uma profunda autocrítica que, conforme tentamos traçar, teria partido do reconhecimento do equívoco contido na lógica vanguardista e, a partir daí, identificado a necessidade de construção de um partido que de fato expressasse a consciência e a prática da classe operária. Reconhecimento difícil, pois, no limite, significava submeter-se à desconfiança das demais formas de organização presentes no interior da sociedade. Neste sentido, pode ser bastante esclarecedor, embora extrapole nosso objetivo, acompanhar o processo que levou as demais formas de organização a superar aquela tendência a rechaçar as organizações de tipo partidário. Por outro lado, ressaltamos o fato de, no confronto com a ditadura, esta esquerda ter se visto obrigada a redimensionar suas relações com as instituições democráticas. Neste contexto, parece dispensável afirmar que a todas estas mudanças no plano da prática corresponderam mudanças no plano teórico, e que importa considerar tais mudanças. No entanto, somente poderemos apontar indícios, vestígios dos vários caminhos trilhados nesta procura. Isto porque, da crise vivida pela esquerda marxista no Brasil e no mundo, resultará um fato novo: não mais haverá um paradigma único. A esquerda pluraliza-se.

Observa-se, pelos documentos apreendidos com militantes, uma tentativa de recuperar elementos da obra de Lenin formulados antes da Revolução de 1917, sendo o ponto a destacar a busca por discussões em torno das questões democráticas. Esta é a discussão central de um documento apreendido junto a militantes da AP, cujo título é “Sobre o trabalho

do Partido entre as massas: trechos selecionados de Lenin”. Conforme indicado no título, trata-se de uma longa relação de trechos das obras de Lenin que trazem subsídios para a questão em foco. Encontram-se nesta compilação cerca de oitenta trechos, sendo que, destes, menos de quinze foram retirados de obras produzidas de 1917 em diante. Revela-se, assim, a tentativa de resgatar o pensamento leninista anterior à Revolução Bolchevique.

Para além das obras de Lenin, buscava-se inspiração nas mais variadas fontes do marxismo. Tanto na revista *Brasil Socialista*, quanto nos jornais alternativos, sobretudo no *Em Tempo*, publicavam-se artigos sobre Trotsky, Gramsci, Althusser, Rosa Luxemburgo etc. A título de exemplo, podemos acompanhar uma entrevista com Nicolau Poulantzas publicada no décimo número de *Brasil Socialista*. Abordam-se, ali, os problemas da estratégia para a tomada do poder nos países do sul europeu. Discutem-se temas como democracia socialista, Estado, dualidade do poder, sendo levantadas questões centrais que polarizam setores da esquerda. Em suas palavras, percebe-se que a esquerda marxista se abria para uma releitura dos clássicos através de uma lente que tornava promissora a chance de construção de um marxismo desvinculado de pressupostos autoritários. Fiquemos com as palavras de Poulantzas, que nos permitem uma pequena demonstração do resgate de aspectos da obra de Marx que desapareceram sob o dogmatismo da leitura stalinista: “Nas indicações de Marx e Engels, não se encontram nem indícios de uma concepção instrumentalista do Estado...”⁵⁰

Todo esse esforço de repensar o papel da democracia e da relação dos movimentos de esquerda com os diferentes movimentos sociais, assim acreditamos, contribui para a relativização daquelas considerações que apontam um autoritarismo inerente à esquerda, apontando, na verdade, para o tortuoso caminho através do qual a esquerda brasileira se encontraria com os direitos democráticos fundamentais.

50. BRASIL Socialista, op. cit., 1977, p. 101.

CONCLUSÃO

Neste texto, procuramos mostrar como a esquerda marxista no Brasil – gestada no interior de uma cultura fortemente autoritária, na qual predominou a compreensão stalinista do marxismo – alcança as bases para uma reflexão sobre a democracia a partir de meados de 1970. Nas páginas de publicações da esquerda posta na ilegalidade, como nas da revista *Brasil Socialista*, podemos mapear os contornos deste encontro do marxismo brasileiro com os temas democráticos.

Tal encontro, na verdade, não se deu de forma natural e imediata. No Brasil, quando a crise desencadeada pelo relatório Krushev sacudiu o stalinismo, outras vertentes igualmente autoritárias vieram a sobrepor-se àquela vertente stalinista. Vertentes que fizeram da democracia um tema ausente, quase recusado, nos debates da esquerda marxista brasileira. Mesmo quando comparece, é valorizada em seu sentido instrumental e, sempre, de maneira contraposta ao socialismo.

No entanto, recusamos a compreensão de que, por se fazer presente desde o surgimento da primeira organização marxista no Brasil, o autoritarismo seria um elemento definidor das concepções e da prática política da esquerda marxista brasileira, afirmação esta que tornaria inviável a construção de um projeto democrático de esquerda que pudesse colocar-se como alternativa ao projeto neoliberal atualmente hegemônico. Ao contrário, procuramos demonstrar o desenvolvimento de um processo de transformação que, ao colocar em xeque aqueles elementos autoritários, sedimentou as bases para que o tema da democracia encontrasse lugar nas formulações da esquerda brasileira e, mais significativo ainda, para que surgisse associado ao tema do socialismo.

O desenvolvimento de tal processo teria envolvido a conjugação de três elementos. De um lado, um conjunto de fatores vinculados ao plano da vida prática quase tornava obrigatória a defesa das liberdades democráticas. Ou seja, à medida que as organizações políticas marxistas se viram infernal-

mente perseguidas pelo regime ditatorial, como não lutar por tais liberdades? Como posicionar-se frente às brechas abertas no monolitismo daquele regime, quando este se via obrigado a buscar certo grau de legitimação utilizando-se de expedientes democráticos como as eleições? Tais aspectos conformam um primeiro elemento que procuramos delinear com a ideia da existência de uma lógica situacional que impunha a defesa das liberdades democráticas.

Um segundo elemento a compor a transformação de que falamos se expressa na profunda autocrítica iniciada por aquelas organizações que escaparam à dureza da repressão. No exílio ou clandestinos, os militantes dessas organizações e/ou partidos começam a avaliação de seus erros. Conforme demonstramos, esta autocrítica, ao colocar em xeque um dos elementos centrais do marxismo stalinista, consubstanciado na ideia de uma lógica vanguardista, teria aberto espaço para que essas organizações, em maior ou menor grau, superassem aquele paradigma buscando um enraizamento na sociedade e, a partir dele, a construção de um partido que de fato representasse a classe operária.

Na esteira deste processo, recolocou-se a problemática da democracia em sua relação com o socialismo, trazendo à tona a necessidade de superação dos estreitos limites do paradigma stalinista. Abre-se, assim, aquela discussão apontada como o terceiro elemento que compõe a transformação que queremos caracterizar. Qual seja: a busca por novos referenciais teóricos que oferecessem a possibilidade de compreensão da democracia no campo da esquerda. Destaca-se, aqui, o desaparecimento de um paradigma único a nortear o pensamento e a prática da esquerda marxista brasileira.

Pode-se afirmar, então, que esta esquerda se pluraliza. A partir do desenvolvimento da análise desses três elementos, e guardadas as diferenças no encaminhamento do processo, foi possível perceber a conformação de três campos no interior da esquerda marxista brasileira. Um primeiro campo, pouco explorado, visto que se recusou ao debate. Neste caso, ainda que

a autocrítica tenha avançado na identificação dos problemas decorrentes da lógica vanguardista, a inflexão não ocorreu e a democracia continuou vista como um instrumento de dominação da burguesia. No segundo campo que vimos surgir, a limitação no processo já se insinua naquele primeiro momento de autocrítica, quando a identificação da distância em relação às massas não culmina na discussão da relação do partido com a classe que pensa representar. Neste caso, não há superação do paradigma stalinista, e a defesa da democracia se fará em seu sentido instrumental. Ou seja, como algo que pode ser descartado assim que a construção do socialismo se tornar plausível.

Por fim, foi possível demonstrar a superação daquele paradigma a partir da conformação de um terceiro campo no interior da esquerda. Neste caso, a autocrítica, tendo posto em xeque a lógica vanguardista, aprofundou-se a ponto de alterar as relações entre as organizações da vanguarda política e as demais formas de organização presentes no interior da sociedade civil. Contempla-se, ainda, a recolocação da problemática da democracia, que, agora, surge associada ao socialismo. Ou seja, nas formulações que começam a desenvolver-se neste campo da esquerda marxista brasileira, a importância da democracia será vinculada àquela dimensão ressaltada por Marx e que diz respeito à possibilidade da emancipação humana.

Neste diapasão, verificamos que todo o processo de reavaliação da questão democrática, pelo qual passou a esquerda marxista brasileira na década de 1970, reafirma o pertencimento da democracia ao universo categorial do marxismo. Também ajuda a combater a crítica liberal, que, tornando-se hegemônica, sobretudo após a queda do muro de Berlim, deitou por sobre a teoria marxista, como característica intrínseca e inarredável, um autoritarismo que não se verifica em sua origem.

ORIGENS HISTÓRICAS DO FEMINISMO SOCIALISTA E AS MULHERES NA RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA

CLARISSE PARADIS E SARAH DE ROURE

APRESENTAÇÃO

O pensamento socialista e o processo de organização do movimento socialista, desde suas origens, depararam-se com o desafio de responder à questão da igualdade entre mulheres e homens. Socialismo e feminismo são herdeiros de um momento histórico em que se sedimentou a visão de que os homens (e por que não as mulheres?) são sujeitos de sua história, colocam-se a tarefa de mudar as relações sociais de dominação e desigualdade, desigualdade esta que não se aceitava mais ser explicada por um pretenso “destino”, pela vontade divina ou pela natureza/biologia.

Se é bastante consensual a visão de que o período do Iluminismo e da Revolução Francesa marcam os primeiros passos do feminismo como questionamento coletivo da opressão das mulheres, é menos conhecido o fato de que a participação na Revolução Francesa também aponta um

momento, ainda que incipiente, do movimento de mulheres como processo de auto-organização, e destaca o tenso e recorrente dilema de confronto das reivindicações das mulheres com os movimentos de mudança social.

O debate sobre a igualdade, a indignação diante da situação das mulheres na sociedade, o questionamento dos argumentos – seja na filosofia, no pensamento político ou nas ciências – de uma pretensa “natureza feminina” como justificativa para relações sociais de dominação e explicação para manutenção da divisão sexual do trabalho (ainda que não delimitado como um conceito) mantiveram-se presentes durante a primeira metade do século XIX. E inclusive nos círculos do movimento dos trabalhadores, como demonstram o pensamento de Fourier e os escritos e a militância de Flora Tristan. Mas é a partir de 1850 que há uma ampliação do que se conhece como movimento feminista como organização das mulheres reivindicando direitos e igualdade e buscando um processo de mobilização coletiva em distintos setores da sociedade.

Feminismo e socialismo desenvolveram-se em um mesmo contexto histórico, confrontando-se com a aceleração do desenvolvimento capitalista. E o feminismo, denominado questão da mulher ou polêmica sobre a igualdade entre os sexos, é parte da construção do pensamento socialista desde o início. A tradição do socialismo e do feminismo também deve abarcar a noção de uma profunda igualdade étnico-racial. Apesar de não termos condições de aprofundar aqui a relação entre antirracismo e socialismo, essa relação também obteve atenção no século XIX. Podemos citar as discussões e atuação contra a escravidão e o envolvimento das militantes mulheres nesta luta, ou as obras do início do século XX de Jose Carlos Mariátegui.

Reconhecer a luta das mulheres socialistas e compreender seu processo de organização e contribuições para o movimento socialista e para o feminismo nos permite re-

cuperar e refletir sobre o conjunto do pensamento e prática feminista, bem como sua importância para a construção de um projeto de mudança identificado com o socialismo.

Conhecer a experiência dos partidos social-democratas do final do século XIX e início do século XX contribui para pensar os desafios dos partidos e do movimento dos trabalhadores e nos possibilita, também, refletir sobre impasses do feminismo da segunda onda e as contradições acirradas no campo da esquerda, em um mundo marcado pelo neoliberalismo e o pensamento pós-moderno.

A experiência da Revolução Russa, em particular, pontua questões centrais para a organização das mulheres e a política e atuação da esquerda. Faz lembrar que mudanças profundas e gerais demandam abarcar um conjunto de questões acerca da vida cotidiana e das relações entre os sexos. Nos faz perceber a forma insidiosa com que, atualmente, o pensamento conservador hegemônico busca minar a capacidade crítica da esquerda, banalizando a proposta de igualdade radical trazida pelo feminismo socialista.

Nesse sentido, este artigo retoma o debate, por vezes esquecido, entre socialismo e feminismo, destacando aspectos de uma experiência concreta – da ação e reflexão das mulheres organizadas no contexto da Revolução Russa.

SOCIALISMO E FEMINISMO UMA LUTA HISTÓRICA

Nenhuma corrente socialista pôde prescindir de posicionar-se frente aos temas das mulheres. Os que se dispuseram a questionar a ordem social reivindicando sua transformação radical não puderam deixar de enfrentar a construção da igualdade como um objetivo que necessariamente passaria por estabelecer novos patamares nas relações entre mulheres e homens.

Já entre os socialistas utópicos franceses no século XIX, de distintas formas, Charles Fourier (1772-1837),

Saint-Simon (1760-1825) e Robert Owen (1771-1858) problematizaram a forma como a sociedade organizava as relações sociais entre mulheres e homens – o matrimônio, o divórcio, a maternidade, a moral sexual – a partir de uma noção da liberdade global. Contemporânea desse pensamento, autodidata e militante incansável, Flora Tristan (1803-1844), em sua obra *União operária* (1843), dedica à questão um capítulo específico intitulado “Por que menciono as mulheres”, em que afirma estar “convencida de que todos os males do mundo provêm da incompreensão que se tem até hoje de que os direitos naturais são imprescindíveis para o ser mulher” (ALVAREZ, 2005).

Em todo o século XIX, há claramente uma disputa sobre o lugar das mulheres. Não se tratava apenas de um movimento intelectual, ainda que as disputas neste campo mobilizassem distintos pensadores da época. Ao longo desse período, foi se formando um movimento feminista em alguns países, processo que se acelera na segunda metade do século, ao mesmo tempo em que surge a reivindicação de organização das mulheres no interior do movimento socialista e dos trabalhadores (EVANS, 1980).

Seja no âmbito do pensamento burguês-liberal, seja no campo dos trabalhadores e na elaboração do pensamento socialista, apresentava-se uma disputa sobre a definição do lugar das mulheres no capitalismo. De um lado a incorporação massiva das proletárias nas fábricas e a necessária contradição com os rearranjos dos modelos de família confrontavam o movimento operário cobrando respostas. Na pauta, o direito ao trabalho, a violência nas fábricas, a proibição de participar das organizações dos trabalhadores, a perplexidade ante os impactos sobre a divisão sexual do trabalho e seus reflexos sobre as relações pessoais. De outro lado, a influência do pensamento liberal acirrava, em especial entre as mulheres com acesso à produção intelectual e setores da burguesia, a reivindicação pela igualdade de direitos. Na pauta,

o direito à educação, ao voto e à participação política, as restrições legais no matrimônio e na família, entre outras. Para todas as mulheres, com impactos diferentes de acordo com sua posição de classe, eram imensas as limitações de natureza econômica, política, as restrições legais.

A segunda metade do século XIX acelera a dinâmica de organização e de luta das mulheres. As reivindicações e as mobilizações vão crescendo nas últimas décadas do século até a Primeira Guerra Mundial. É o período conhecido como primeira onda do feminismo. De forma genérica, duas vertentes se desenvolveram, com conflitos e interseções, priorizando aspectos distintos em sua pauta e nos processos organizativos e, principalmente, na sua relação com a luta de classes no período. Grosso modo, formou-se um movimento de mulheres burguesas e de classe média intelectualizada, com organizações e conferências próprias, que se organizou em torno de reivindicações como o direito ao voto e a ser votada, o direito ao divórcio, o direito a estudar e a exercer determinadas profissões, contra as restrições legais – de caráter civil e penal – como a permissão para trabalhar, para mudar de domicílio etc. Com destaque para o direito de voto, passam a ser conhecidas, posteriormente, em vários lugares como sufragistas. Esse movimento muitas vezes se apresentou de forma radical em suas manifestações.

Ao mesmo tempo, as trabalhadoras organizaram-se nas associações operárias, nos sindicatos e desde o início das organizações socialistas houve a presença das mulheres, mesmo que elas tenham encontrado resistência e oposição de vários homens. Essa oposição se dava por diversas motivações, e aqui destacamos duas delas. A primeira, fundamentada na visão de que o lugar adequado para as mulheres era a família, e a segunda, decorrente disso, mais presente nos sindicatos e no movimento organizado, de que as mulheres eram “ladras de emprego”.

1. Proudhon acreditava que a sociedade deveria estar baseada no trabalho e não na propriedade. O núcleo de sua utopia social era a família camponesa-artesanal, no lugar do indivíduo livre e independente. Mostrava-se partidário de normas de moderação sexual pelo qual concluiu que, se fosse concedida à mulher a igualdade com os homens na vida pública, esses passariam a achá-las “feias e odiosas”, levando ao fim do matrimônio, do amor e consequentemente da raça humana (EVANS, 1980).

Dentro do nascente movimento operário já havia posições explicitamente reacionárias em relação às mulheres, como por exemplo o setor seguidor de Lassale ou Proudhon.¹ No entanto, é importante ressaltar que a história também se fez com dirigentes e militantes homens que defenderam o direito das mulheres à igualdade, que se posicionaram contra a cultura, comportamentos e moral conservadora, e se posicionaram nos embates que a luta das mulheres cobrava no interior do movimento dos trabalhadores. Exemplos importantes foram os posicionamentos de Marx e, particularmente, de Engels, August Bebel e outros dirigentes no período da 2ª Internacional e alguns posicionamentos de Lenin e Trotski no período posterior.

Na história do feminismo também é importante registrar que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, nesse período, concomitante ao desenvolvimento de um forte movimento sufragista, propagou-se um processo de debate e organização das mulheres no interior dos partidos socialistas, que influenciou a organização nos sindicatos, pressionou para que o movimento dos trabalhadores incorporasse a pauta das mulheres, disputou cotidianamente o direito de organização das trabalhadoras e também incorporou na sua pauta a luta pelo direito de voto. Isso se deu em um ambiente de crescente crítica ao capitalismo e forte processo de organização do movimento socialista.

CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DE MARX E ENGELS

A compreensão das relações sociais entre mulheres e homens, da situação das mulheres no capitalismo, de sua vinculação com a opressão e a exploração de classe, desde o início, apresentou-se como um desafio para a elaboração socialista. Desafio este, na maioria das vezes, omitido pelos pensadores de esquerda.

Marx e Engels tiveram o mérito de abordar a situação das mulheres como uma relação histórica e social, denunciar sua opressão e reivindicar a igualdade entre os sexos, denunciando o papel opressivo da família e a hipocrisia da dupla moral. Não cabe neste artigo análise mais detida sobre sua contribuição e os seus limites, e sugerimos a leitura do texto de Frédérique Vinteuil (1989), brilhante e conciso sobre a contribuição do marxismo como método para análise da opressão das mulheres. O que aqui queremos destacar é a perspectiva histórica e teórica sobre a opressão das mulheres, a disputa política no seio do movimento socialista pela igualdade, de questionamento da opressão e, pontualmente, o esforço de compreender historicamente suas origens, pelo direito das mulheres ao trabalho.

No debate presente na 1ª e 2ª Internacionais, nem todos os socialistas compartilhavam tais posições. Marx e Engels defenderam o direito das mulheres ao trabalho; situaram a opressão das mulheres como uma questão histórica e não como produto da biologia; apresentaram forte crítica à família patriarcal e burguesa, que consideravam uma instituição em extinção. Pensaram que, com a proletarianização massiva das mulheres, com a grande produção industrial levando-as para o espaço público, estavam criadas as bases para a destruição da família. Essa leitura acabou por se mostrar uma avaliação simplista diante da dinâmica capitalista de reorganização dos padrões de família como instituição importante para a organização e controle social e o processo de exploração. Ainda que Marx não tenha se aprofundado especificamente sobre a questão da desigualdade das mulheres, o questionamento da relação entre a economia, a produção e as dinâmicas familiares está presente, argumentos que serão desenvolvidos posteriormente por Engels.

Em um marco mais geral de crítica à moral burguesa, defendiam uma sociedade na qual as mulheres não estives-

sem subjugadas por relações afetivas, preocupação expressa em *A sagrada família* (1845) e nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844). Mais adiante, August Bebel, de forma mais direta, buscou sistematizar um ponto de vista socialista, mais descritivo e histórico, sobre a situação das mulheres, no livro *A mulher e o socialismo* (1879). E logo depois Engels, com a *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

Em um momento marcado pela recorrente acusação do movimento operário sobre as mulheres roubarem o emprego dos homens e pela assimilação do pensamento de exaltação da maternidade, é notável como esses autores trataram de forma positiva o direito das mulheres ao trabalho, questionaram o papel da família, como chamava Engels “a escravidão doméstica, franca ou dissimulada da mulher”, e negaram a naturalização da desigualdade das mulheres, definindo-a no âmbito da história e das relações sociais. Sem dúvida, essas leituras foram centrais para o desenvolvimento da organização das mulheres no movimento socialista.

Ao mesmo tempo, foram a dinâmica efetiva de organização das mulheres, as polêmicas e as contradições situadas nos processos históricos em cada país, o tensionamento e a dedicação de militantes mulheres no interior das organizações dos trabalhadores e do movimento socialista que possibilitaram avanços reais na situação das mulheres. É pertinente lembrar que o preço que os operários esperavam que as mulheres pagassem por sua libertação era bastante alto, como resgata Richard Evans (1980, p. 200):

[...] o trabalho doméstico era indiscutivelmente trabalho feminino e, como tal, não era posto em questão. Mas o trabalho público era, ao mesmo tempo, condição para sua independência diante do homem, na família. A liberdade, pois, consistia em acumular duas jornadas de trabalho, trabalhar para o homem e para o capital.

Retomando a análise sobre Marx, como menciona Frédérique Vinteuil, mais do que se debruçar sobre a questão, sua análise “se encontrou com as mulheres”; e as perguntas tradicionais do método marxista se mostraram de grande utilidade para a compreensão do sistema de opressão patriarcal e seu funcionamento na sociedade capitalista. Quem produz? Quem controla a produção? Em benefício de quem se exercem as relações de parentesco?

Quando as respostas incorporam um diapasão feminista, até hoje causam grande incômodo entre os economistas e outros pensadores, mesmo na esquerda. Reconhecer que a opressão das mulheres e as formas de exploração do seu trabalho se combinam no processo de exploração capitalista e de opressão patriarcal, ou seja, que classe e gênero são eixos estruturantes da economia capitalista é uma contribuição fundamental do pensamento feminista. Esta elaboração só ganhará uma dimensão mais sistemática com a segunda onda do movimento, após os anos 1960, quando também a compreensão da inter-relação entre o mundo público e o mundo privado passa a ser uma perspectiva estruturante do feminismo. Nesse sentido é que chama a atenção, assim, a atuação pioneira de Alexandra Kollontai, que, de forma ainda praticamente isolada, mais de meio século antes já se debruçava sobre questões desta ordem.

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E O MOVIMENTO SOCIALISTA

Com já mencionamos, entre as três últimas décadas do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, houve um processo intenso de organização das mulheres. No movimento socialista, em particular no período da 2ª Internacional, foi se formando um forte movimento de mulheres, que buscava organizar as mulheres nas fábricas e levar até elas o debate socialista. A reivindicação do direito das mulheres ao trabalho e

a dimensão da exploração capitalista se confrontavam com as posições conflitantes nos partidos e nos sindicatos entre o direito das mulheres e a defesa de sua volta para casa.

Analisando a situação das mulheres da 1ª à 3ª Internacional, Jacqueline Heinen (1978) aponta o quanto a situação objetiva das mulheres e a resistência do proletariado masculino em reconhecer seu papel na produção constituíam um freio à entrada das trabalhadoras nas organizações operárias. O Partido Social Democrata Alemão, a principal organização da Internacional na época, foi pioneiro em colocar o problema da organização das mulheres. Para isso, a atuação de Clara Zetkin foi decisiva, com repercussões também em outros países. A proibição legal de que as mulheres participassem de sindicatos e se filiassem a partidos políticos criou uma brecha para a organização própria das mulheres socialistas, em alternativa à posição oficial dos dirigentes contrária à organização específica das mulheres.

A mobilização das socialistas alemãs acompanhou as polêmicas e as tensões do movimento socialista da época ocupando um espaço privilegiado e se mantendo, de certa forma, no meio do caminho do processo mais autônomo de organização. Tendo o jornal *A Igualdade* como instrumento de mobilização e organização, este movimento deu às militantes, inclusive de outros países, maior força para reivindicar posições dos partidos e da Internacional em relação à pauta das mulheres. Também influenciou a demanda pelo direito de voto, central do movimento de mulheres exterior ao socialismo, cuja pressão tensionou positivamente para que os partidos socialistas se posicionassem a favor do sufrágio feminino.

Em outro contexto político, a posição contrária à organização das mulheres também foi um dilema no Partido na Rússia, com diferenças entre bolcheviques e mencheviques, durante o período pré-revolucionário e posterior. Por um lado, poucos eram favoráveis a uma organização própria das mulheres mesmo dentro do partido; por outro, a posição

favorável se fundamentava no grande número de mulheres presentes no proletariado e no argumento de que não seria possível fazer a revolução sem elas. A polêmica maior, tanto na Alemanha como na Rússia, estava centrada no tipo de organização e na relação com o movimento feminista. Questionava-se se as mulheres deveriam ser parte do movimento de mulheres ou da organização da classe.

Opondo os dois processos de organização, diante de conflitos explícitos com o movimento sufragista da época e com a compreensão de que a opressão das mulheres estava subsumida à opressão de classe, prevaleceu, durante todo o período na 2ª e 3ª Internacionais, e nos partidos a elas vinculados, a proposta de que a organização das mulheres deveria ser subordinada ao partido. Foi apenas após a década de 1960 que a compreensão da necessidade de organização autônoma das mulheres se coloca explicitamente outra vez na pauta da esquerda.

AS MULHERES E A RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA

A organização das mulheres proletárias na Rússia começou a se desenhar nos primeiros anos do século XX e se desenvolveu em um contexto distinto da Alemanha. Nesse período, Alexandra Kollontai já tinha papel destacado e, confrontando-se com a indisposição da classe trabalhadora e de seus dirigentes frente à opressão específica que vivenciam as mulheres, insistia na necessidade de organização das trabalhadoras, polemizando, ao mesmo tempo, com o movimento feminista existente no país. No ambiente extremamente autoritário e conservador do czarismo, a negação dos direitos das mulheres inclusive à educação possibilitou algumas pontes eventuais entre as reivindicações já existentes das mulheres e a contestação da esquerda ao regime. A falta de acesso à educação em todos os níveis era um forte elemento de mobilização para mulheres de distintas origens, assim como a luta por direitos políticos, que colocava em xeque o autoritarismo.

Uma das principais tarefas de Kollontai, portanto, como afirma Ana de Miguel Álvarez (1993), foi a de contribuir para que o partido integrasse efetivamente em sua propaganda e sua atuação as medidas específicas que contribuiriam para a emancipação da mulher. Em 1906, Alexandra propõe a criação de um organismo adjunto para trabalho das mulheres no partido, mas encontra resistência por parte de seus camaradas dirigentes. É a própria Kollontai (2007b, p. 37) que esclarece sua estratégia:

[...] me joguei na luta entre as sufragistas russas e lutei com todas as minhas forças para induzir o movimento da classe trabalhadora a incluir a questão feminina como um dos objetivos de sua luta no seu programa. Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa ideia. Eu estava completamente isolada com minhas ideias e demandas.

A radicalização das mulheres, e a onda de greves em indústria com grande participação feminina constrangeu os socialistas russos a levar a sério a necessidade do trabalho político entre as mulheres.

Em 1914, é lançado o jornal *A Trabalhadora (Rabotnitsa)*. Sua tiragem de mais de 40 mil exemplares (GONZÁLEZ, 2010), número impressionante para a época, indica sua força e importância. O objetivo do jornal era ajudar a organizar as mulheres trabalhadoras, a partir de artigos que unissem as questões específicas com o interesse conjunto da classe. Suas editoras liam pessoalmente os textos para as operárias no interior das fábricas, já que 88% das mulheres era analfabeta. O jornal foi interrompido no período de guerra e voltou a ser editado em maio de 1917. Essa experiência teve um papel fundamental na atração de camadas massivas de trabalhadoras para o Partido Bolchevique.

O lançamento do *Rabotnitsa* e o envolvimento de lideranças contribuíram para que o movimento de mulheres ope-

rárias russas se tornasse mais organizado no seio do Partido Bolchevique. Kollontai, Inês Armand e Krupskaja, com distintas ênfases, dedicaram-se à organização das mulheres. Lenin, então o principal dirigente, apresentava-se como partidário da igualdade das mulheres e via a solução para a opressão a partir do projeto socialista. Com contradições e limites, o debate sobre a opressão das mulheres trouxe uma pauta de reivindicações para o programa do partido. As discussões prévias sobre a forma de organização das mulheres trabalhadoras desembocaram na noção de uma organização estritamente vinculada ao partido, tendo pouca ressonância às vozes favoráveis a uma organização autônoma de mulheres (HEINEN, 1978).

Protagonistas do estopim da Revolução Russa, a greve e a mobilização das mulheres em fevereiro de 1917 situaram-nas no turbilhão histórico da Revolução Bolchevique e da história do Dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março. Como nos mostra Ana Isabel González (2010, p.129-130),

As mulheres de Petrogrado, que tinham se convertido em chefes de família enquanto os homens estavam na frente de guerra, cansadas da escassez e dos altos preços dos alimentos, saíram às ruas. A elas imediatamente se uniram as *soldatki* – esposas, filhas e irmãs dos soldados. E, à medida que percorriam as ruas, o número aumentava com as donas de casa que faziam fila para buscar sua ração de pão, com as operárias das oficinas e das fábricas, até chegarem ao oeste da cidade, onde se acantonaram sobre as pontes do rio Neva. No dia seguinte, o número de mulheres nas ruas chegou a mais de 190 mil.

AVANÇOS DA REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE E DO NOVO ESTADO SOCIALISTA

Desde o dia seguinte da Revolução de Outubro, como relata Jacqueline Heinen (1978), os bolcheviques empreenderam uma série de medidas decretando a igualdade das mu-

lheres no plano legal e instaurando as bases para sua emancipação. Entre as ações tomadas, estiveram a garantia da igualdade salarial para os mesmos serviços, o acesso à licença maternidade, a liberdade para escolha da profissão, o acesso ao divórcio simplificado, a união livre reconhecida, o acesso às instituições de ensino, o direito ao voto, à herança e propriedade, o direito a ter passaporte e a uma residência fixa. Além disso, foi abolida a legislação repressora da homossexualidade, o aborto foi legalizado em 1920 e a prostituição foi declarada ilegal.

Uma abordagem importante das tensões e dilemas da época é apresentada por Wendy Goldman (1993), apontando que os bolcheviques ofereceram soluções aparentemente simples para as bases da opressão das mulheres; no entanto, essa aparente simplicidade encobria premissas complexas sobre as fontes e significados da libertação. Quatro discussões principais em torno dessas premissas são identificadas pela autora: o trabalho doméstico, a participação das mulheres na economia, a educação das crianças e as questões da liberdade e a relação entre o indivíduo e o Estado.

A primeira questão diz respeito à concepção do trabalho doméstico no discurso revolucionário. Como já havíamos abordado, o direito ao trabalho é uma questão central no período. Para os dirigentes da revolução, o trabalho doméstico deveria ser eliminado e, assim, transferido para o domínio público – com a instalação de comedores, creches públicas, entre outros. E para o pensamento marxista mais radicalizado prevaleceu a crítica à família e ao trabalho doméstico, visto como algo pesado, rotineiro e escravizante, que deveria ser abolido. Nas palavras de Goldman, o trabalho realizado em casa, pelas mulheres, era considerado o “progenitor entorpecente do atraso político” (GOLDMAN, 1993, p. 11) Engels já havia abordado o tema do trabalho doméstico, Lenin considerava o trabalho doméstico como mesquinho, estúpido e improdutivo.

A perspectiva de abolição do trabalho doméstico, sem dúvida positiva, voltava-se apenas para a responsabilidade pública, por meio de creches, educação, lavanderias etc. Praticamente não se colocava o tema da responsabilidade masculina com o cotidiano, com as tarefas domésticas e de cuidados. O centro da questão era a proposta de socialização do trabalho para liberar as mulheres. Nesse contexto, nas noções do Estado bolchevique havia a ideia de emancipação da mulher como resultado, dentre outros, da socialização da reprodução da vida.

Uma segunda discussão dizia respeito à participação das mulheres na produção social, como indispensável para o processo de emancipação. O salário próprio era via importante para as mulheres alcançarem a independência e acesso ao âmbito público. Esta ênfase, positiva, no direito das mulheres ao trabalho fora de casa teve um efeito importante na busca por uma estrutura social que lhe desse suporte. Diante de uma economia complexa, com formações sociais ainda muito tradicionais, o esforço de mudança foi imenso.

Reconhecendo os limites do momento histórico, é importante identificarmos os reflexos deste gigantesco processo de mudança nas relações de subordinação pessoal das mulheres, na divisão sexual do trabalho e na alteração das relações de poder entre mulheres e homens. Todos esses campos de transformação dão a dimensão das desigualdades e reafirmam a necessidade da atuação direta sobre as relações patriarcais.

A educação e socialização das crianças organizam um terceiro ponto, pautado pelos debates em torno do papel da família e do Estado na educação das crianças. A partir de uma noção difundida entre os bolcheviques de que a família, tal como organizada no capitalismo, ruiria inevitavelmente, dever-se-ia pensar novas relações entre pais e filhos e novas configurações das responsabilidades com as crianças. A resposta tendia para uma forte ampliação do caráter público da educação das crianças.

Por último, entre todas as medidas tomadas a partir da visão socialista de libertação, uma tensão torna-se constante entre o individual e o coletivo/Estado. Ao mesmo tempo em que se instauravam liberdades religiosas ou sexuais, que se construía um marco legal de liberdade, intensificava-se a execução de políticas que afetavam amplamente o nível das escolhas de cada um. Dentro dessa contradição, um elemento importante diz respeito à sexualidade.

Nesse quesito, Alexandra Kollontai tem uma enorme importância. Ela foi das poucas pessoas a fazer uma profunda reflexão sobre como as transformações em curso na Rússia, a partir do projeto socialista, deveriam incidir nas esferas da vida cotidiana. Como afirma Heinen (1978), para Kollontai as questões cotidianas que faziam parte da vida das mulheres não eram secundárias com relação aos problemas políticos mais gerais. A tomada de consciência da classe operária seria um processo também de confrontação dos valores do egoísmo, da propriedade, da moral sexual burguesa. Como aponta Tatau Godinho (apud KOLLONTAI, 2007a, p. 7), no prefácio da mais recente edição brasileira de *A nova mulher e a moral sexual*:

Kollontai insistia que a gestação desta nova moral deve ser, necessariamente, um componente do processo de luta. Convinçada da importância das transformações econômicas e políticas para que uma efetiva libertação pudesse existir, não se conformava com que, nestas questões, a prioridade fosse sempre adiada.

Para Kollontai, as relações sexuais e amorosas não deviam estar circunscritas em um matrimônio forçado, uma vez que a liberdade seria elemento fundamental nas relações humanas. Não deveriam ser também baseadas na moral sexual burguesa, em que o amor é associado ao individualismo e à propriedade – esta no sentido de riqueza, mas também de sentimentos de posse sobre as pessoas, principalmente das

mulheres por seus maridos. Ao mesmo tempo, a autora aponta que a ideia de posse também perpassaria até a união amorosa considerada mais livre, na medida em que a liberdade não encontraria laços profundos também de solidariedade. Portanto, a moral sexual adequada aos fundamentos do ideal socialista seria aquela fundada na “liberdade absoluta, por um lado, e igualdade e verdadeira solidariedade entre companheiros, por outro” (KOLLONTAI, 2007a, p. 57).

Suas proposições em torno da sexualidade seriam muito pouco integradas às posições oficiais dos partidos comunistas. Lenin, por exemplo, que advogava radicalmente contra a escravidão do trabalho doméstico, via a questão sexual como de segunda ordem, não percebia que as mudanças objetivas e subjetivas precisam caminhar em processos simultâneos para que a mudança revolucionária possa se enraizar no âmago das relações sociais. Em conversa com Clara Zetkin (1920), afirma:

O primeiro estado no qual se realizou a ditadura proletária está cercado de contrarrevolucionários de todo o mundo. A situação da própria Alemanha exige a máxima união de todas as forças revolucionárias proletárias para repelir os ataques sempre mais vigorosos da contrarrevolução. E, agora, justamente agora, as comunistas ativas tratam da questão sexual, das formas de casamento no passado, no presente e no futuro, julgam que seu primeiro dever é instruir as operárias nessa ordem de ideias. Disseram-me que o folheto de uma comunista vienense sobre a questão sexual tivera amplíssima difusão. Que tolice, esse folheto!

Em uma sociedade em mudança, com certeza as resistências à igualdade entre mulheres e homens permaneciam enraizadas em muitas consciências. As demandas por igualdade entre mulheres e homens e as transformações sociais, econômicas, morais e políticas necessárias para adequar o ensino igualitário encontravam resistências na esquerda como um

todo e, no contexto da Rússia, dirigentes bolcheviques não eram exceção. O tema da sexualidade perpassava os desafios das políticas do novo Estado.

Não é folclórico ou exótico trazer à tona argumentos a favor da abstinência sexual por razões econômicas ou a concepção de sexualidade como reprodução da classe, defendidas por dirigentes do partido, dando sustento a argumentos conservadores e reacionários sobre as relações pessoais (HEINEN, 1978, p. 85). Afinal, o corpo e a sexualidade, em particular das mulheres, têm sido objeto de ações e políticas que se abstraem de sua autonomia nos mais distintos contextos históricos.

Na Rússia da época, em se tratando do cotidiano das relações entre mulheres e homens, o partido não estimulava propriamente a participação das mulheres, diante da prática comum dos homens participarem das assembleias enquanto suas esposas ficavam em casa.

De nenhuma forma as “questões sobre o modo de vida” podem ser desqualificadas como secundárias. E em vários temas os revolucionários na Rússia demonstraram sua radicalidade na desconstrução das relações insidiosas do capital e dos valores liberais-burgueses sobre o cotidiano e a vida pessoal. Vale a pena retomar o debate sobre a prostituição, onde havia quase unanimidade em torno da necessidade de se acabar com essa prática, vista como expressão da dependência econômica da mulher, da alienação das relações individuais no sistema capitalista e da hipocrisia da moral burguesa (HEINEN, 1978). De maneira geral, os socialistas eram absolutamente críticos à prostituição, considerada a partir de dois pontos de vista: de que as mulheres se prostituíam por falta de opção de trabalho, portanto uma questão econômica, mas também do ponto de vista da hipocrisia em relação à sexualidade, e com a questão da família.

Como nos mostra Ana de Miguel Álvarez (1993), Kollontai condena veemente a postura hipócrita da moral

burguesa e dos governos no tema da prostituição. Enquanto a prostituição seria depreciada e condenada por todos, estava regulamentada oficial ou extraoficialmente pelos governos. Essa dupla moral estava no centro de suas refutações. Também Auguste Bebel dizia que a prostituição seria uma instituição tão necessária ao mundo burguês como a polícia e o exército, argumento que nos remete à percepção da exploração sexual das mulheres não apenas como produto da dominação patriarcal, o que já seria razão suficiente para que os socialistas a recusassem, mas também como sustentáculo do capitalismo.

Nessa linha de pensamento, para Kollontai, a condenação da prostituição não apenas tinha fundamento diante das condições econômicas das mulheres, mas era expressão completa da moral burguesa que ela tanto combatia:

Além dos aspectos fundamentais de caráter econômico-social, a prostituição implica um fator psicológico determinante que está profundamente gravado no espírito humano: a satisfação de uma necessidade erótica sem preocupação ulterior, a liberdade de sua alma e de seu futuro, sem a necessidade de se colocar aos pés de um ser interiormente alheio ao seu eu (KOLLONTAI, 2007a, p. 45).

Esta também é a tônica da crítica de Lenin à instituição da prostituição, no diálogo sobre as questões das mulheres com Zetkin, em que fica claro que um posicionamento radical contra a repressão às prostitutas não se confunde com a defesa da prostituição:

Rosa [Luxemburgo] agiu como comunista ao escrever um artigo no qual tomava a defesa das prostitutas, que são lançadas à prisão por infrações a qualquer regulamento da polícia referente à sua triste profissão. Duplamente vítimas da sociedade burguesa, as prostitutas merecem ser lamentadas. São

vítimas, antes de tudo, do maldito sistema da propriedade, depois do maldito moralismo hipócrita. Somente os brutos ou os míopes podem esquecê-lo. (ZETKIN, 1920)

Finalmente, é importante lembrar que o governo revolucionário legalizou o direito ao aborto e buscou ter políticas para atender as necessidades das mulheres. Ainda que houvesse controvérsia entre os argumentos para isso e houvesse quem o considerasse apenas um mal necessário, o fato é que a crítica à opressão religiosa, o reconhecimento do direito das mulheres a uma vida para além do papel materno e familiar permitiram que esse direito fosse instituído legalmente.

ROMPER LIMITES, REPENSAR HORIZONTES

Ao debruçar-nos sobre os sentidos históricos da relação entre feminismo e marxismo, encontramos sinergias, ao mesmo tempo em que contradições, tanto no campo da produção teórica, como na esfera da luta política onde estavam os partidos, o movimento sindical e o movimento de mulheres. Apesar de suas limitações históricas, os avanços que as interpretações de Marx, Engels e Bebel significaram são inegáveis. Questionável é que os limites inerentes da subsunção da desigualdade entre mulheres e homens à dominação de classe tenham se transformado em dogma para setores do movimento socialista.

O processo revolucionário na Rússia, justamente por ser a experiência mais emblemática do socialismo, deve ser olhado de perto para aprofundar a reflexão sobre os diálogos entre o marxismo e o feminismo. A incorporação das demandas das mulheres no processo de construção do Estado bolchevique nos primeiros anos da Revolução Russa teve um foco decisivo sobre a socialização das tarefas domésticas, uma educação coletiva desde a primeira infância, a transformação da família nuclear e a discussão e incorporação de novas rela-

ções sociais. Os primeiros atos do poder bolchevique ousaram questionar laços profundos de dominação e desigualdade, que conformam as relações sociais nas sociedades capitalistas e patriarcais. Mesmo com os limites da época, agiram muito além, em torno de problemas que hoje parecem não mais angustiar muitos militantes socialistas.

As contradições inerentes ao processo, ao tempo e às pressões internacionais eram muitas. Os limites econômicos impostos pelas deploráveis condições econômicas do Estado russo pós-revolução, em muitos casos, adiaram ou tornaram incompleta a execução das medidas adotadas. É nesse contexto que Trotski, por exemplo, estimulava que, enquanto o Estado não conseguisse instalar comedores ou creches, experiências comunitárias deveriam ser realizadas.

Na atualização dessa reflexão, as noções de socialização do trabalho doméstico se enriqueceram com os debates da economia feminista. É evidente que não podem ser oferecidas pelo Estado absolutamente todas as tarefas da reprodução da vida, ainda que este tenha potencial de aliviar, e muito, o peso desse trabalho. Parte das tarefas do cotidiano são e continuarão sendo exercidas pelos indivíduos. Assim, a necessidade de romper com a divisão sexual do trabalho emerge como elemento fundamental para a construção da igualdade que passa por assegurar a responsabilidade dos homens com o trabalho dentro de casa e o cuidado com a vida humana.

Além disso, é necessário pontuar, mesmo que seja impossível desenvolver mais profundamente no âmbito deste artigo, que muitos dos avanços do Estado bolchevique em relação às medidas que buscaram dissolver a desigualdade entre homens e mulheres foram amplamente questionados e revertidos no período seguinte da história, a partir do stalinismo. Nas mudanças instauradas na ordem do Estado bolchevique após 1928, estavam o retorno da ideologia da maternidade e forte incentivo à natalidade, sendo o aborto, por exemplo, abolido em 1936 (GONZÁLEZ, 2010).

Nesse sentido, é fundamental retomar os limites da experiência russa e refletir sobre eles à luz das experiências e aprendizados deste quase um século transcorrido, das elaborações e reivindicações do feminismo e das novas contradições com a hegemonia pós-moderna e liberal. Em nosso contexto, as condições econômicas são bastante distintas, mas opções sempre serão feitas e não atenderão a demanda de igualdade se isso não se coloca de forma consistente e irrefutável em nossa agenda política.

A ruptura com a divisão sexual do trabalho e do poder é um foco decisivo em qualquer proposta de superação da desigualdade e da exploração das mulheres. Isso não se restringe ao mundo do trabalho. Na política, na vida cultural, no cotidiano, é um eixo estruturador dos privilégios masculinos. Ao mesmo tempo, a construção de uma nova moral sexual, como aspirava Kollontai, nos desafia e exige de nós mudanças de valores, de comportamentos, de visão de mundo, de nós mesmos e dos outros. A liberdade efetiva, também neste âmbito, só se construirá alicerçada na igualdade.

A história mostrou que a organização das mulheres, que a construção de um movimento próprio, forte e radicalmente feminista não mina um projeto socialista, não divide a classe trabalhadora. Pelo contrário, é fundamental para que as armadilhas do capitalismo patriarcal não corroam, de forma bruta ou silenciosa, as possibilidades de se recompor uma utopia socialista. Ao mesmo tempo, as noções profundas de igualdade e de uma ordem livre da exploração da vida, do corpo e do trabalho de mulheres e homens são cruciais para a composição de um campo feminista subversivo, radical e que absorva em seu centro o caráter integral da luta política e, portanto, a necessidade de transformar a sociedade por inteiro – das relações econômicas e de trabalho às relações sexuais, do mundo público ao mundo privado, da vida coletiva à vida cotidiana. Muito ao contrário de representar cisões intransponíveis, as tradições do socialismo e do

feminismo conformam um arcabouço de valores, noções, leituras e práticas fundamentais para o enfrentamento atual da ordem capitalista e para a acumulação de forças em torno de um projeto político emancipador e igualitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. *Marxismo y feminismo em Alejandra Kollontay*. Madri: Instituto de Investigaciones Feministas, 1993.

_____. La articulación del feminismo y el socialismo: el conflicto clase-género. In: AMOROS, Celia. *Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. De la Ilustración al Segundo Sexo*. v. 1. Madri: Minerva Ediciones, 2005.

EVANS, Richard J. *Las feministas*. Los movimientos de emancipación de la mujer en Europa, América y Australasia. 1840-1920. Madri: Siglo XXI, 1980.

GOLDMAN, Wendy Z. *Women, the State and Revolution: Soviet Family Policy and Social Life, 1917-1936*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF-Expressão Popular, 2010.

HEINEN, Jacqueline. *De la 1ª a la 3ª Internacional: la cuestión de la mujer*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1978.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. *Autobiografía de una mujer comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007b.

TRISTAN, Flora. *Feminismo e utopia*: Unión Obrera. Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

VINTEUIL, Frédérique. Marxismo e feminismo. In: *Marxismo e Feminismo*. Cadernos Democracia Socialista. v. 8. São Paulo: Editora Aparte, 1989.

ZETKIN, Clara. Lênin e o Movimento Feminino. 1920. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2013

O ESTADO INSURGENTE: AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO DA REVOLUÇÃO CIDADÃ NO EQUADOR

JORGE FORERO

INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos, o processo político equatoriano ganhou uma crescente visibilidade em nível internacional. A chamada Revolução Cidadã (RC) é mencionada de modo frequente como um exemplo de política pública e gestão do Estado que contraria radicalmente a configuração internacional de poder que caracterizou as últimas décadas na região. Entretanto, diferentes atores, tanto de esquerda como de direita, desqualificam o processo, afirmando que o mesmo não passa de mera retórica, uma espécie de acumulação de hábeis artifícios discursivos que na verdade ocultam uma continuidade, e inclusive uma radicalização, do projeto neoliberal. Neste texto, desenvolveremos um balanço das transformações realizadas pela Revolução Cidadã em um âmbito específico da gestão estatal – as relações internacionais –, caracterizando como essa conduziu para uma re-

1. Trata-se, em certo sentido, de dois períodos, pois Correa ganha as eleições em 2006, tomando posse no início de 2007, mas convoca de imediato uma Assembleia Constituinte, da qual surge a chamada “Constituição de Montecristi”, em 2008. Nesse mesmo ano, são convocadas eleições presidenciais e legislativas, das quais Correa sai novamente vitorioso.

configuração do que aqui, seguindo Wallerstein, entendemos como relações centro-periferia.

A SUBVERSÃO DA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA DURANTE A REVOLUÇÃO CIDADÃ

Wallerstein define como característica determinante do modo de produção capitalista a configuração geopolítica global segundo dinâmicas de fluxo de excedentes de capital da periferia para o centro. Essa dinâmica foi facilitada pelo Estado, que em zonas periféricas oscilou entre a inexistência e o escasso grau de autonomia. Excede os objetivos deste artigo descrever o processo histórico para o caso equatoriano, porém é pertinente assinalar suas especificidades durante o neoliberalismo, que surge, precisamente, como uma resposta à estagflação das economias da OCDE no início dos anos 1970. *Grosso modo*, a solução neoliberal foi uma intensificação dessa dinâmica, mediante três mecanismos fundamentais: a manipulação da dívida externa dos países em desenvolvimento, a “liberalização” do comércio e a extração de recursos naturais mediante condições altamente favoráveis para os capitais do centro. À continuação descreveremos como a Revolução Cidadã reverteu esses processos, ao longo do primeiro período do governo de Rafael Correa.¹

Impugnando a dívida ilegítima (e sobrevivendo)

O caso da dívida externa é paradigmático. Através do chamado “Shock de Volker”, o Banco Central dos EUA aumentou de maneira abrupta a taxa de juros do dólar no ano de 1979, afetando de maneira dramática a capacidade de pagamento dos países latino-americanos, que se declararam em moratória começando pelo México no ano de 1982. As dívidas foram renegociadas a partir de então, mediante planos de pagamento e juros onerosos a esses países, que desde então tiveram que destinar elevadas porcentagens de seu or-

çamento estatal para essa rubrica. Em 1982, por exemplo, os países latino-americanos tiveram que destinar em média 50% de sua renda por exportação ao pagamento da dívida;² nesse mesmo ano, o Equador teve que dirigir 75% para esse fim. Desde então, e até o início da RC, este país destinou quase 35% em média de sua renda a isso,³ apesar de o montante total da dívida ter passado de US\$ 5 bilhões a 10,371 bilhões em 2006.⁴

Para reverter essa situação, pouco depois da sua chegada ao poder, o governo da RC criou a Comissão de Auditoria Integral do Crédito Público, composta por intelectuais e organizações sociais, cujo objetivo fundamental era estabelecer a legitimidade, legalidade e pertinência da dívida pública do país andino.⁵ O informe permitiu esclarecer aquelas parcelas ilegítimas da dívida, assim como as responsabilidades políticas no processo. A evidência encontrada pela comissão não contradiz a tendência predominante na América Latina; isto é, a dívida externa equatoriana apresenta um incremento significativo desde o final da década de 1970, justo quando a oferta de empréstimos a países pobres com capacidade de pagar – em meio ao *boom* petrolífero, o Equador era um deles – era uma via atrativa para investir os dólares que se mantinham ociosos pela estagnação que afetava o centro da economia-mundo. A equipe da comissão descobriu que, durante as décadas seguintes, a dívida cresceu de forma exorbitante, graças à manipulação dos credores, através do aumento arbitrário das taxas de juros, as negociações e refinanciamentos e a capitalização de juros, entre outras estratégias. A maior parte da dívida acumulada até então correspondia à comercial (endividada com a banca privada), seguida pela multilateral e, de forma marginal, pela dívida bilateral.

A “recompra da dívida” passará para a história como uma das jogadas políticas mais brilhantes, levada a cabo por um governo da periferia contra o capital transnacional. Consciente de como a correlação de forças na arquitetura

2. ISIDRO LUNA, VICTO MANUEL. ¿Son los flujos de capitales de Inversión Extranjera Directa una solución al problema de endeudamiento? Disponível em: <http://www.oid-ido.org/IMG/pdf/cenintermiranda_Poencencia_Victor_Isidro.pdf>.

3. Databank, Banco Mundial.

4. Comisión para la Auditoria Integral del Crédito Público. Informe Final. Disponível em: <http://www.auditoriadeuda.org.ec/index.php?option=com_content&view=article&catid=35&id=44&Itemid=55>.

5. Idem.

6. É de 14% a porcentagem com que a Venezuela emite seus títulos. Ver a respeito: LA SOLUCIÓN China para Ecuador y Venezuela. *BBC Mundo*, 13 jul. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/07/120712_economia_andinos_venezuela_ecuador_china_petroleo_az.shtml>.

7. FERNANDEZ, Gabriela. Estrategias de gestión de deuda pública. *Cuestiones Económicas*, Quito, v. 26, p. 203-249, 2006.

8. No entanto, os créditos concessionais, que são aqueles com os quais a China financia obras de infraestrutura desenvolvidas por empresas chinesas, mantêm juros próximos a 2%. Ver: LA DEUDA con China alcanza 3.400 millones de dólares. *Ecuadorinmediato*, 5 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.ecuadorinmediato.com/index>>.

9. FERNANDEZ, op. cit., p. 216.

10. Com exceção, claro, da preferência de companhias chinesas nos créditos concessionais.

financeira transnacional lhe era adversa nessa luta, o Estado equatoriano declarou a cessação do pagamento de 70% da dívida. Os proprietários de títulos, assustados, lançam os mesmos no mercado por aproximadamente 20% do valor nominal, e o governo equatoriano os recompra clandestinamente. Calcula-se que o governo da Revolução Cidadã investiu 800 milhões de dólares para comprar 3 bilhões; além disso, ao fazê-lo, conseguiu poupar ao país os juros que teria de pagar entre 2012 e 2030, correspondentes a aproximadamente 7 bilhões de dólares.

A jogada audaz teve, como era de se esperar, consequências no plano internacional, e o Equador alcançou as piores qualificações que já recebeu da sua dívida externa (B-, segundo os índices da Fitch and Standard & Poor's). Apesar de a recente experiência da crise econômica de 2008 refletir claramente o caráter discricionário e politicamente interessado dos conceitos emitidos pelas agências classificadoras de risco, fica claro, entretanto, que as mesmas afetam de maneira substancial o acesso do Equador ao financiamento via endividamento.

Nesse contexto, o Equador assumiu, como tática provisória para financiar o gasto público, o endividamento com a China e a venda antecipada de petróleo a esse país asiático. Enquanto nos mercados internacionais podem ser encontrados empréstimos com 10% a 14%⁶ de juros em média – os Global Bonds, por exemplo, emitidos em 2000 tinham juros de 12% –,⁷ os que foram contraídos até o momento com a China têm em média 7%,⁸ bastante próximo do que a Corporação Andina de Fomento lida – os empréstimos concedido ao Equador por essa instituição oscilam entre 5,38% e 7,8%.⁹ Diferentemente dos organismos multilaterais, a China não interfere nas políticas econômicas domésticas dos países a quem concede créditos,¹⁰ o que garante autonomia decisória do Estado nesse ponto. Nas palavras de Rafael Correa: “Somos complementários com

a China, eles têm excesso de liquidez e escassez de hidrocarbonetos, nós temos excesso de hidrocarbonetos e escassez em liquidez.”¹¹ Porém, a oposição ao governo, tanto de esquerda como de direita, tentou caracterizar essa dinâmica afirmando que essas ações replicam a dos anos de “endividamento agressivo”.¹² Condenando de forma simultânea tanto o extrativismo como o acesso ao crédito internacional e exigindo a mudança da matriz produtiva, guarda cuidadoso silêncio ante a nada marginal questão de como levar esse último processo sem recorrer aos dois primeiros.

Como linha estratégica para resolver o problema do financiamento, o governo da RC apresentou o projeto da Nova Arquitetura Financeira Regional. Destacam-se, nessa iniciativa, três grandes propostas: o Banco do Sul, que busca constituir-se como um banco de desenvolvimento com centro político na região; o Sucre (Sistema Único de Compensação Regional); e o Fundo do Sul, uma proposta que aponta para a constituição de um fundo comum de reservas,¹³ que não apenas opere como seguro ante a instabilidade crescente de divisas como o euro e o dólar, mas que permita aproveitar as reservas dos países da região para garantir liquidez nas duas economias.

Entretanto, e diante dos constrangimentos internacionais descritos, o Equador conseguiu diminuir, de forma constante, não apenas o seu nível de endividamento (que se manteve abaixo do fixado constitucionalmente),¹⁴ mas a porcentagem do seu PIB destinado ao pagamento da dívida. O dinheiro que antes fluía diretamente até os bolsos da burguesia financeira internacional é destinado agora a resolver tanto as necessidades básicas dos equatorianos como o processo de mudança da matriz produtiva: enquanto em 2006 o Equador destinava 24% do orçamento estatal anual para o pagamento da dívida externa, em 2012 essa cifra desceu para 4%.¹⁵ Essa economia foi redirigida a diversos setores, entre eles o investimento social – durante o mesmo período, o in-

11. Disponível em: <<http://andes.info.ec/2009-2011.php?p=141559>>.

12. ACOSTA, Alberto. El retorno del Estado: primeros pasos postneoliberales, mas no postcapitalistas. Quito: FES-ILDIS, 2012. Disponível em: <http://ica2012.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/DOEVL_events/ICA/media/Acosta_EL_retorno_del_estado.pdf>. Quem do ponto de vista meramente quantitativo tem que reconhecer que a média da dívida passou de 66,6% para 30,7%, além de condições e prazos completamente distintos. [php?module=Noticias&func=news_user view&id=190676&umt=la_deuda_con_china_alcanza_3400_millones_dolares_asegura_ministro_finanzas_ecuador_audio](http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/03/Final6ESPWEB.pdf)>.

13. TORRES, Enrique. Crisis económica internacional, Nueva Arquitectura Financiera Internacional: Entrevista a Pedro Páez. *Línea Sur, Revista de Política Exterior*, Quito, n. 1, dez. 2011

14. Que é de 40% do PIB.

15. SENPLADES. 6 años de Revolución Ciudadana. 2013. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/03/Final6ESPWEB.pdf>>

16. SENPLADES. Los 100 logros de la Revolución Ciudadana. 2011. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/100-Logros-revolucion-ciudadana-2012.pdf>>.

17. General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), ratificado em Genebra em 1947.

vestimento em estradas, saúde, educação e energia passou de 13% para 32% do orçamento estatal, ao tempo que o investimento social *per capita* aumentou 303%.¹⁶

a) A luta contra o livre-comércio

Um segundo mecanismo-chave de transferência de excedentes da periferia para o centro é a política comercial. Desde a criação do GATT¹⁷ no início do pós-guerra, toda a legislação etiquetada sob o princípio de “liberdade comercial” na verdade buscou garantir as melhores condições para a acumulação de capital, inclinando ainda mais a balança em favor dos países industrializados. O modelo de acumulação neoliberal buscou também exacerbar esse mecanismo de saque dos países periféricos. Um primeiro passo dado nesse sentido foi o impulso, ao longo dos anos 1990, da Rodada Doha, como ficou conhecida a terceira série de negociações da OMC, que recebeu um forte embate por parte do Movimento Altermundista em cada uma de suas reuniões.

Paralelamente, os EUA propuseram a criação da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), que despertou também um forte rechaço popular e recebeu seu atestado de óbito em 2005 no Uruguai, quando os presidentes de esquerda da região marcharam juntos com os movimentos sociais – a Cúpula dos Povos – contra a iniciativa. Assim, os EUA mudaram sua estratégia, propondo Tratados de Livre Comércio (TLCs) negociados de forma bilateral. Em 2005, a iniciativa de Lúcio Gutiérrez de assinar um acordo desse tipo desencadeou fortes mobilizações e, em 2007, com sua chegada ao poder, Rafael Correa alinhou-se às organizações populares. Desde a aprovação da Constituição de Montecristi, em 2008, a posição do governo equatoriano tem sido a de não assinar acordos que transgridam o projeto de desenvolvimento endógeno sancionado pela Constituição.

A partir de 2007, a União Europeia iniciou uma forte ofensiva política para obter um TLC com os membros

da Comunidade Andina de Nações (CAN). Ante a negativa, por parte da Comunidade Europeia, de negociar com cada país reconhecendo as especificidades de seu nível e projeto de desenvolvimento – “tratamento especial e diferenciado” –, Equador e Bolívia levantaram-se da mesa, retomando diálogos de maneira intermitente, mas sem chegar a nenhum acordo concreto, fundamentalmente pela reticência, por parte da União Europeia, de propor um modelo distinto ao TLC.

18. Idem.

O Acordo Comercial para o Desenvolvimento (ACD), emitido em 2012 e destinado a converter-se em marco geral das negociações comerciais durante a RC, contém uma aposta política firme, apegada à Constituição de Montecristi e ao Plano Nacional para o Bom Viver. Sua primeira seção, por exemplo, intitulada Diálogo Político, estabelece de maneira vinculante que os países signatários ratifiquem a condenação da proliferação das armas de destruição em massa, a reforma da ONU e do Conselho de Segurança. Além disso, garante que o Estado não abra mão de sua jurisdição, o que o protege ante eventuais demandas em instâncias internacionais por parte dos investidores, relativas ao manejo de empresas de interesse público. Enquadra o princípio da OMC de “tratamento nacional e acesso ao mercado” no Tratamento Especial e Diferenciado, sancionando que esse princípio só operará em favor da nação “menos desenvolvida”. Erige o princípio da “complementariedade” no lugar de “competência”, subordinando as trocas comerciais ao desenvolvimento do setor produtivo em cada país, e impõe restrições ao comércio quando esse represente um perigo para o meio ambiente.¹⁸

Desde então, o Equador tem seguido a estratégia de diversificação de sócios comerciais, mediante a assinatura de uma longa lista de acordos comerciais com países do Sul. Em segundo lugar, desenvolveu, junto com os demais sócios da Alba, um sistema de pagamentos que permite pres-

19. O SUCRE consiste em uma unidade de valor que resulta da ponderação das divisas nacionais com outros indicadores econômicos como a inflação e o PIB, e que é empregado nas transações comerciais intrarregionais através dos bancos centrais de cada país.

20. TRANSACCIONES de Ecuador con el Sucre sumaron 1.008'753.968,14 dólares. *El Telégrafo*, 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.telegrafo.com.ec/economia/item/transacciones-de-ecuador-con-el-sucre-sumaron-1008-75396814-dolares.html>>. As cifras de 2010-2011 provêm da base de dados do BCE.

21. MAS de 100 bienes con restricciones para la importación. *El Telégrafo*, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com.ec/noticias-cuenca/99195-ma-s-de-100-bienes-con-restricciones/>>.

cindir do dólar no intercâmbio comercial entre os Estados-membros. Trata-se do Sucre, um mecanismo fiduciário que pretende eliminar o emprego de divisas estrangeiras – em especial o dólar – no comércio intrarregional, prescindindo de uma custosa e desnecessária intermediação por parte de agentes privados, geralmente estadunidenses, e também prevenindo uma desaceleração do comércio em uma eventual diminuição das reservas.¹⁹ Embora o intercâmbio comercial realizado através do Sucre continue apresentando níveis modestos em comparação com o total nacional de importações e exportações, o incremento, em termos percentuais, é significativo, e permite pensar que seguirá na mesma direção. As transações comerciais do Equador, através desse mecanismo, passaram de 4.718.409 a 1.008.753.968 de dólares, entre 2010 e 2012.²⁰

Paralelamente, o Equador tem sido proativo na geração de medidas *ad hoc* para proteger a produção nacional e reduzir a importação de bens de luxo. Em 2009, foram definidos tanto impostos como cotas de importação para um amplo conjunto de bens, como calçados, roupa, têxteis, alimentos etc. Em 2010, criou-se uma “tarifa mista” para frear as importações de roupa e calçados e, em meados de 2012, estabeleceram-se novas restrições a uma lista de 106 mercadorias de diversos tipos, entre as quais estão bens tecnológicos de luxo, como automóveis, televisões, celulares, câmeras fotográficas e eletrodomésticos. Segundo declarações de funcionários, as medidas combinam interesses ecológicos com econômicos: mitigar o metabolismo social e manter sob controle a balança comercial, seriamente afetada pela importação de bens desse tipo. Foram aumentadas também as tarifas para bens de “baixa tecnologia”, com o objetivo de estimular a produção nacional.²¹

Graças a esse tipo de medidas, entre 2010 e 2011 o crescimento do valor agregado bruto foi de 10,7% para a produção manufatureira, de 15,62% para o setor de bebi-

das e de 18% para a elaboração de produtos alimentícios.²² A indústria de couro aumentou 204%²³ desde o início da RC, e entre 2011 e 2012 as exportações não petroleiras cresceram 160%.²⁴ Na contramão da experiência daqueles países que se inserem no paradigma do livre-comércio, que tem de competir mediante a deflação salarial e a terceirização, no caso equatoriano essa expansão produtiva nacional ocorreu em paralelo com um incremento constante dos salários reais – de 30% desde 2006, perante, por exemplo, 3,6% da Colômbia e 11,6% do Chile durante o mesmo período –²⁵ e uma progressiva formalização das relações trabalhistas. Apesar desses indicadores, é necessário assinalar que, como porcentagem do PIB, a produção industrial e manufatureira se mantém idêntica à de 2006, representando 15%.²⁶

Diferentemente dos países que assinaram TLCs, o Equador manteve intacta sua soberania perante a propriedade intelectual, o que significa uma poderosa proteção à biodiversidade e aos saberes “tradicionais”, assim como ao direito que todos os equatorianos têm de receber seus benefícios. Os TLCs incluem forte cláusulas que permitem a agentes privados estrangeiros investigar, usufruir e patentear o patrimônio genético. A Constituição de Montecristi proíbe expressamente esse tipo de prática, protegendo “os recursos genéticos que contêm a diversidade biológica e a agrobiodiversidade”. Proíbe também “o outorgamento de direitos, incluídos os de propriedade intelectual, sobre produtos derivados ou sintetizados, obtidos a partir do conhecimento coletivo associado à biodiversidade nacional”.²⁷ Amparada nessa legislação, a RC converteu o bioconhecimento em um setor estratégico do desenvolvimento nacional.

b) Contrariando o poder das multinacionais no setor extrativo

Ancoradas no modelo primário exportador, a maior parte das nações latino-americanas padeceram de uma forte influência das multinacionais vinculadas a essas atividades,

22. BCE. Boletín Anuario 2012. Disponível em: <<http://www.bce.fin.ec/frame.php?CNT=ARB000000>>.

23. LA INDUSTRIA del cuero creció un 204% en este gobierno. *Entérate Ecuador*, 6 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.entératecuador.com/archivos/20606>>.

24. MINISTERIO DE INDUSTRIAS Y PRODUCTIVIDAD. Ecuador es más competitivo en el ranking mundial. 5 out. 2012. Disponível em: <<http://www.industrias.gob.ec/2012/09/page/4/>>.

25. Fonte: Cepal

26. SENPLADES, op. cit., 2013.

27. ESTEVEZ, Isabel. Hacia dónde va la política comercial ecuatoriana? Nuevos elementos normativos en el ámbito comercial y sus implicaciones para el Acuerdo Comercial Multipartes con la UE. Quito: IAEN, 2012. p. 17.

28. GRUPO FARO. *Lupa Fiscal*, n. 4, dez. 2004, p. 26. Disponível em: <<http://www.grupofaro.org/sites/default/files/archivos/publicaciones/2013/2013-01-02/IF-gestionpetrolera-4.pdf>>.

29. Idem, p. 16.

que determinaram em seu favor o desenho das políticas relativas ao setor. Nesse sentido, o Equador é um caso *sui generis*. O início do *boom* petrolero coincide com a ditadura militar “nacionalista”, que limitou as aspirações do capital transnacional nesse âmbito, em parte seguindo as diretrizes da OPEP, à qual se vincula em 1973. Porém, durante a década de 1990, o Estado equatoriano retira-se da organização, ao mesmo tempo que aumenta a participação e as utilidades do capital privado no setor, chegando inclusive a privatizar uma parte substancial da empresa pública petrolera.

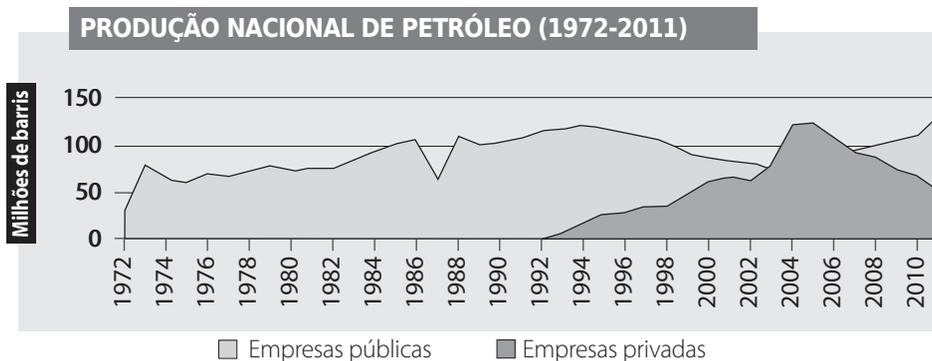
A Lei de Hidrocarbonetos, sancionada pelo governo Correa em 2010, permitiu um reposicionamento das entidades públicas no setor, alcançando em 2011 uma participação pública de 70% sobre a produção total.²⁸ A nova legislação previu uma mudança no tipo de contratos firmados com o setor privado, que de concessionários passaram a prestadores de serviços, subordinando-se em termos econômicos e logísticos ao Estado. Quatro multinacionais negaram-se a aceitar as novas condições e por isso tiveram que se retirar do país: Petrobras (Brasil), Canada Grande (Coreia do Sul), CNPC Amazon (China) e EDC (EUA), e seus poços petroleros passaram a ser operados pelas estatais Petroecuador e Petroamazonas. Assim, em apenas um ano, as novas condições que a lei estabelece permitiram um aumento de 53% nas receitas do Estado por exportações de petróleo. Adicionalmente, criou-se um imposto sobre os “lucros extraordinários” gerados pelas oscilações do valor do petróleo no mercado, o que explica em parte o incremento de 46% na arrecadação do setor desde que a nova lei entrou em vigor.²⁹ O gráfico a seguir mostra tanto o processo de privatização da produção petrolera durante o ciclo neoliberal, como a progressiva recuperação do protagonismo público nesse âmbito, ao longo da RC.

O princípio da primazia do benefício público sobre o privado estende-se até a mineração. Diferentemente do pe-

troleiro, esse é um setor novo para o Equador – a mineração em grande escala, posto que a mineração artesanal está fortemente estendida, e apenas recentemente está começando a ser objeto de regulamentação. O mesmo foi definido como estratégico pela Constituição de Montecristi, que em seu art. 408 sanciona que a participação estatal sobre os rendimentos desse setor nunca poderá ser menor que 52%. A Lei da Mineração, emitida em 2009, estabelece os mecanismos que garantem essa porcentagem, entre eles o “ajuste soberano”, um fator de correção que deve ser aplicado no caso de a soma de cargas tributárias regulares ser menor do que o montante estabelecido.

Cmo no caso do petróleo, a legislação garante também que o Estado será o primeiro beneficiário em caso de eventuais aumentos no preço internacional dos minérios extraídos. Tanto a legislação em geral, como o único contrato assinado até agora,³⁰ estabelece fortes regulações a respeito do tema ambiental, responsabilizando a empresa privada pelos efeitos gerados por suas atividades, obrigando-a a minimizá-los e remediá-los. O contrato também obriga a empresa a submeter-se não apenas à legislação nacional, mas às “boas práticas da indústria mineradora internacional”. Esse aspecto é notável, pois abre as portas para uma aplicação discricionária de um

30. Trata-se do projeto Mirador, um projeto de mineração de grande escala que se desenvolverá na província de Zamora-Chinchipec, por parte da Ecuacorriente, uma empresa de capital majoritariamente chinês.



Fonte: Extrayendo Transparencia. Información estadística sobre la cadena de valor del petróleo. 2011. Disponível em: <http://extrayendotransparencia.grupofaro.org/category/recursos/estadisticas/#.UkBVdFvp_5k>.

31. 11 Meses sin definir el contrato con Kinross. *El Comercio*, 26 out. 2012. Disponível em: <http://www.elcomercio.com.ec/negocios/Kinross-mineria-Ecuador_0_798520313.html>.

32. RAMÍREZ, Franklin. Crisis neoliberal y reconfiguraciones estatales: la heterodoxia sudamericana. *Línea Sur, Revista de Política Exterior*, n. 2, p. 84-103, mai./ago. 2012.

amplo conjunto de leis, normas e instrumentos internacionais, ambiguidade legal que nesse caso atuaria sempre em favor do Estado equatoriano, algo inédito no país e na América Latina. Todas essas condições dificultaram substancialmente a assinatura de contratos com várias multinacionais – entre elas, a canadense Kinross –, mostra clara da vontade política, por parte do governo da RC, de priorizar a legislação, não apenas sobre os interesses do capital, mas também das necessidades orçamentárias do Estado.³¹

Esses dois exemplos são determinantes, pois exemplificam que, apesar de a RC ter mantido atividades extrativas, mudou radicalmente sua estrutura básica, deslocando as utilidades do setor privado para o público. Isso forma parte de uma tendência mais ampla, dirigida a pôr na linha o capital internacional: o Equador renunciou à Convenção Internacional sobre Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, reivindicando a proeminência do marco jurídico nacional, uma atitude claramente soberanista que contraria as diretrizes neoliberais.³²

CONCLUSÕES

Os elementos brevemente esboçados podem nos dar um indício de como, ao longo desse período, a gestão estatal atuou decididamente *contra* as relações de dominação centro-periferia: diminuiu substancialmente não apenas a porcentagem de seu PIB destinado ao serviço da dívida, mas o montante total da mesma, mediante a combinação de táticas tanto políticas quanto financeiras. Além disso, resistiu à ofensiva da liberalização comercial, gerando paralelamente medidas tarifárias destinadas a proteger a produção nacional, e recuperou a primazia do setor público nas atividades petroleiras, garantindo uma situação similar na mineração. A combinação de todas essas políticas conduziu a uma redução substancial da transferência de excedentes ao centro da eco-

nomia-mundo, redirigindo os mesmos ao investimento social e à transformação da estrutura produtiva.

Simultaneamente, desenhou um conjunto de estratégias destinadas a *destruir* essa relação de dominação. A Nova Arquitetura Financeira Internacional, ao consolidar-se, eliminará a dependência dos países latino-americanos em relação ao fluxo de capitais de países industrializados dando maiores condições para financiar os seus projetos de desenvolvimento, entre eles a mudança da matriz primário-exportadora. O marco legal contido na Constituição e no ACD garante que as dinâmicas comerciais do Equador com outros países seguirão o princípio de “tratamento preferencial e diferenciado” em favor das nações menos desenvolvidas, e o Sucre promete eliminar a dependência das divisas estrangeiras nesse âmbito. Finalmente, ao reduzir ao mínimo a participação do capital privado nas atividades extrativas, restringindo-o àquelas áreas em que o Equador ainda não conta nem com o conhecimento nem com a capacidade instalada, condenou as multinacionais ao papel de prestadoras de serviço, garantindo o benefício público perante o privado.

Abre-se, assim, um longo percurso até a realização do que é chamado, desde a Constituição de Montecristi, o *Bom Viver*. Sem dúvida, as medidas aqui esboçadas são ainda insuficientes para conquistar a mudança da matriz produtiva, que permitiria mitigar tanto sua dependência em relação à economia global como as terríveis consequências ecológicas que essa implica. No entanto, os passos dados até agora são imprescindíveis para chegar lá, e, em um momento em que se consolida o projeto neoliberal até mesmo no centro da economia mundo, a RC pode ser caracterizada sem dúvida como um dos processos mais radicais atualmente em nível global. O período presidencial que iniciou no presente ano, com uma vitória eleitoral que manifesta um elevado grau de legitimidade política, é, sem dúvida, um contexto favorável e irrepetível para a radicalização desse projeto, inclusive para

além do modo de produção capitalista. Porém, para isso, é necessário não somente um impulso por parte dos setores mais progressistas a nível nacional, mas um avanço substancial nas dinâmicas de integração, sem as quais o impulso contra-hegemônico dos países do Sul dificilmente conseguirá sua consolidação.

FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO

NALU FARIA

A Marcha Mundial das Mulheres desde o seu surgimento em 2000 se consolidou como um movimento feminista internacional organizado nos cinco continentes. Tem como seu ponto forte a organização de uma ampla mobilização e de uma agenda anticapitalista e de caráter feminista, enfrentando o desafio desta construção com as mediações que se impõem perante as várias diferenças culturais e políticas, portanto incorporando questões como raça-etnia, juventude etc.

BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional atualmente organizado, com Coordenações Nacionais em 62 países e territórios e com grupos de contato em outros noventa países. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma mani-

festação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A motivação dessa Marcha foi a avaliação sobre o significado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) para as mulheres em termos de mais empobrecimento. Ao mesmo tempo, avaliaram que, em um mundo globalizado, dever-se-ia construir uma resistência mundial.

Em 1995, quando a grande maioria dos movimentos de mulheres investia toda sua energia na IV Conferência Mundial da Mulher da ONU, realizada na China, as mulheres do Quebec iniciavam essa proposta. As mulheres que iniciaram a organização da Marcha estiveram na Conferência de Pequim com o objetivo de discutir a Marcha, e não com a visão de que ali era o espaço de definição da agenda que depois pautaria o monitoramento dessas definições. Com a proposta de uma Marcha Mundial das Mulheres, pautava-se uma grande mobilização com origem nos movimentos de mulheres a partir de uma agenda própria. A preocupação da Marcha era justamente como construir uma resposta do movimento para a ofensiva conservadora em curso a partir das vitórias do neoliberalismo, com uma compreensão de como o patriarcado e o capitalismo se reforçam mutuamente.

O primeiro encontro internacional da MMM ocorreu em 1998 em Quebec. Nesse encontro, foi definida a plataforma centrada em dezessete pontos contra a pobreza e dezessete pontos contra a violência. A proposta foi realizar um abaixo-assinado em torno dessas reivindicações para ser entregue na ONU, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI), em 17 de outubro.

A MMM começou, dessa maneira, como uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista em 2000, de 8 de março a 17 de outubro (Dia Mundial de Luta contra a Pobreza). Depois, ao decidir continuar como um movimento permanente, passou a participar do Fórum Social Mundial; das lutas contra o livre comércio, como a Campa-

nha contra a Alca e para tirar a Organização Mundial do Comércio (OMC) dos trilhos; e da Assembleia de Movimentos Sociais. Ao mesmo tempo, deu continuidade ao seu processo de organização interna, constituindo as coordenações nacionais e uma coordenação internacional, através do Comitê Internacional e do Secretariado Internacional.

Para se constituir como um movimento internacional, a MMM desenvolveu um método para a definição de consensos, que implicou mobilização, ocupação de espaços públicos, atuar construindo a relação entre o local, o nacional e o internacional, e ter uma estratégia de comunicação e de formação, uma vez que essa primeira campanha foi considerada uma grande ação de educação popular. O outro elemento é que essa ação se deu a partir de uma plataforma, com as dezessete reivindicações contra a pobreza e a violência sexista, que expressava uma crítica à globalização neoliberal, num marco em que o debate hegemônico focava no alívio da pobreza. Outro aspecto fundamental foi a articulação entre a agenda econômica e a luta contra a violência, na qual incluía as questões de autonomia sobre o corpo. Mas o determinante foi justamente posicionar as mulheres em relação ao debate econômico no momento em que esse era o centro da disputa.

Ao se definir como um movimento permanente em continuidade a essa campanha, foram colocados novos desafios. Em particular, por ter se tornado um movimento permanente, foi necessária uma maior definição de seu posicionamento político. Isso ocorreu na medida em que a MMM foi aprofundando a conexão entre a economia, a globalização e as redefinições e ressignificações do patriarcado.

Do ponto de vista da sua metodologia de construção, o outro elemento determinante foi a organização das ações internacionais a cada cinco anos, nas quais foram definidos objetivos a serem cumpridos durante o processo de construção. Ao mesmo tempo, a preparação das ações internacionais marcou processos de sínteses da plataforma da MMM.

A MMM PELAS SUAS AÇÕES INTERNACIONAIS

2000 Razões para Marchar

A primeira ação internacional, em 2000, foi caracterizada como um chamado de longo alcance, um passo no sentido da construção da MMM como um movimento internacional, o momento de apresentação de sua proposta e de busca de adesão. Ela mobilizou milhares de grupos de mulheres em mais de 150 países e territórios em atividades de educação popular e manifestações públicas de apoio às dezessete reivindicações mundiais. Os 5 milhões de assinaturas coletadas em apoio a essas reivindicações foram entregues às Nações Unidas em 17 de outubro de 2000, enquanto mais de 10 mil mulheres de oitenta países marcharam pelas ruas de Nova York e simultaneamente eram realizadas manifestações em quarenta países. Um dia antes, uma delegação da MMM denunciou, diante dos dirigentes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as políticas de ajuste estrutural e seus efeitos devastadores sobre a vida das mulheres.

2005

Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo

Em 2005, elaboramos a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade após um amplo debate e construção coletiva de uma posição comum entre mulheres, com diferentes experiências e culturas políticas. Essa se deu em torno de cinco valores: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz. Em 8 de março de 2005, durante uma passeata com a participação de 30 mil mulheres em São Paulo, a Carta iniciou sua viagem ao redor do mundo. Até 17 de outubro de 2005, a Carta passou por 53 países e territórios. Nestes países, as Coordenações Nacionais expressaram em um retalho de tecido seu olhar sobre o mundo que queremos – e já estamos construindo – com base nesses valores. Estes retalhos foram sendo

costurados em uma Colcha da Solidariedade, que foi concluída na última parada em Ouagadougou, Burkina Faso, considerado um dos países mais pobres do mundo. Enquanto isso, ações foram realizadas em 17 de outubro, ao meio-dia, em cada meridiano, em uma vigília de 24 horas de Solidariedade Feminista. A “onda” começou nas ilhas do Pacífico (Nova Caledônia, Samoa e outras), foi para a Ásia, Oriente Médio, África e Europa simultaneamente, terminando nas Américas. Do ponto de vista organizativo, foi um momento de consolidação das coordenações nacionais, e por isso a proposta de uma marcha de revezamento, em que a carta viajava pelos países, ao mesmo tempo em que foi construída uma grande colcha de retalhos onde cada país retratou de forma criativa o significado da carta.

2010

Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres

A terceira ação, em 2010, teve o sentido de afirmação das alternativas com a proposta de uma marcha de dez dias em torno dos quatro campos de ação sistematizados a partir dos debates da Carta em 2005. Os quatro campos de ação – trabalho e autonomia econômica das mulheres; violência; bens comuns e serviços públicos; e paz e desmilitarização – concretizam a plataforma da MMM. Em 2010, a ação teve como lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” e se organizou em torno de três focos: expressar demandas nacionais por meio de marchas e/ou caravanas; marcar o 100º aniversário da declaração do Dia Internacional da Mulher, por meio da recuperação da história de mulheres lutadoras; amplificar a voz das mulheres que sofrem violência em situações de conflito armado; e apoiá-las em seus esforços para expor as causas e encontrar soluções para superá-las. Mulheres de 75 países dos cinco continentes participaram; em 56 países, foram organizadas atividades, e nos outros dezenove delegadas nacionais participaram de ações regionais e internacio-

nais. A ação durou 220 dias e teve um público direto de mais de 100 mil mulheres e, em menor medida, homens.

A grande contribuição da terceira ação internacional foi convidar todos os países, não apenas aqueles que estão em situação de conflito aberto, a refletir sobre a militarização da vida cotidiana e sua relação com o modelo capitalista e patriarcal. Esta temática esteve presente na ação regional europeia que aconteceu na Turquia, especialmente pela contribuição das mulheres dos Bálcãs e das curdas. Também organizou a ação regional na Ásia, nas Filipinas, e a ação das Américas, na Colômbia, onde ocorreram mobilizações diante das bases militares dos Estados Unidos. Na Colômbia e na República Democrática do Congo, foram organizadas missões internacionais em comunidades afetadas pelo conflito. O ato de encerramento da ação em Bukavu, na República Democrática do Congo, foi uma experiência única da diplomacia popular e da solidariedade internacional. Dez anos após a entrega das dezessete demandas internacionais na ONU, nosso propósito foi questionar esta instituição no terreno e lembrar que os direitos das mulheres inscritos em convenções, tratados e resoluções só fazem sentido quando são reais para todas as mulheres do mundo.

Além das ações a cada cinco anos, o sentimento de pertencimento à MMM em âmbito internacional se fortalece na solidariedade com a resistência que as mulheres realizam continuamente em suas comunidades, especialmente contra as situações de criminalização das lutas sociais que muitas de nossas companheiras vivenciam. Outro fator de construção permanente de nossa identidade comum é o nosso trabalho em aliança com outros movimentos sociais. Estamos na luta por soberania alimentar, justiça ambiental e combatemos a violência contra as mulheres no campo, junto com a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional. Construimos a Assembleia dos Movimentos Sociais e sua agenda comum de mobilizações como parte do processo Fórum Social Mundial.

Os grupos de base participantes na MMM são diversos e têm suas próprias dinâmicas. As ações internacionais são construídas de forma a tecer uma rede que conecta essas diferentes dinâmicas em uma perspectiva feminista e, assim, reforçar a sua capacidade de responder aos contextos locais e nacionais.

Além disso, a comunicação tem um sentido estratégico para nós. Nesses anos de história, a MMM estabeleceu diálogos entre mulheres ativistas que falam idiomas diferentes, são de diferentes gerações e etnias, partem de diversas culturas políticas e experiências de sexualidade. Nos esforçamos para escrever nossa história, nossa análise de contexto com nossas próprias palavras, usando nossas próprias categorias de pensamento, reagindo à concentração da mídia na mão de poucos, que impõem a sua ideologia como de fossem fatos relatados com neutralidade.

A TRAJETÓRIA DA MMM NO BRASIL

No início, o contato das companheiras do Quebec era com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT), por sua proximidade com as mulheres da CSN. Foram elas que, no ano de 1998, marcaram reuniões para definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional realizado no Quebec, em outubro de 1998. Após esse encontro, deu-se o início da organização da MMM. Houve um conjunto de organizações que atuaram na articulação dessa primeira campanha.

Em outubro de 1999, foi realizada a primeira reunião nacional, na qual constituímos a MMM no Brasil. Nessa reunião, as mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. Essa foi a atividade mais massiva naquele ano de 2000, com a presença de 20 mil mulheres. Entre 8 de março e 17 de outubro de 2000, foram realizadas inúmeras atividades em todos

os estados, sendo a maior delas a Marcha das Margaridas, organizada pelas trabalhadoras rurais da Contag e outras entidades em agosto daquele ano. Foi a partir do impacto desse amplo processo de articulação que várias brasileiras fizeram parte daquelas que propuseram a continuidade da Marcha como um movimento permanente em nosso país.

A MMM trouxe um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir um posicionamento e uma articulação das mulheres em relação à questão da economia. O Brasil deu uma contribuição importante nesse processo ao construir uma abordagem que permitiu relacionar a questão da globalização com o cotidiano das mulheres, inclusive das jovens.

Esse questionamento global do modelo vigente fez retomar o debate de classe e consolidou, mais que uma crítica à globalização neoliberal, uma crítica anticapitalista, que ao mesmo tempo analisa a imbricação entre capitalismo e patriarcado. Na MMM, foi estratégico construir ações e o discurso crítico à mercantilização e à profunda extensão da sociedade de mercado na globalização. Isso contribuiu para afirmar uma visão crítica e desconstruir ambiguidades anteriores no que se refere a uma aparente democratização e avanço na normatização de direitos.

Em vários setores do movimento de mulheres, foi tratado como um paradoxo o fato de, enquanto se avançava na formalização de direitos, ter havido retrocesso nas condições econômicas e outras conquistas anteriores, como em políticas sociais. Na busca por construir uma análise abrangente do que realmente acontecia, construímos uma abordagem que explicitou que, enquanto se reconheciam os direitos das mulheres nas conferências da ONU, o mercado reorganizava a vida das mulheres. Além disso, incorporamos a formulação de Danièle Kergoat sobre o fato de que a globalização criou uma dualidade entre as mulheres. Danièle afirma que, pela primeira vez na história do capitalismo, algumas mulheres tiveram

acesso ao capital por elas mesmas e não em função de suas relações de parentesco e herança como filhas, esposas, amantes. Mas isso se deu em um momento que, para a grande maioria, significou ter trabalho precário e sem direitos, assim como mais sobrecarga com trabalho doméstico e de cuidados sob a diminuição dos direitos sociais no neoliberalismo.

Com essa abordagem, a MMM seguiu enfocando a questão da violência patriarcal como parte dos mecanismos de dominação sobre as mulheres. Portanto, articulando a luta pela erradicação da violência com a superação desse modelo, mas ao mesmo tempo atuando pelo estabelecimento de políticas públicas de assistência e atenção às mulheres vítimas de violência. Da mesma forma, desenvolveu a luta pela legalização do aborto centrando na autonomia das mulheres e organizando debates, ações de rua, como colagens de lambe-lambe e outras. Além disso, incorporou-se a Frente Pelo Fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto.

A crítica à mercantilização dos corpos e da vida das mulheres possibilitou a reflexão sobre as conexões entre globalização, empresas transnacionais e o controle sobre o trabalho, os corpos e os territórios. Por exemplo, as mesmas transnacionais que atuam em tecnologias baseadas no controle do corpo e da reprodução também atuam na produção de sementes transgênicas. Da mesma forma, há a conexão entre incremento da militarização e controle dos territórios e bens naturais e a violência contra as mulheres e sua utilização como despojos de guerra.

Baseada nessa visão, a MMM coloca como central a necessidade de mudanças globais no modelo que se expressa no lema: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, na compreensão de que a igualdade ou será para todas as mulheres ou não será. Ou seja, a visão de que nos marcos do capitalismo até pode haver avanços em alguns direitos e alterar a posição de algumas poucas mulheres, mas não a de todas.

Outro elemento fundamental foi ter recolocado o conceito de patriarcado em um contexto em que o movimento de mulheres estava sob a hegemonia da banalização do conceito de gênero, em meio a um processo de institucionalização e de perda de radicalidade. Isso contribuiu para colocar ênfase na dimensão da opressão das mulheres. Não houve uma retomada do antigo debate entre marxismo e feminismo – capitalismo e patriarcado como um ou dois sistemas, mas se enfatizou a inter-relação entre eles. Ambos estão construídos com base na desigualdade e se reforçam mutuamente. Há o reconhecimento de que o capitalismo incorporou a dominação patriarcal como estruturante de seu modelo econômico e de suas práticas, tendo como base a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres e a imposição da família patriarcal e da heteronormatividade da sexualidade como modelos. Assim como incorporou o racismo e utiliza essa dimensão inclusive para organizar uma hierarquia e desigualdade entre as mulheres, mesmo no interior da classe trabalhadora.

A partir dessa compreensão política de que a transformação da vida das mulheres passa por mudanças globais no modelo, a MMM fundamenta suas análises na economia feminista. Assim, apresenta o debate de que a economia vai além da dimensão mercantil e monetária, e de que o trabalho vai além do emprego, colocando a necessidade de reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no trabalho doméstico, de cuidados, para o autoconsumo. Dessa forma, além de incorporar, coloca a necessidade de reconceituação do que é “economia” e do que é “trabalho”, e questiona esse paradigma centrado no mercado. E reconceituar significa incorporar as práticas, os conhecimentos e as experiências das mulheres em tudo que historicamente foi construído.

Hoje, na América Latina, está presente o debate do reconhecimento dos direitos da natureza, toda a questão da Pachamama, principalmente pelos povos indígenas, e todo o debate na Bolívia, no Equador etc. Nesse debate, há ainda uma

fronteira tênue com uma visão essencialista de identificação da natureza com as mulheres, em função da maternidade. No entanto, esse diálogo com as sociedades indígenas não deve ser simplesmente incorporar uma visão da complementaridade entre masculino e feminino (que é outro aspecto presente nesse debate), mas também não é de confrontação. Hoje, a recuperação da questão de construirmos uma relação harmoniosa com a natureza significa confrontar o capitalismo patriarcal, racista, degradante do meio ambiente. Ou seja, reconhecer que os impactos sobre a natureza não são externos ao modelo econômico, assim como o trabalho doméstico e de cuidados também não é. Nesse sentido, há uma concordância com a análise feita por feministas ecologistas de que o tempo e o trabalho das mulheres, tal como a natureza, são, por esse modelo, tidos como recursos inesgotáveis. Historicamente, as mulheres foram identificadas com a natureza e isso gerou muita desvalorização, sobretudo porque os homens foram identificados com a cultura. O debate é justamente avançar na crítica ao androcentrismo desse modelo, mas também ao antropocentrismo. Além disso, há também o debate sobre, por exemplo, a relação entre biodiversidade não só como da natureza, mas fruto das relações sociais, da interação entre ser humano e natureza.

As mulheres estão envolvidas em experiências concretas de construção de alternativa, como é o exemplo da agroecologia. Estão participando dos espaços de formação, reuniões, trocas de experiências e saberes. E, pela primeira vez, enxergam o seu trabalho valorizado. Mas esse é um processo contra-hegemônico e, portanto, de outra relação com o tempo, contraposta à visão do capitalismo e sua voracidade pelo lucro. Na agroecologia, considera-se o tempo de regeneração da terra. Isso exige um forte reconhecimento por parte do Estado e o desenvolvimento de políticas públicas para a agroecologia, tendo como ponto central a necessidade de uma reforma agrária integral. Quando as mulheres começam a se organizar

no movimento agroecológico, começam a perceber de outra forma sua contribuição na agricultura, e isso contribui para uma consciência crítica sobre a dimensão de gênero. E, por sua vez, uma nova identidade, a partir de um processo coletivo no movimento, traz mudanças na vida dessas mulheres.

Outro tema fundamental é o trabalho doméstico e de cuidados, que em geral é complexo de abordar, mesmo dentro do movimento. Na MMM, há um esforço não só para incorporar esse tema em nossas análises, nas plataformas, como também para discutir nas atividades de formação e no cotidiano dos grupos. Todavia, a questão da divisão do trabalho em casa, quando as mulheres são casadas e com filhos, é difícil de abordar. Foi com isso que tentamos romper, pois achávamos que deveríamos ir além dos nossos panfletos e das nossas análises dentro da Marcha. E foi com esse objetivo que a MMM incorporou as palavras de ordem referentes ao tema em sua batucada. Por volta de 2003, em uma ação da Marcha, quando eram gritadas as palavras de ordem contra a violência, não havia reação dos homens nas ruas. Mas quando gritávamos “João, João, cozinha seu feijão!” ou “José, José, cozinha se quiser!”, eles reagiam criticando.

Uma forma de fazer o debate em atividades de formação é abrir esse debate perguntando se houve mudanças em relação ao trabalho doméstico depois que passaram a ser militantes. Essa foi uma das maneiras de visibilizar e fazer o debate político-econômico.

LUTAS E PROCESSOS

A MMM afirma que atua a partir de dois princípios: auto-organização das mulheres e construção de alianças. Como já foi assinalado acima, a organização das ações internacionais são momentos importantes de construção. Nas campanhas e ações organizadas em conjunto com outras(os) aliadas(os), atua organizando mobilizações, debates e análises

a partir da auto-organização das mulheres. A busca de respostas à globalização neoliberal e a necessidade de uma resposta mundial colocaram o desafio de uma organização internacional que partisse de ações locais e com ações e práticas ancoradas na solidariedade.

A MMM envolveu-se com todo o processo de luta contra o livre-comércio, e consideramos que foi parte da construção do movimento por outra mundialização e teve como centro a luta contra a globalização neoliberal. Entre as ações e mobilizações, um eixo estruturador foi a luta contra o livre-comércio ou livre mercado. Atuamos na campanha contra a OMC, denunciando que essa instituição não serve apenas para a regulação do comércio, mas tem como objetivo a mercantilização de todas as dimensões da vida. No Brasil, a Marcha envolveu-se intensamente na campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e, a partir dessa participação, articulou o debate e a ação crítica à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, ao mesmo tempo em que organizou uma campanha pela valorização do salário mínimo, como parte das lutas pela distribuição da renda no Brasil e, portanto, contra a pobreza. Foi nesse processo da campanha contra a Alca, em 2002, que a MMM elaborou como consigna “O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!”. Essa consigna se transformou em um grito da batucada feminista: “A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!” A luta contra a Alca e a OMC marcou toda nossa presença na América Latina e foi fundamental para a recomposição de um campo de esquerda na região e, em particular, no movimento de mulheres. Saímos de um debate sobre os impactos positivos e negativos da globalização e de uma possível Alca para uma visão antissistêmica e de crítica global ao modelo, ao mesmo tempo em que recuperamos a mobilização e a luta social como nossas principais ferramentas.

O processo do Fórum Social Mundial foi fundamental. Desde o início, a MMM, em conjunto com outros movimen-

tos sociais, o compreendia como um espaço geral em que se expressava uma grande variedade de visões com aspectos comuns e também conflitivos. Mas era importante que os movimentos organizassem dentro do Fórum um espaço de articulação que pudesse ir além e organizar ações conjuntas. Por isso, desde o início, investimos tanto nas atividades e ações do Fórum, quanto na organização da Assembleia dos Movimentos Sociais. Articulamos também um processo de aliança entre movimentos de mulheres que se expressou, por exemplo, na organização de uma agenda comum nos fóruns sociais mundiais e também em ações conjuntas de mobilização.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA

Na Marcha, tanto em nível internacional como no Brasil, o reconhecimento da diversidade e diferenças entre nós busca evitar que as lutas das mulheres e a desigualdade de gênero sejam tratadas apenas como uma questão de identidade. Reconhecemos a diversidade das mulheres e buscamos construir ações comuns que possam combater globalmente a ordem atual de dominação e opressão, em um claro projeto político de mudança. Aprendemos, a partir da experiência cotidiana, a envolver um grande número de mulheres que chegam com suas histórias de vida e militância, demos conta de promover uma interação e aprendizagem mútua e, a partir disso, construir novas sínteses e novos pontos de partida na busca de uma utopia conjunta, no que queremos vir a ser.

Um valor forte na MMM é a construção de consensos a partir de realidades muito diferentes, tanto econômicas quanto culturais, mas também de processos do movimento de mulheres no país. Um ponto de partida fundamental para isso é a visão comum sobre a necessidade de mudanças estruturais na sociedade e nas relações sociais para que se possa construir igualdade para as mulheres. Há uma profunda compreensão de que a igualdade só se dará se alcançar o conjunto das mu-

lheres. Isso remete não só à incorporação da dimensão de classe, mas também às outras formas de opressão e discriminação com que vivem as mulheres, como é a questão da opressão racial, da sexualidade e de geração. A Marcha é um movimento construído a partir das mulheres de base, que têm na organização e na mobilização suas principais ferramentas, em função dessas realidades tão distintas e das formas de opressão que há em cada país.

Nossa ação se baseia no reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. É a partir de um forte movimento de base, popular, do campo e da cidade que poderemos construir uma prática feminista que contamine e impulsione alianças com outros setores envolvidos na luta por mudanças. É a partir de ações coletivas que nós mulheres teremos vigor para revolucionar a sociedade e construir novas relações sociais e a superação de todos os mecanismos de manutenção da opressão. Para a MMM, a construção de uma força própria das mulheres é fundamental inclusive para a articulação das alianças necessárias com outros movimentos e organizações.

Temos uma visão de que existe um movimento de mulheres que incorpora vários setores e grupos, e não existe uma separação entre um movimento de mulheres e um movimento de feministas. É um movimento de mulheres, que coloca as mulheres em contradição com as relações de opressão e existe como parte da construção de feminismo. E é a partir do processo de participação, de formação e de radicalização que o conjunto das mulheres vai incorporando de forma mais consciente e explícita o feminismo. Pois, em geral, as mulheres que estão nos movimentos enfrentam algum nível de confrontação com o patriarcado e imposição da divisão sexual do trabalho. Consideramos fundamental a incorporação da dimensão de classe, raça, sexualidade e geração, e termos que pensar sobre essa integração altera tanto a dinâmica como a plataforma.

A experiência feminista é de construção de uma nova identidade coletiva das mulheres e de seu reconheci-

to como sujeitos. Nisso se inclui forjar uma nova subjetividade, de desmercantilização da sexualidade e de autonomia como base para esse reconhecimento como sujeitos. No entanto, isso não significa a negação da necessidade do afeto, do cuidado e do que as economistas feministas conceituam como interdependência. Mas isso é totalmente o contrário do que o patriarcado coloca para as mulheres como o outro, que está em uma relação de subordinação e de objetualização. É como parte dessa visão que o feminismo se posiciona sobre a necessidade de coerência entre vida privada e pública, e de construção de novas relações. Não se pode aceitar de maneira acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

A utopia do feminismo anticapitalista aponta para um questionamento global do modelo atual e para a construção de novas práticas que buscam superar as falsas dicotomias e o pensamento binário, que opõem razão e emoção, objetivo e subjetivo, público e privado.

Nesse sentido, fazem parte da estratégia da Marcha ações com muita criatividade que partem da experiência concreta e do conhecimento das mulheres. É fundamental a utilização de outras formas de expressão, para além da linguagem verbal. A combinação das práticas de educação popular e as dos grupos de reflexão feminista é a base para o trabalho da MMM, que é parte da contribuição do feminismo à construção de práticas emancipatórias, à conscientização da opressão e de como esta se concretiza no corpo, na identidade, na autopercepção. Assim como atuamos para o reconhecimento do valor de cada uma, inclusive como base para o amor próprio e a autonomia pessoal.

Nessa trajetória, a solidariedade como valor e como prática é central. Os mecanismos de opressão seguem vigentes em todas as sociedades, mesmo que haja diferenças culturais, econômicas e sociais, e alguns direitos conquistados, em alguns países mais que em outros. Mas os mecanismos de de-

sigualdade e hierarquização continuam sendo a base constitutiva da sociedade. Por isso, não só a globalização de nossas lutas, mas também a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível. Isso se traduz em cada grupo da Marcha, que se tornam mais fortes ao saber que mulheres estão na mesma luta em muitos países.

Queremos construir um projeto comum em que aprendamos com outras lutas e ampliemos nossa agenda, mas que também imprima a marca feminista para que a luta antipatriarcal seja de todas e todos.

SOBRE OS MÉTODOS

O ponto de partida é nossa posição em relação à luta como o que pode realizar mudanças, e para isso a importância da mobilização, da ocupação dos espaços públicos, da construção de processos organizativos e enraizamento. Mas nesse processo e como parte da recuperação da radicalidade, da rebeldia, de formas comunicativas com a população, a MMM desenvolveu várias formas de intervenção.

A batucada na MMM, como uma expressão de nossa ação feminista, foi iniciada pelas mulheres do Rio Grande do Norte no Fórum Social Mundial, em 2003. Essa experiência somou e inovou uma linguagem própria da MMM. Possibilitou ocupar plenamente o espaço público desde os nossos sons, que produzimos dos tambores e das latas, e de nossas vozes, com gritos que fortalecem uma ação feminista irreverente.

A proposta de construir uma “ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida”, com o objetivo de articular e intensificar as ações que já eram realizadas em vários estados, surgiu em uma reunião das jovens na MMM. A ofensiva foi lançada em 2004 como uma ação permanente, e não como uma campanha que tem reivindicação específica. Sua estratégia inclui a reflexão e a elaboração de ações feministas contra

o machismo na sociedade de mercado e se materializa em colagem de cartazes, intervenção em cartazes publicitários, ações de rua com batucada, debates sobre letras de música, publicidade na TV e em revistas e padrões de beleza. Também são debatidas formas de criar novas referências culturais, novas práticas e maneira de lazer que se combinam com a crítica da indústria cultural, da imposição de padrões de beleza e comportamento, e dos valores da sociedade de mercado.

UM MOVIMENTO INCONTORNÁVEL

A trajetória da MMM e seu enraizamento apontam para o sentido estratégico de sua construção, o que temos chamado de um movimento incontornável. De 25 a 31 de agosto de 2013, realizamos o 9º Encontro Internacional da MMM, em São Paulo, com a participação de 1.600 mulheres de cinquenta países.

No encontro, expressamos na prática os princípios organizativos, as análises e práticas políticas da Marcha e sua conexão com a trajetória do feminismo. Nossa ênfase foi a relação entre o feminismo e a luta pelo socialismo, concretizando quais os componentes de alternativas antissistêmicas hoje.

Para tanto, o encontro debruçou-se sobre o contexto atual e os desafios do feminismo. Diante da atual crise mundial, as mais variadas posições ideológicas reconhecem que vivemos em um modelo injusto e insustentável. Da mesma forma, não é possível desconhecer a crítica que o movimento feminista faz ao caráter patriarcal da sociedade, mas rapidamente outro mecanismo se manifesta, que é legitimar determinadas expressões do feminismo para, na verdade, ignorar outras, em geral as antissistêmicas. Expressamos isso no texto do encontro quando afirmamos que “o controle dos corpos é mais complexo hoje, quando imagens opostas do corpo coberto por uma burca ou nu podem ter um mesmo sentido opressor. Que diferenças existem entre a exigência de descon-

der e a banalização do corpo das “piriguetes”, a forma utilizada no Brasil nesse momento, para continuar dividindo e hierarquizando as mulheres segundo as representações de virtuosas e profanas. Temos aí a medida da cooptação liberal do discurso feminista “meu corpo me pertence” até ser traduzido em “meu corpo é meu negócio”.

Outro exemplo é a violência patriarcal, certamente a agenda mais incorporada pelos organismos multilaterais, governos e meios de comunicação. Os números deveriam assustar, principalmente diante do fato de que ainda há muito para ser denunciado, como o estupro e o abuso sexual de crianças, de todas as classes sociais, por pais, tios, irmão etc. Nos últimos anos, testemunhamos diversos casos de estupros coletivos por bandas musicais, no transporte coletivo, em festas organizadas para isso, exemplo de Queimadas, na Paraíba. Embora esses dados não possam ser ocultados, já aparece a reação patriarcal, que divide as mulheres entre vítimas e autônomas, como no caso de Luana Piovani e a decisão judicial de inocular o agressor.

Na crise atual, o sistema está operando com uma receita muito conhecida por nós, um grande ajuste na relação capital/trabalho. Para isso, corta gastos públicos para a prestação de serviços à população e impõe um grau de precariedade antes restrito aos países do Sul ou a setores da população: mulheres, migrantes como a norma para todos e todas. Há um aumento do conservadorismo, com a valorização do papel das mulheres na família para justificar seu sobretrabalho e sua responsabilidade frente ao recorte de políticas públicas e apoio à reprodução social (onde existiam).

O 9º Encontro Internacional demonstrou que a força e a potência da MMM estão em construir, desde o cotidiano e a partir da realidade das mulheres, uma ação local conectada à articulação mundial em que a solidariedade é um eixo estruturante. Essa experiência se consolidou como uma força mundial, atualizando o feminismo como um projeto para

garantir a igualdade entre todas as mulheres, nos marcos da construção de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, sem discriminação de raça/etnia e com um livre exercício da sexualidade.

BIBLIOGRAFIA

CARRASCO, Cristina. Economia feminista: una apuesta por outra economia. In: VARA, M. J. (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madri: Ec Akal, 2006.

FARIA, Nalu. Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista. In: *Gênero e Sexualidade*. Cadernos Sempreviva. São Paulo: Ed. SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1998.

FARIA, Nalu. Feminismo e transformação social. In: *Caderno Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Ed. SOF (Sempreviva Organização Feminista), 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M. et al. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Cadernos Marcha Mundial das Mulheres*. São Paulo: Ed. SOF (Sempreviva Organização Feminista), 2008.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. *Una década de lucha internacional feminista*. São Paulo: Ed. SOF (Sempreviva Organização Feminista), 2008.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, Apr. 2012.

JUNHO DISRUPTIVO

JOSUÉ MEDEIROS E JEAN TIBLE

Do dicionário Houaiss:

disruptivo

adjetivo

que provoca ou tende a provocar ruptura; disruptivo

1 que causa ou tende a causar ruptura ou fratura

‹ tensões d. sobre um cabo de aço › ‹ a força d. de uma avalanche ›

2 *eletr* que restabelece bruscamente uma corrente elétrica

‹ descarga d. ›

3 *hidr* que causa deflexão, turbilhonamento de um fluido à volta de um obstáculo

Etimologia

lat. *disruptio,ōnis* ‘fratura, quebra’ sob a f.rad. *disrup-* + *-tivo*; ver *romp-*

É preciso a sociedade brasileira ter influência nas decisões. Você sabe qual é a desgraça desse país? É que o povo vai no dia 15 de novembro votar e depois não liga mais para nada, fica esperando a outra eleição. Olha, o povo tem que votar, cobrar, exigir, xingar, fazer protesto, passeata, manifestação, é a única forma de fazer a classe política entender o povo.

Lula, 1989, no programa do Silvio Santos

<http://www.youtube.com/watch?v=gVWVSdcT1Cc&feature=youtu.be>

Das experiências do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia. O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos da própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano.

Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*

“Gente nas praças e ruas, e aí vai valer a pena, brilha a estrela serena, sem medo de ser feliz.” Um verso de uma canção petista, das “origens”. Mas a esquerda socialista e democrática referenciada no Partido dos Trabalhadores titubeou diante das jornadas de junho. Não vale mais a pena ver o rio de asfalto e gente entornando pelas ladeiras, entupindo os meios-fios? Trata-se de alimentar o mito “do velho PT que era bom” ou de pensar em como atualizar sonhos e utopias socialistas no século XXI?

Que o PT adquiriu a maioria dos piores vícios do sistema político brasileiro ninguém nega. Mas existem aqueles e aquelas que preferem responsabilizar essa estrutura distante para com isso esconder os erros cometidos, os impasses não resolvidos, os dilemas do porvir. Ainda somos muitos, contudo, os que insistem em apontar para um problema mais grave, qual seja, a assimilação por parte do petismo, dos valores e projetos das classes dominantes, uma verdadeira aceitação da posição do poder, do papel de defensor do

status quo, uma renúncia dos sonhos históricos que mobilizam as pessoas de esquerda.

Somos muito, sobretudo, os que não desistimos, em busca da posição fácil do isolamento, do gueto, em troca da manutenção da pureza doutrinária. Por valorosa que seja a luta, sem a “contaminação” com a vida real ela pouco significa.

Junho e suas jornadas, seus jovens e suas novidades lançam esperança justo para esse amplo e diverso “nós”, que engrossamos a posição mais difícil do campo político da esquerda: não aceitamos a ordem, mas fazemos parte dela; fazemos a crítica, mas não desistimos. Não somos só pureza, tampouco só pragmatismo. Meios e fins, forma e conteúdo, corpo e mente, tática e estratégia, programa e aparelho, utopias e poder, tudo deve ser misturado, fusionado. Somos os e as que têm mais dúvidas do que certezas, e por isso saudamos junho.

O marxismo irrequieto de Rosa Luxemburg e o espontaneísmo das massas; o jovem Trotski presidente do soviete inesperado de 1905 ao velho Leon amigo do surrealismo e profeta desarmado contra a burocracia; o Lenin que exalta as massas mesmo quando clama pela vanguarda, pois Outubro só foi possível pela existência desses dois elementos; o Gramsci dos conselhos de fábrica, espontâneos e pedagógicos, tanto que alimentaram sua importante reflexão no cárcere; o Fidel e o Che que se lançaram em aventura contra a tirania, em um barco, em uma serra, há exatos cinquenta anos atrás; o Daniel Bensaïd líder estudantil de 1968, revolução profana contra o capital, contra a religião, contra o Estado, e contra a esquerda que não mais deseja. Enfim, são muitas as nossas referências que nos dizem: Viva junho!

DUAS FORMAS DE NEGAR JUNHO

Parcela importante do petismo, e mesmo parte significativa dos socialistas democráticos, assustou-se com as centenas de milhares de jovens nas ruas, seus múltiplos cartazes, suas

fotos nas redes sociais, seus gritos de rejeição à política “realmente existente”, inclusive, por óbvio, o PT, principal partido político da história brasileira, e principalmente, sua violência explosiva. Muitos intelectuais e militantes gastam suas energias denunciando os “arruaceiros” como um “novo golpe da direita”, ou então o surgimento de um “movimento protofascista”, ou no mínimo como “uma tática equivocada que enfraquece a luta, faz o jogo da direita”. Um texto qualquer contra os “vândalos” mobiliza mais os corações (e consequentemente o Facebook e o Twitter) de muitas e muitos lutadores do que o debate sobre a desmilitarização da Polícia Militar.

A negação de junho, a recusa aos seus sentidos positivos e, muitas vezes, a repulsa para com seus desdobramentos aparecem sempre em duas chaves. Uma meramente conservadora, a outra que apela para a “estratégia”. Ambas condenam a violência dos “vândalos”, as máscaras dos “inconsequentes”, a despolitização da juventude que não dá o devido valor às mudanças promovidas pelos dez anos de governo Lula-Dilma.

A NEGAÇÃO CONSERVADORA

O conservadorismo de esquerda chega mesmo a aplaudir as prisões arbitrárias, pois os “Black Blocs” estariam atacando cidadãos. Acusação essa que permanece de pé mesmo após os inúmeros relatos de professores do Rio de Janeiro sobre a solidariedade dos “arruaceiros” nos recentes levantes dos educadores contra o neoliberalismo do PMDB local. Acusação essa que nem a mídia conservadora ousa fazer, pois todas as imagens mostram que os alvos são os bancos, a própria mídia conservadora e outros marcos da opressão-exploração.

Símbolos da violência do Estado e do capital, violência cotidiana que segue firme e forte, no transporte público criminoso existente em nossas metrópoles, nas jornadas de trabalho extenuantes. Tudo isso continua existindo, independente de tudo de positivo que o PT fez desde que assu-

miu a Presidência da República. Mas o conservadorismo de esquerda parece querer negar essa realidade em sua ânsia de defender a ordem estabelecida.

De fato, que esse campo seja contra as jornadas de junho não é surpresa. Aqui não se lamentam as alianças esdrúxulas, pois “a política é assim mesmo”. Aqui democracia é igual a eleições. Consulta à cidadania, quando muito, pela internet. Aqui, ser de esquerda é fazer políticas públicas que ajudem “os pobres” e desenvolver a “economia”. Aqui é o lugar dos que defendem o apoio do PT do Maranhão à família Sarney, dos que defendem a submissão do PT carioca ao consórcio Cabral-Paes, dos que defendem a capitulação do PT paraense ao clã dos Barbalho.

Esse tipo de crítica desrespeita a luta atual e a luta passada do povo brasileiro. Esquece que, desde a escravidão (indígena e depois africana), a violência contra o opressor é atitude recorrente das classes subalternas. Tal postura é estruturante dos quilombos. Canudos, Contestado, e, antes, Sabina, Balaiada e sobretudo Palmares e seus congêneres anônimos, deixaram suas marcas na consciência coletiva da classe trabalhadora, nas suas experiências históricas. A Coluna Prestes sofre, até hoje, das mesmas acusações dirigidas aos jovens que seguem ocupando as ruas cariocas. Quantas e quantas vezes o quebra-quebra de ônibus e trens foi o recurso último de uma classe trabalhadora urbana desrespeitada diuturnamente? Chiquinha Gonzaga fez uma canção sobre isso, do início do século XX. A emergência do novo sindicalismo, que deu origem ao PT, ocorreu em profunda simbiose com movimentos populares que aliavam a organização nos bairros com a revolta contra o Estado. Os novos atores, quando entram em cena, fazem de tudo, inclusive “vandalismo”, hoje e ontem, aqui e alhures, pois tudo é política.

Não é simples superar esse desafio, a saber, derrotar o conservadorismo, o status quo, a adoção dos valores dominantes dentro da esquerda. É luta sem data para acabar,

“de longo prazo”, no difícil terreno da construção de uma nova hegemonia, que deve e será feita com as mulheres e homens existentes, com seus vícios e contradições. E isso só será possível se o PT seguir sendo afetado pelo que vem de fora, pelas lutas.

Para isso, é condição necessária a unificação dos socialistas democráticos que seguem perseguindo os sonhos e utopias. Unidade que não implica em anular nossa diversidade, mas que exige sim um olhar comum, compartilhado, sobre os sentidos estratégicos das jornadas de junho para os destinos próximos e futuros da esquerda brasileira.

A NEGAÇÃO ESTRATÉGICA DE JUNHO

Ora, Marx apaixonou-se pela Comuna mesmo sabendo que os operários de Paris não tinham condições “objetivas” de sustentar seu assalto ao céu. Por que então reivindicar as passagens de Trotski e Lenin contra a tática do “terrorismo individualista”? Por que tamanha preocupação com uma revolta legítima de uma juventude que não se reconhece nas instituições, em vez de direcionar nossas energias exatamente para a transformação dessas instituições? Por que esquecer que todo esse processo começou justamente pela brutal repressão da Polícia Militar, ou seja, pela violência do Estado, reiterada historicamente, contra as lutas do povo brasileiro?

Por que perder tanto tempo combatendo quem ocupa as ruas, e em nenhum momento cobrar da presidente Dilma, do ex-presidente Lula, do presidente do PT, uma condenação séria, consistente, inequívoca, da repressão promovida pela PM do Rio de Janeiro? E também dos arbítrios e perseguições das polícias e do Judiciário contra os manifestantes, em vários Estados brasileiros? Não nos esqueçamos: quando a Polícia Militar de São Paulo atacou os manifestantes, ou quando essa mesma polícia interveio violentamente para desfazer a ocupação “Pinheirinho”, todos esses personagens vieram a público

repudiar a conduta autoritária e repressiva do governo Alckmin. Por que não fazer o mesmo agora, quando reiteradamente a PM do Rio estabelece um toque de recolher na capital, privando a cidadania dos direitos mais básicos?

O argumento de que a “tática” equivocada e inconsequente da violência de certos grupos não acumula para um projeto estratégico não se sustenta, nem no que se refere à atual situação política brasileira, nem se acessarmos nossa memória histórica. Para ficar em um exemplo recente: a presente conjuntura política internacional de crise da legitimidade do neoliberalismo teve como elemento fundamental as enormes manifestações antiglobalização ocorridas desde Seattle, em 1999, e ao longo da primeira década do século XXI em diversas cidades do mundo. O movimento altermundista, tão importante quanto a vitória dos governos progressistas, era composto, ombro a ombro, pela tradição dos socialistas democráticos com os jovens em fúria contra o sistema. Estávamos lá, na mesma trincheira, contra a repressão neoliberal, deixando a divergência de método e de concepção de luta para depois.

O outro mundo possível do Fórum Social Mundial existiu na conexão entre essas duas culturas da esquerda. O esgotamento desse espaço se deu mais pela nossa incapacidade do que pela existência de grupos ditos radicais. Por que deveria ser diferente agora?

JUNHO: UM PASSO ADIANTE PARA DAR MAIS DOIS PASSOS À FRENTE

A verdade é que, do ponto de vista estratégico, as jornadas de junho só trouxeram acúmulos positivos para a nossa posição. A fragilidade do nosso sistema político não vem acompanhada, como nos anos 1960, de uma ameaça à institucionalidade democrática. Qualquer solução para o nosso sistema político passa pela diminuição da distância entre go-

vernantes e governados. Essa concepção, ideia força do socialismo democrático, possui mais condições de agregar apoio social agora do que antes de junho. A proposta de plebiscito pela reforma política é uma prova. A possibilidade de quebra da aliança PT-PMDB no Rio de Janeiro é outra. É o petismo se afetando lentamente pelo que vem de fora. Tivesse Belém seus mascarados e suas ocupações permanentes dos poderes, a coligação com os Barbalho já estaria enterrada.

O caráter predatório do nosso capitalismo foi denunciado pela esquerda desde sempre, e pelo PT desde que existe. O enfraquecimento desse debate dentro do petismo é evidência da força do conservadorismo. Após junho, em especial a partir do debate das cidades, retomamos a ofensiva contra a mercantilização dos nossos direitos fundamentais. As iniciativas do prefeito Haddad contra as empresas de ônibus atestam nossas novas possibilidades. Não poderíamos cancelar uma licitação de um transporte de massas, acelerar a construção dos corredores e abrir um debate estratégico na maior cidade do país antes de junho. Nem a presidenta Dilma, que saudou as manifestações, receberia o MPL (Movimento Passe Livre) antes disso.

Do mesmo modo, o debate dos médicos cubanos. Tal proposta existe no cardápio do governo desde o início do ano. Porém, só tivemos força para levá-la adiante após as manifestações de junho, após suas demandas por uma saúde “padrão FIFA”. Sem junho, esse programa, que pode ser para Dilma a marca que o Bolsa Família foi para o Lula, simplesmente não se viabilizaria.

Nenhum desses elementos apaga a “despolitização” existente na sociedade brasileira, ou mesmo a violência sofrida pela militância de esquerda em algumas manifestações. Mas, novamente, as causas desse processo estão mais nos nossos erros do que nas “ações diretas”. O que pesa mais para a recusa da política, a crise do “mensalão”, as alianças sem coerência ou o “vandalismo”?

Por fim, nenhum desses elementos anula a tentativa de captura que a direita fez, através da mídia, dos sentidos das jornadas de junho. A narrativa das classes dominantes foi forte e avassaladora: os jovens estão na rua para protestar contra tudo isso que está aí. E de fato o que está aí é o PT, não podemos jamais esquecer disso, é o ônus das nossas vitórias eleitorais. Nesse caso, contudo, podemos até mesmo dizer que a violência dos mascarados salvou a nossa posição dessa captura. Quando os jovens fugiram ao controle do discurso da direita, a demofobia das nossas elites inviabilizou sua conexão com junho.

JUNHO DE 2013 E OUTUBRO DE 2014: UM SÓ PROCESSO POLÍTICO E SOCIAL

Enfim, a sociedade brasileira está em movimento. Nos últimos dez anos, passamos por profundas transformações, e outras tantas mudanças ainda precisam ser feitas. Nesse processo, a alteração mais importante foi o surgimento de um novo setor social, de uma nova classe social, a qual chamamos de nova classe trabalhadora. Em outras palavras, após dez anos de governos petistas a estrutura de classes do Brasil não é mais aquela que existiu ao longo do século XX.

Durante todo o século passado, o Brasil desenvolveu sua economia, seu processo de urbanização foi avassalador, seu parque industrial se consolidou. A classe trabalhadora cresceu e foi ator político relevante em todas as disputas políticas. A classe média também. O Estado brasileiro estruturou-se em todo o território nacional, o capitalismo em nossas terras está entre os mais dinâmicos do mundo. Em suma, o Brasil modernizou-se, com todas as contradições da modernização capitalista.

Salvo uma exceção, algo impensável nos países mais desenvolvidos do mundo, naquelas nações nas quais o Brasil sempre se espelhou: nossa sociedade conviveu, durante mais

de 100 anos, com uma massa de dezenas de milhões de miseráveis, herança da escravidão e da concentração fundiária. E o pior de tudo reside justamente na relação estrutural que o capitalismo no Brasil estabeleceu com esse enorme contingente de brasileiros vivendo abaixo dos padrões mínimos de dignidade. Graças a esse exército de reserva gigantesco, nossas taxas de lucro sempre figuraram entre as maiores do mundo. Nossa classe trabalhadora, mesmo a mais moderna, teve origem na absorção de pequenas parcelas desses homens e mulheres extremamente pobres. O ex-presidente Lula é símbolo maior desse processo histórico.

Os cientistas sociais dão vários nomes a esse segmento social: “subproletariado”, “ralé”, “classe E”. E todos concordam que esse segmento está, pela primeira vez na história do Brasil, diminuindo, podendo até mesmo desaparecer em um futuro próximo. Os números não são exatos, mas entre 20 e 40 milhões de pessoas ascenderam socialmente no Brasil entre 2003 e 2013. Em 2014, o Brasil irá, finalmente, erradicar a miséria extrema. Outros dados atestam a transformação: por exemplo, nosso mercado de trabalho informal hoje está em cerca de 40%, uma queda de 15% a 20% verificada no decênio que passou. Nossa taxa de desemprego baixa, na casa dos 5%, atesta essa dinâmica, embora a qualidade dos empregos nos deixe longe de uma sociedade efetivamente justa.

Em 2002, quando o PT conquistou a Presidência da República pela primeira vez, nosso debate público versava sobre a superação da recessão, sobre a retomada do desenvolvimento econômico após as duas décadas (1980 e 1990) “perdidas”. Desenvolvimento esse acrescido dos temas da democracia política e da distribuição de renda, distinto, portanto, do padrão verificado entre os anos 1940 e 1970, quando o crescimento econômico foi extremamente concentrador de renda e se deu sob bases autoritárias. Hoje a situação é outra: trata-se de como garantir direitos, de como consolidar a democracia brasileira, de como construir uma sociedade de fato

justa. Em suma, o debate atual é aquele da universalização da saúde, educação, da organização de uma cidadania ativa, com democracia realmente participativa, na qual a inclusão dos milhões de brasileiros excluídos se dará pelo público, pelo comum, e não pelo mercado e pelo consumo.

É um debate de futuro, e não mais de superação do passado que teima em se fazer presente. O PT não chegará à sua quarta vitória presidencial em 2014 apenas dizendo o que fez. É preciso elaborar um programa concreto, estratégico, factível. Mais uma vez, junho evidenciou a urgência dessa elaboração. Para a esquerda conservadora, que tem medo das ruas, do novo, certamente isso é uma coisa ruim. Todavia, para as e os socialistas que teimam em recusar tanto a adaptação quanto o gueto, nada pode ser melhor do que fazer política após tal jornada de lutas.

Ao fim e ao cabo, devemos bradar: vivam as jornadas de junho, vivam os jovens nas ruas, da forma como isso ocorrer! Ninguém controla a multidão. Se, após a explosão das lutas, os ganhos estratégicos não se concretizarem, a culpa é nossa, dos nossos limites, e não dos jovens que cobrem o rosto para dar vazão à sua revolta destruindo agências bancárias (e, para além desse quebra-quebra, eles acabam exercendo um tipo talvez paradoxal de contraviolência, como a proteção às professoras e aos professores no Rio atesta).

Junho disruptivo. Junho não acabou nem vai acabar. Junho continua...

CRUZ E SOUSA

Apresentado por Manuel Bandeira como a figura central do simbolismo brasileiro, João da Cruz e Sousa (1863-898), filho de escravos alforriados, organizou já jovem em Florianópolis, sua província natal, a campanha abolicionista. Diz dele Bandeira: " Dos sofrimentos físicos e morais de sua vida, do seu penoso esforço de ascensão na escala social, do seu sonho místico de uma arte que seria uma "eucarística espiritualização" do fundo indômito do seu ser de "emparedado" dentro da raça desprezada tirou Cruz e Sousa os acentos patéticos que, a despeito de suas deficiências de artista, garantem a perpetuidade de sua obra na literatura brasileira. Não há nesta gritos mais dilacerantes, suspiros mais profundos do que os seus."

Optamos por lembrar o soneto "Dilema", no qual o maior poeta negro do Brasil, esse que escreveu "Ah! Que feliz um coração que escuta/ As origens de que é feito" ou ainda que "Esquecer é andar entre destroços", fala da abolição como condição da formação do povo brasileiro.

Dilema

**Vai-se ac entuando,
Senhores da justiça- heróis da humanidade.
O verbo tricolor da confraternidade...
E quando, em breve, quando**

**Raiar o grande dia
Dos largos arrebóis- batendo preconceito...
O dia da razão, da luz e do direito
- Solene trilogia-**

**Quando a escravatura
Surgir da negra treva – em ondas singulares
De luz serena e pura;**

**Quando um poder novo
Nas almas derramar os místicos luars,
Então seremos povo!**

BOITEMPO EDITORIAL

CONVERSA COM IVANA JINKINGS

A Boitempo Editorial foi fundada em 1995, por Ivana Jinkings. O nome da editora – inspirado em um poema de Carlos Drummond de Andrade – é uma homenagem ao maior poeta brasileiro e também ao criador da primeira Boitempo, o dirigente comunista Raimundo Jinkings, pai de Ivana.

A editora consolidou-se produzindo livros de qualidade, com um catálogo consistente e opções editoriais claras. O reconhecimento desse trabalho se constata pela ampliação do número de autores e leitores e pela conquista de prêmios importantes.

Inicialmente, o objetivo era editar textos de indiscutível relevância, esquecidos ou ainda inéditos no Brasil, como a obra de estreia – Napoleão, de Stendhal, livro que revela o lado “historiador político” do escritor. A ele se seguiram outros clássicos da literatura, como Machado de Assis, Anatole France e Jack London. Aos poucos, as escolhas passaram

a abarcar também novos autores, como Edyr Augusto e João Carrascoza, passando por nomes já consagrados, como Flávio Aguiar e Roniwalter Jatobá.

Com 18 anos de existência, Boitempo publicou obras dos mais influentes pensadores nacionais e internacionais, que se tornaram referência em vários centros de ensino e pesquisa, abrangendo diversas áreas das ciências humanas, como economia, política, história e cultura.

Os temas são variados e amplos: indústria cultural, ditadura militar, neoliberalismo, trabalho, capitalismo, comunismo, marxismo, questões de gênero, filosofia, educação, ética e meio ambiente. Entre os principais autores estão Boaventura de Sousa Santos, David Harvey, Edward Said, Ellen Wood, Emir Sader, Francisco de Oliveira, François Chesnais, Giorgio Agamben, György Lukács, Immanuel Wallerstein, István Mészáros, Leandro Konder, Maria Rita Kehl, Michael Löwy, Mike Davis, Perry Anderson, Ricardo Antunes, Tariq Ali e Slavoj Žižek.

A Boitempo mantém ainda seis coleções, coordenadas por alguns dos principais intelectuais brasileiros: Estado de Sítio, dirigida por Paulo Arantes; Marxismo e Literatura, por Leandro Konder; Mundo do Trabalho, por Ricardo Antunes; Pauliceia, por Emir Sader; além das coleções de clássicos e das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, estas em edições comentadas e traduzidas diretamente do alemão. Semestralmente publica a revista Margem Esquerda, de estudos marxistas.

Em 2011, a editora passou a disponibilizar seus livros também em formato digital – os chamados ebooks – e a ter maior presença nas redes sociais, mostrando que valoriza a acessibilidade e o contato direto com o leitor. Esses são alguns dos motivos pelos quais a Boitempo tornou-se respeitada no mundo editorial, na academia e entre o público leitor.

Conversamos com Ivana Jinkings que nos contou sobre os investimentos editoriais do passado, do presente e os planos futuros da Boitempo no campo do marxismo; e sobre a

possibilidade de realizamos parcerias entre a editora Boitempo e a *Revista Democracia Socialista*.

REVISTA DEMOCRACIA SOCIALISTA: Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizar pela excelente contribuição que vem dando à cultura marxista no Brasil, firmando-se como a principal editora de esquerda do país. Você poderia sintetizar para os nossos leitores como se formou esta opção editorial e quais os principais investimentos editoriais feitos nesta área da tradição e renovação do marxismo?

IVANA JINKINGS: Agradeço suas palavras e a oportunidade de falar sobre a Boitempo para os leitores da *Revista Democracia Socialista*. A Boitempo existe há 18 anos e foi a concretização de um sonho acalentado durante anos. Cresci em meio aos livros: meu pai, dirigente comunista preso e perseguido pela ditadura, abriu uma livraria em nossa casa, em Belém do Pará, quando eu tinha 3 anos, e essa proximidade física me fez ter contato com a leitura muito cedo. Ao mudar para São Paulo, em 1983, fui trabalhar no jornal Voz da Unidade, então órgão central do PCB. De lá, fui para a editora Ática e em seguida para a Atual, depois para o jornal Meio & Mensagem, para as editoras Scritta e Abril até montar a Boitempo, em setembro de 1995.

O plano inicial era publicar textos nunca antes editados no Brasil, ou editados, mas esgotados há muito tempo. Seguindo essa linha, o título de estreia da Boitempo foi Napoleão, de Stendhal, inédito em português, seguido por um conto de Machado de Assis, “Terpsícore”, nunca antes publicado em livro, de dois contos de Guy de Maupassant e de uma carta inédita de Mário de Andrade, Carta ao pintor moço, com a qual ganhamos nosso primeiro Prêmio Jabuti, com um ano de vida. Mas aos poucos a editora foi tomando outro rumo, quase como se tivesse vida própria, e foi cada vez mais se firmando como editora de livros de sociologia, história, filosofia, política, sempre privilegiando o pensamento crítico.

Preocupamo-nos em fazer livros de qualidade e esta é nossa principal marca. Apostamos em formar um “catálogo de fundo”, consistente, em que nenhum título publicado jamais venha a nos envergonhar. Ao contrário da maioria das editoras, que, por estar sempre na busca de um novo best-seller (exigência de um mercado livreiro autofágico, que se alimenta de “novidades”), acaba relegando seu próprio catálogo, a Boitempo investe nele. Ao mesmo tempo, lutamos para que a qualidade não eleve por demais os preços de capa dos nossos títulos, pois queremos que sejam mais e mais lidos. Temos investido, portanto, em garantir uma seleção de excelência e uma produção de qualidade, com preços justos. Isso a despeito da enorme concentração num mercado em que as editoras estrangeiras e os grandes grupos vêm engolindo os editores independentes, sob o olhar silencioso dos poderes públicos.

REVISTA DEMOCRACIA SOCIALISTA: Você poderia nos falar sobre os principais planos para edições futuras da Boitempo nesta área do marxismo e da renovação das perspectivas da esquerda?

IVANA JINKINGS: Para contemplar essas áreas, que são o foco da Boitempo, temos diversos canais e projetos de lançamentos. O primeiro deles, e que poderíamos chamar de carro-chefe da editora, é a coleção Marx-Engels, que publica traduções diretamente do idioma original feitas por estudiosos do marxismo. Para este ano ainda, temos programado o lançamento de Lutas de classes na Rússia, volume organizado por Michael Löwy com textos de Karl Marx e Friedrich Engels contemplando as perspectivas revolucionárias da Rússia por meio de uma análise centrada no materialismo histórico. Ainda na seara do marxismo, lançaremos Para uma ontologia do ser social, de György Lukács, O conceito de dialética em Lukács, de István Mészáros, e Os limites do capital, de David Harvey. Em dezembro, teremos também um lançamento marcante na área da literatura: O homem que gostava de cachorros, de Leonardo Padura, biografia romanceada

baseada em fatos reais que entrelaça a vida de Leon Trotski com a de Ramón Mercader. Em termos de qualidade das publicações, será um final de ano e tanto. Já para 2014, também há muita coisa boa por vir, com livros de Slavoj Žižek, David Harvey, Giorgio Agamben, Moishe Postone e diversos lançamentos das coleções Mundo do Trabalho (coordenada por Ricardo Antunes), Estado de Sítio (coordenada por Paulo Arantes) e Marxismo e Literatura (coordenada por Leandro Konder e Michael Löwy). Temos programados ainda o Livro II de O capital, de Karl Marx, e A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring, também chamado de O anti-Dühring, de Friedrich Engels. Entre os autores brasileiros, teremos obras de Paulo Arantes, Marcio Pochmann, Emir Sader, Christian Dunker e Mariana Fix, entre outros. A revista Margem Esquerda: Estudos Marxistas também é representativa da qualidade dos estudos na área do marxismo e da esquerda. Além disso, daremos prosseguimento à coleção Tinta Vermelha, com livros de intervenção sobre temas candentes da atualidade. Esses são alguns dos planos mais concretos e já em andamento, mas já estamos traçando metas para um futuro próximo e posso adiantar que elas envolvem publicar clássicos do pensamento marxista e de esquerda que estejam esgotados no Brasil ou nunca tenham sido publicados aqui, publicar obras de intelectuais brasileiros, entre novos nomes e aqueles já consagrados, manter a atenção no panorama internacional, no que se produz de novo lá fora, e trazer esses títulos para o Brasil e, por fim, mas não menos importante, promover cada vez mais encontros entre os autores e o público, como uma maneira de disseminar o pensamento crítico em busca de uma transformação radical da sociedade em que vivemos.

REVISTA DEMOCRACIA SOCIALISTA: Que tipo de parceria, no sentido da divulgação, colaboração e promoções, poderiam ser feitas entre a nova *Revista Democracia Socialista* e a Editora Boitempo?

IVANA JINKINGS: A Boitempo vem investindo fortemente na produção de conteúdos originais que aprofundam a reflexão. Temos presença marcante na internet com o Blog da Boitempo, que reúne um time de autores/articulistas renomados em suas áreas, como Flávio Aguiar, Maria Rita Kehl, Luiz Bernardo Pericás, Emir Sader, Mauro Iasi, Izaías Almada, Lincoln Secco e Ricardo Musse, entre outros; além de diversos colaboradores internacionais, como Slavoj Žižek e, mais esporadicamente, Michael Löwy e David Harvey.

Com a ajuda de parceiros (fundações, centros de pesquisa, departamentos universitários, Sesc e outros), temos realizado debates, cursos e seminários – via de regra públicos e gratuitos – não apenas em São Paulo, onde estamos sediados, mas também em várias cidades brasileiras, levando autores nacionais e internacionais para discutir ideias. Esperamos, assim, contribuir para formar leitores e despertar o interesse para a militância política e intelectual.

Nossas afinidades com a revista *Democracia Socialista* poderiam permitir a organização de eventos conjuntos, a republicação de artigos do Blog na revista e vice-versa, o compartilhamento de espaço virtual para banners (no Blog de ambos, por exemplo), apoio a edições ou coedições, a depender da convergência de interesses e de uma agenda comum.

Em Tempo, 23 de março de 1989

CHILE 1970-1973

A HISTÓRIA DE UMA ILUSÃO

JUAREZ GUIMARÃES

A reconstituição dos fatos, dos desafios e dos grandes debates estratégicos que UE marcaram a experiência da Unidade Popular.

Há fortes razões para lembrar, estudar e debater a experiência da Unidade Popular chilena.

Ela foi marcada por um campo de problemas estratégicos que têm profunda semelhança com os desafios que hoje o PT enfrenta. Desafios que se relacionam com o tema central: como integrar o avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês – parlamento, prefeituras, governos estadual e federal – numa estratégia revolucionária de massas de luta pelo socialismo?

O destino trágico do governo Allende – o assassinato de 20 a 30 mil militantes e a supressão brutal das tradições organizativas e conquistas de um dos setores mais combativos do proletariado latino-americano impõe logicamente que prevaleça uma visão crítica da experiência da Unidade Popular.

O erro central que os companheiros chilenos cometeram foi o de ter ilusões em relação ao Estado burguês, o de supor que seria possível hegemônizá-lo por dentro e utilizá-lo plenamente para a construção do socialismo. O de sonhar que seria possível vencer o domínio burguês através da via pacífica, driblando o momento de uma confrontação.

Apesar das ilusões que predominavam na maioria da direção da Unidade Popular, esta experiência foi um dos momentos mais altos da radicalização do movimento popular na América Latina. A experiência da Unidade Popular é uma fonte inesgotável de exemplos, ideias e ensinamentos.

INDUSTRIALIZADO E DEPENDENTE

O Chile em 1970 era um país relativamente industrializado e predominantemente urbano. A ocupação na agricultura representava apenas 22% do total e a participação da agricultura no produto total alcançava apenas 8,7%.

O setor da indústria e construção participava em 1970 com 24,7% do emprego e contribuía com 28,6% do produto nacional. No Chile não havia como no Brasil um parque industrial mais moderno e de grandes unidades.

O setor de serviços ocupava 48% da população economicamente ativa. Daí o grande peso político e social da pequena burguesia urbana e dos assalariados deste setor nos rumos do país.

A economia chilena era profundamente dependente do exterior: 80% da receita do comércio externo vinha da exportação do cobre, em sua maior parte para os EUA; 50% das indústrias eram controladas pelo capital estrangeiro; a dívida externa em 1970 equivalia a três anos de exportação; o país importava um terço de seu consumo agrícola. O imperialismo saberia tirar proveito de cada um destes pontos vulneráveis para desestabilizar o governo Allende.

O campo chileno era dominado pelos latifúndios: 1,3% das explorações controlavam 72,7% da superfície agrícola. A

luta contra esta absurda concentração fundiária seria um dos principais fatores de mobilização popular no Chile.

TRADIÇÃO CONSTITUCIONAL

Outra característica marcante do Chile seria a sua tradição constitucional, o fato de que, ao contrário da maioria dos países da América Latina, o regime republicano não ter sido seguidamente golpeado ao longo da história. Com exceção de um breve período nas décadas de 1920 e 1930, houve uma constituição de 1938 a 1973.

A constituição em vigor quando Allende subiu ao governo era, em grandes linhas, a promulgada em 1925. A influência precoce do socialismo e do populismo nas Forças Armadas, havia levado as classes dominantes chilenas a optarem por profissionalizá-la, mantendo-a à parte da vida política do país.

Esta tradição constitucional teria um enorme peso na disseminação de ilusões na vanguarda da Unidade Popular, em seu projeto de uma via chilena pacífica para o socialismo. E dificultaria, por outro lado, a armação de um golpe militar: apenas no terceiro ano e após vários fracassos, as classes dominantes chilenas conseguiram a adesão plena das Forças Armadas ao golpe.

Ao contrário do Brasil, os partidos burgueses no Chile tinham uma estrutura e continuidade. O Partido Nacional, de direita e organicamente burguês, seria um dos centros de articulação do golpe.

O Partido Democrata Cristão, fundado em 1957, tinha vasta influência nos setores médios e também em setores populares e havia chegado ao governo, com uma plataforma desenvolvimentista, em 1964 com Eduardo Frei. Era um partido com base social pluriclassista: dominava 26% da CUT. Ocupava 40% do Congresso nacional, polarizava 30% do eleitorado e hegemonizava cinco das oito universidades chilenas. Durante o processo, o PDC seria crescentemente dominado por seus setores de direita.

PC, PS E MIR

Ao contrário do Brasil e da Argentina, o populismo nunca conseguiu estabilizar uma influência importante no movimento operário chileno.

O PC chileno datava da fundação da III Internacional e passaria, na lógica da estalinização que viveu a Internacional, por consolidar um perfil reformista, centrado na idéia de revolução por etapas, na aliança prioritária com setores progressistas da burguesia. Em 1970, possuía 21 deputados e cinco senadores no Congresso; era o partido majoritário na CUT (31%) e ocupava a sua presidência.

O PS chileno não pode ser equiparado à social-democracia. Apesar de haver uma distancia importante entre o seu programa e sua realidade partidária, ele tinha em geral posições a esquerda do PC. Era um partido bastante heterogêneo: prevaleciam no interior do partido as posições à esquerda, mas o setor de Allende mais reformista tinha seu peso naturalmente aumentado.

O Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) teve origem em 1965, polarizado pelo ideário da revolução cubana e ela alternativa guerrilhista. Com cerca de 3000 militantes, com pequeníssimo peso no movimento sindical e sem expressão parlamentar em nível federal, o MIR concentrava o seu trabalho nos bairros, no campo e no movimento estudantil. Estava fora da Unidade Popular.

O DESAFIO DA UNIDADE

A eleição de Allende em setembro de 1970 ocorreu após longos anos de ascenso do movimento operário e popular no Chile, iniciado a partir da dinâmica unitária com a fundação da CUT e a apresentação de candidaturas comuns pelo PT e PS nas eleições presidenciais de 1958 e 1964. De 1964 a 1970, o número de sindicalizados nas cidades mais do que dobrou. O número de grevistas aumentou de 356 mil em 1964 a 502 mil em 1970.

A frente de partidos e correntes que tomou o nome de Unidade Popular surge no interior deste processo de ascendo de 1969, com a atração do pequeno Partido radical (social-democrata e que explodiria em troes nos anos seguintes) e o Movimento de Ação Popular Unitária (pequena dissidência da juventude da Democracia Cristã). Nasce ascentada em três documentos: um programa básico de governo popular, um pacto de unidade e um acordo sobre a conduta e o estilo da campanha.

Mas o problema de uma hegemonia política na vanguarda e da unidade partidária se tornaria cada vez mais grave à medida da radicalização da luta de classes. Os mais de dez mil comitês unitários de base da Unidade Popular formadas na campanha que elegeu Allende foram dissolvidos após a posse. Cada partido ou corrente conservou suas estruturas próprias. Um esforço para formar uma estrutura unitária da UP em 1972 já esbarrou nas posições muito diferentes do PC e da maioria do PS.

Esta é provavelmente a maior vantagem de que dispomos hoje no Brasil: a possibilidade de que uma hegemonia revolucionária, unitária e democrática se firme no PT antes dos momentos mais decisivos.

O DEBATE ESTRATÉGICO NA EXPERIÊNCIA CHILENA

A relação com a legalidade, a construção do poder popular, o desafio da economia, a controvérsia das alianças e a candente questão militar: cinco temas no grande debate sobre a construção do socialismo no Chile.

Podemos delinear três grandes linhas estratégicas no campo do movimento operário-popular chileno.

A primeira delas – que veio a prevalecer no interior da Unidade Popular – é a estratégia da via pacífica para a construção do socialismo. O deslocamento do poder burguês se daria por via institucional, apoiado na força de massas da Unidade Popular. Era a estratégia defendida por um setor do PS (inclusive e sobretudo por Allende), pelo PC e pelo Partido Radical.

A partir do objetivo de evitar a todo custo um enfrentamento com as classes dominantes ou uma crise institucional, este setor acabou imprimindo ao governo Allende uma dinâmica que significava de fato uma viragem à direita em relação ao programa original da Unidade Popular.

A segunda estratégia – que prevalecia no interior do PS e cuja máxima expressão era o Secretário-geral Carlos Altamirano – era a da criação da dualidade de poder no interior do Estado. Prevendo a inevitabilidade de uma confrontação, este setor defendia a idéia de um poder popular nascido da soma dos organismos de massa com a ocupação de posições na institucionalidade. A sua maior fraqueza foi a de não definir com clareza o centro da gravidade da acumulação de forças nos órgãos de massa, tendendo a subordinar estes órgãos à dinâmica do governo Allende.

A terceira estratégia – defendida pelo Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) – era da guerra popular prolongada. Não era concepção ingenuamente foquista: combinava um certo trabalho de enraizamento partidários nos bairros populares, na juventude com a preparação de condições para desencadear a guerrilha no campo. Fora do centro do movimento operário, fora da Unidade Popular, trabalhando com uma hipótese estratégica central inadequada ao contexto político e social do Chile, o MIR não conseguiria criar uma alternativa à esquerda dos setores reformistas prevalescentes no interior da Unidade Popular.

A RELAÇÃO COM O ESTADO BURGUÊS

O programa da Unidade Popular, aprovado em 17 de dezembro de 1969, afirmava: (...) “Através de um processo de democratização em todos os níveis e de uma mobilização organizada das massas se construirá desde a base a nova estrutura do poder”.

“Uma nova constituição política institucionalizará a incorporação massiva do povo ao poder estatal. Será criada uma

organização única do Estado estruturada em nível nacional, regional e local, que terá a Assembléia do Povo como órgão superior do poder”. A Assembleia do Povo será a Câmara única que expressará nacionalmente a soberania popular... Este sistema permitirá suprimir pela raiz os vícios de que infestaram o Chile tanto o presidencialismo ditatorial como o parlamentarismo corrompido.

Este programa democrático, radical, no entanto, ficaria no papel. Em abril de 1971, no auge da popularidade e expressão eleitoral da Unidade Popular, o PS proporia a realização de um referendo constitucional sobre a reorganização do Estado, de modo a quebrar o cerco que o Legislativo já fazia ao governo Allende. A proposta, no entanto, não seria adotada.

Ao não por em movimento uma luta aberta e de massas contra as estruturas do estado burguês, a Unidade Popular se impôs de antemão a derrota no processo de construção de uma hegemonia no campo democrático. Passou a incômoda e insolúvel posição de defender a legalidade burguesa, crescentemente contestada pela própria burguesia. Esta limitação da Unidade Popular no campo democrático semeou a contradição em todos os campos de sua atividade.

O PROBLEMA DO PODER POPULAR

O ascenso do movimento popular chileno levou à criação de inúmeras formas de auto-organização que, no entanto, não conseguiram se centralizar e constituir a estrutura de um poder popular, alternativa ao Estado burguês.

A primeira experiência de auto-organização importante foram os 14 a 15 mil comitês de base da Unidade Popular, formados durante a campanha eleitoral. Após as eleições, eles tenderam a se esvaziar, voltando os militantes ao leito de seus respectivos partidos.

O número de sindicatos agrícolas passou de 24 em 1964 a 580 em 1980; o número de filiados no campo elevou-se de 1.658 a 143.142 nos mesmos anos. Além disso, os sindicatos

pressionavam para que se ampliasse a reforma agrária mediante as “tomadas” de terras, que de 9 em 1967 chegaram a alcançar 332 em 1970. Com o avanço da reforma agrária, formaram-se os conselhos comunais camponeses destinados a organizar a produção das novas terras.

A radicalização do movimento operário urbano se manifestou principalmente nas greves de ocupação e de expropriação de fábricas em reação ao boicote e lock-out.

Para impulsionar as nacionalizações na indústria, a Unidade Popular utilizou, em grande medida, o decreto-lei 520, de 30 de agosto de 1932, que permitia em determinadas circunstâncias a requisição ou a intervenção em empresas industriais. A causa mais relevante prevista para a intervenção era a cessação das atividades próprias da indústria. Assim, uma greve com ocupação de fábrica e a demanda de estatização proposta pela maioria absoluta de trabalhadores proporcionavam o pretexto legal para a intervenção ou requisição da empresa.

O impulso na base do movimento operário levou a que o processo de nacionalizações ultrapassasse em muito as 90 previstas pelo governo Allende. Após a greve geral em reação ao frustrado golpe militar de 29 de junho de 1973, estimava-se que o Estado já controlava em torno de 300 empresas.

As Juntas de Abastecimento e Preço (JAPs), formadas por iniciativa do governo Allende, compunham-se de comitês populares de bairros e voltavam-se para o esforço de distribuição de víveres e de controle de preços. A partir do final da crise de outubro de 1972, quando o governo Allende diminuiu a pressão sobre os empresários do comércio, as JAPs foram perdendo o seu dinamismo.

Os comandos comunales eram as estruturas privilegiadas pelo MIR e agrupavam vários organismos: sindicatos, juntas de abastecimento, associações de moradores etc. De caráter local, funcionavam como uma coordenadora de organismos populares.

Os chamados cordões industriais surgiram na experiência de greve geral e ocupação de fábricas e outubro de 1972. Promovidos inicialmente pelo MIR e outros grupos de esquer-

da, os cordões industriais tiveram o apoio do Partido Socialista, do MAPU que viam neles embriões do poder popular. Até o PC teve que se acomodar a estes órgãos, mas pressionando para que eles fossem subordinados à CUT e tivessem um caráter estritamente sindical.

Todos estes organismos populares, estas formas de auto-organização que ultrapassaram o caráter corporativo, em maior ou menor medida formavam de fato embriões do poder popular. No entanto, apenas em algumas regiões, como em Concepcion, ou em alguns poucos momentos eles chegaram a se unificar. O limite para isso era exatamente a política prevalente na Unidade Popular de subordiná-los à institucionalidade burguesa.

O DESAFIO DA ECONOMIA

A Unidade popular chegou ao governo do Chile em meio a um Período de recessão da economia. Havia capacidade ociosa na indústria de cerca de 40%, estoques de bens finais e intermediários e disponibilidade de reservas de divisas. Através da elevação dos salários e do aumento da despesa pública em 1971 de mais de 43%, o governo Allende, alcançou no primeiro ano de governo, 8,35 de crescimento do PIB (14,2% de crescimento industrial). Já neste primeiro ano, porém, começaram a se manifestar fenômenos de mercado negro e de fuga de capitais.

O Estado chileno, tradicionalmente bastante interventor na economia, detinha o controle quase pleno da indústria de base, da indústria de bens intermediários, mas tinha uma fraca participação na indústria de bens de consumo. Ao fim de 1972, tinha o controle de 96% dos depósitos bancários, embora a burguesia tenha sempre impedido a criação de um banco nacional.

Foi no contexto de já muita turbulência, em meados de 1972, que se travou o grande debate sobre economia nas fileiras da Unidade Popular.

O ministro do PS, Pedro Buscovic, coerente com uma linha de radicalização política, propunha a ampliação do setor da economia sob controle social, a imposição de maiores tributos à burguesia, o uso dirigido de uma política de preços penalizando os setores monopolistas e a suspensão do pagamento da dívida externa.

Orlando Millas (economista do PC) e Carlos Matus (da ala moderada do PS) propunham a rígida demarcação e limitação do processo de nacionalização e uma série de medidas voltadas para restabelecer a confiança da burguesia e a retomada dos investimentos paralisados.

Foi esta segunda linha que acabou prevalecendo no interior da Unidade Popular e que se revelou impotente diante do quadro agudo de luta de classes no Chile.

A experiência da Unidade Popular mostra que, apesar das enormes possibilidades de utilização das instituições burguesas para atacar o grande capital na prática, é inteiramente impossível uma planificação não-capitalista antes de destruição do Estado burguês. Mostra também as dificuldades de se conseguir aplicar uma política coerente de elevação do consumo das massas em um momento em que os capitalistas detêm ainda o controle dos investimentos em setores estratégicos.

A CONTROVÉRSIA DAS ALIANÇAS

Os PCs centraram o balanço da experiência da Unidade Popular na crítica ao “esquerdismo” e, principalmente, na insistência sobre a necessidade de uma aliança com a Democracia Cristã.

O debate é longamente abordado no livro *Dia;ética* de uma derrota, de Carlos Altamirano. O livro mostra uma a uma todas as tentativas frustradas de acordos parciais ou pontuais feitas com a DC desde o final de 1971. E mostra como corpo político da DC – em particular, a sua direção – era visceralmente golpista.

Em abril de 1975, quando o caráter fascista do governo Pinochet era já evidente, o presidente da DC, Patricio Aylwin,

formulou ao plenário do partido uma consulta sobre as alternativas de ação frente à ditadura Pinochet. Apenas 3,03% manifestaram-se a favor de um entendimento com o PC e o PS.

Assim, tudo indica que a ideia de uma aliança com a DC, em seu conjunto e com seu corpo dirigente, não passava de mais uma ilusão disseminada pelo PC.

Reconhecendo a crítica de Altramirano, o problema resta ainda por ser resolvido. De fato, a Unidade Popular não conseguiu ao longo dos três anos aumentar a sua influência eleitoral nos setores médios (ela se manteve estável em torno de um terço). E pior: a DC conseguiu mudar o seu perfil – de um desenvolvimento levemente reformista para um viés antipopular e golpista – sem perder bases sociais.

A principal razão deste fracasso da Unidade Popular em constituir uma hegemonia em setores mais amplos das classes médias reside centralmente nas suas próprias ambiguidades. Certamente influíram também outros fatores como a ausência de uma política dirigida aos pequenos proprietários da cidade e do campo (que foram polarizados pelo grande capital) e também dificuldade de travar o debate ideológico com a burguesia que dominava os principais meios de comunicação do país.

A QUESTÃO MILITAR

Foi no terreno militar onde se manifestaram as ilusões mais perigosas e os erros mais profundos da Unidade Popular.

A opção implementada desde o início foi a de apostar no apego à legalidade e no profissionalismo das Forças Armadas. No auge da crise, esta opção foi aprofundada no sentido de introduzir as Forças Armadas no governo, realçando a sua condição de árbitro do processo, com concessões sucessivas aos setores golpistas no intuito de garantir a todo custo a unidade da corporação.

Esta opção permitiu que os golpistas consolidassem passo a passo suas posições nas Forças Armadas. O oficialato constitucionalista foi pressionado por dentro e por fora: o general

legalista Schneider, comandante do Exército, já havia sido assassinado em 1970; o general Pratts, comandante-chefe do Exército, e os generais Pickering e Sepúlveda foram forçados à demissão, após o golpe militar fracassado de 29 de junho de 1973 (apesar de terem sido pontas de contenção do golpe); marinheiros foram torturados e processados por denunciarem articulações golpistas na Marinha nos meses que precederam ao golpe; 60 oficiais e suboficiais foram torturados e processados após o golpe militar vitorioso desferido por Pinochet.

Em seus escritos sobre o problema militar no Chile, carregados com um forte tom autocrítico, Carlos Altamirano realça as várias possibilidades legais não aproveitadas pelo governo Allende para dificultar o caminho do golpe.

Pela Constituição chilena, o presidente podia pedir a reforma do Corpo de Generais, individualmente ou em conjunto, sempre que achasse oportuno. Podia, através de junta de Qualificações, exonerar oficiais superiores. Havia ainda a possibilidade legal de organizar salvaguardas armadas, paralelas às Forças Armadas, fato ocorrido inclusive em anteriores experiências burguesas de governo.

Uma política diversa do governo da Unidade Popular em relação às Forças Armadas – controlando diretamente o seu mecanismo de promoções e subordinando-as mais diretamente ao controle social – aliada à adoção de medidas para armar o povo teriam criado outras condições para a resistência.

A DEFESA DO ESTADO

O arsenal de guerra que o imperialismo e a burguesia chilena colocaram em movimento para massacrar a Unidade Popular

A consciência classista nítida da burguesia em relação ao Estado, a vanguarda da Unidade Popular respondeu com ilusões. Em seu discurso de posse de 5 de novembro de 1970 no Estádio Nacional, Allende diria: “Eu sei que esta palavra Estado infunde certa apreensão. Abusou-se muito dela e, em muitos casos, ela é usada para desprestigiar um sistema social justo.

Não tenham medo da palavra “Estado” porque dentro do Estado, no Governo Popular, estão vocês, estamos todos. Juntos devemos aperfeiçoá-lo para fazê-lo eficiente, moderno, revolucionário, mas, entenda-se bem que eu disse justo e isto é precisamente o que eu quero reafirmar”.

Desde o início, as classes dominantes chilenas adotaram a estratégia de combinar a exigência do estrito cumprimento das leis pela Unidade Popular ao mesmo tempo em que conspiravam por fora do quadro institucional.

Para que o Congresso confirmasse e desse posse a Allende, foi exigida à Unidade Popular que ela cumprisse o “Estatuto de Garantias” que determinava: o respeito ao Estado de direito, aos poderes executivo, judiciário e legislativo sem fazer intervir o “poder popular”; o respeito à autoridade e hierarquia das Forças Armadas; o princípio da inamovibilidade dos funcionários do governo contratados pela Democracia Cristã no período anterior; o compromisso de que maiores mudanças nos meios de comunicação de massa deveriam ser votados pelo Parlamento, onde os partidos burgueses eram majoritários.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado americano, multinacionais como a ITT e setores das Forças Armadas chilenas conspiravam para evitar a posse de Allende. O plano era provocar um colapso econômico – via fuga maciça de capitais e outros esquemas – ou armar uma provocação que justificasse a intervenção das Forças Armadas. As condições, porém, não estavam dadas para o golpe.

O cerco por dentro e por fora da legalidade ao governo Allende foi sendo crescentemente montado até o dia 11 de setembro de 1973.

LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

Na medida em que a Unidade Popular controlava o executivo, as classes dominantes chilenas transformaram o Legislativo e o Judiciário em trincheiras de defesa de seus privilégios e pontos de apoio para desestabilizar o governo Allende.

O Chile não era um país de regime parlamentarista. A burguesia chilena, no entanto, utilizando uma interpretação abusiva do texto constitucional, passou a destituir ministros e prefeitos da Unidade Popular. Ao todo foram seis ministros e três prefeitos da UP destituídos.

A maioria parlamentar da DC e PN foi também utilizada para travar a política econômica de Allende: vetos orçamentários e a lei da reforma tributária provocando um déficit crônico do Estado; uma lei regulamentando e restringindo o âmbito das nacionalizações. E para armar a trilha do golpe: com a “lei de controle de armas” e a votação da ilegitimidade do governo às vésperas do golpe.

À medida que iam crescendo os conflitos entre o executivo e o legislativo, instaurou-se uma verdadeira guerra de interpretação constitucional com o papel de árbitro cabendo ao Judiciário. Um dos poderes mais reacionários do Estado, o Judiciário garantiu que a maioria dos processos e pendências importantes fosse julgado contra a Unidade Popular.

BURGUESIA MOBILIZA

Ao mesmo tempo em que a Unidade Popular ia afundando no campo minado da institucionalidade, as classes dominantes chilenas desencadearam um vasto processo de mobilização.

Uma verdadeira “guerra da notícia” foi desencadeada contra o governo Allende. Um estudo sobre a primeira página do principal jornal da direita chilena, El Mercurio, para os meses de setembro de 1971 a abril de 1972 mostra o seguinte quadro: 82 artigos sobre pseudo-ações de extrema-esquerda; 62 acusações de violação da legalidade; 121 sobre a desordem econômica e social; 47 sobre a desordem pública e 10 referências à necessidade de intervenção das Forças Armadas.

Através de uma ampla campanha, os grandes empresários conseguiram constituir uma “frente única de classe”, aglutinando os pequenos e médios empresários na Frente Nacional

da Área Provada (Frenap). No campo, para se proteger do avanço da reforma agrária os latifundiários responderam com a violência, a divisão de suas terras, transferência de gado e desorganização da produção agrícola.

A partir do final de 1971, a burguesia começou a utilizar o seu poder material para estrangular a economia do país: especulação, mercado negro, lock-outs e, o que é mais importante, a cessação dos investimentos. A maré montante do boicote econômico imposto pela burguesia culminou no lock-out nacional de outubro de 1972.

A mobilização dos setores médios pela direita teve início em 1º de dezembro de 1971, com uma manifestação em Santiago convocada por uma entidade conservadora de mulheres. A influência da DC em alguns setores operários seria utilizada até para a realização de uma greve contra o governo da Unidade Popular pelos trabalhadores da mina de El Teniente em maio de 1973, no auge da radicalização da luta de classes.

A direita chilena se organizou também em grupos paramilitares (treinados pela Operação Bandeirantes de São Paulo, na Bolívia) dos quais o mais importante era o “Pátria e Liberdade”, diretamente subsidiado pela CIA, que organizavam atos de sabotagem e ataques às organizações do movimento popular.

PARTIDOS E FORÇAS ARMADAS

O primeiro investimento da burguesia chilena para reorganizar os seus partidos – divididos e em crise em 1970 – foi conquistar a hegemonia dos setores de direita na Democracia Cristã. O controle pleno sobre a DC e a depuração dos setores antigolpistas que havia em seu interior acabou por se dar no primeiro semestre de 1973.

O segundo investimento foi o de estabelecer a unidade entre a DC e o PN, conseguida em julho de 1972 com a formação da Confederação Democrática (CODE).

O verdadeiro pivô da contra-revolução, no entanto, seriam os setores golpistas das Forças Armadas no verdadeiro

“partido burguês” – expressava já a decisão das classes dominantes chilenas de reorganizar profundamente o Estado e as suas instituições em crise, esmagando a Unidade Popular e construindo um novo sistema político de dominação mis centralizado, autoritário e profundamente militarizado.

CRONOLOGIA

1953

Funda-se a Central Única dos Trabalhadores chilenos

1956

Forma-se a Frente de Ação Popular, aliança política entre o PC e o PS que consolida a dinâmica unitária no movimento operário.

1969

Forma-se a Unidade Popular.

1970

04 DE SETEMBRO

Vitória da Unidade Popular, com a candidatura Allende, nas eleições presidenciais: Unidade Popular = 36,2% dos votos; Partido Nacional = 34,8% e Democracia Cristã = 27,8%.

SETEMBRO/OUTUBRO

O imperialismo e setores das Forças Armadas desencadeiam uma operação visando impedir a posse de Allende.

15 DE OUTUBRO

Para cofirmar Allende no Congresso, os partidos burgueses majoritários no Parlamento (UP=57 candidatos e 23 senadores; DC = 55 deputados e 20 senadores; Partido Nacional = 34 deputados e 5 senadores) exigem o reconhecimento do “Estatuto de Garantias”.

5 DE NOVEMBRO

No discurso de posse no Estado Nacional, Allende exalta a especificidade da via chilena para o socialismo “sem a trágica experiência da guerra fratricida”.

1971

É o “ano de ouro” da Unidade Popular; o crescimento de 8,3%

do PIB coincide com ofensiva eleitoral e de mobilização do movimento operário.

4 DE ABRIL DE 1971

Nas eleições municipais, a Unidade Popular obtém 50,2% dos votos, contra 27% conferidos à DC e 20% ao Partido Nacional.

21 DE MAIO

Allende em mensagem ao Congresso Nacional declara que o Chile era a primeira nação da terra que iria dar forma ao segundo modelo de transição para a sociedade socialista”. O primeiro seria o da revolução russa de 1917.

8 DE JUNHO

Assassinato do ex-ministro da DC Perez Zujovic, fornece o pretexto para aproximação entre a DC e o PN. Allende decreta estado de sitio em Santiago.

NOVEMBRO

Fidel Castro visita o Chile

1º DE DEZEMBRO

Manifestação de massas da direita em Santiago, convocada por uma entidade de mulheres burguesas, marca o início da ofensiva da mobilização da contra-revolução.

1972

É um ano de “empate”: o PIB cresce ainda em 5% mas a turbulência econômica já domina o cenário; a direita começa a se unificar e toma iniciativas globais, mas o movimento operário resiste e se radicaliza.

JANEIRO

Primeira aliança eleitoral entre a DC e o PN em dois distritos. No Parlamento, DC e PN destituem o ministro do Interior.

19 DE FEVEREIRO

A DC e o PN aprovam no Parlamento legislação com o objetivo de conter o processo de nacionalização da economia.

MARÇO

Falha nova tentativa de desestabilização organizada pela ITT. O plenário de Algarrobo do PS discute a inevitabilidade de uma confrontação.

MAIO

Eleições para o Conselho Geral da CUT: UP= 66% (PC =

30,89%; PS 26,44%; MAPU= 4,63%; P. Radical = 3,91%); DC = 26,33%; MIR = 1,81%.

JUNHO

Forma-se a Confederação Democrática, organização de frente única da burguesia.

AGOSTO

Nova destituição pelo Parlamento, controlado pela DC e PN, do ministro do Interior.

Greve dos caminhoneiros, organizada e financiada pela direita.

4 DE SETEMBRO

Greve geral de um dia em apoio governo da Unidade Popular.

OUTUBRO

Lock-out generalizado, visando a criar condições para um golpe militar. Durante 26 dias, os trabalhadores chilenos ocupam as fábricas, organizam a distribuição. Formam-se os “cordões industriais” em Santiago, Concepcion e Valparaiso. A crise se conclui através de um acordo entre Allende e a DC, absorvendo a participação de comandantes militares no governo.

DEZEMBRO

Tem início a conspiração de cinco generais, cinco almirantes e cinco brigadeiros que iria culminar no golpe militar de setembro de 1973.

1973

É o ano da contra-revolução: impasse econômico; divisão crescente na direção da Unidade Popular; cerco crescente da direita, que culmina com o massacre da Unidade Popular em setembro.

MARÇO

Eleições para a renovação do Congresso: a Unidade Popular obtém 44% dos votos, frustrando o plano da direita de obter 2/3 das cadeiras e votar a destituição de Allende.

MAIO

A direita golpista consegue o controle total da DC, com a eleição de Patricio Aylwin para sua presidência (por ironia, este é hoje apresentado pela DC como o “candidato único das oposições” contra Pinochet nas próximas eleições chilenas).

30 DE MAIO

O poder judiciário se julga incompetente para arbitrar as disputas entre o executivo e o legislativo.

12 DE JUNHO

O Parlamento aprova a Lei de Controle das Armas. Através dela, as Forças Armadas têm a prerrogativa de invadir sindicatos, sedes de entidades e até lares, desarmando o pouco que havia de capacidade de resistência armada do movimento popular.

29 DE JUNHO

Tentativa “precoce” de golpe da direita: através da intervenção direta e pessoal do general Pratts, comandante-em-chefe das Forças Armadas, renuncia. Em seu lugar, sobe Pinochet, aceito por Allende em função de sua postura aparentemente legalista.

SETEMBRO

A Unidade Popular realiza a sua maior manifestação. Oitocentos mil pessoas em Santiago gritam em coro: “Allende, Allende, o povo te defende” e “criar, criar, criar, o poder popular”. No dia 5, uma carta convocatória assinada pela Assembléia de todas as organizações populares da capital conclama o povo a resistir ao golpe que virá. Mas não há armas, nem planos elaborados.

11 DE SETEMBRO

Ciente da decisão de Allende em anunciar este dia a convocação de um plebiscito sobre a sua permanência no governo. Pinochet antecipa o golpe. Tanques marcham sobre Santiago, a aviação bombardeia os setores onde se concentram os “cordões”. A resistência armada de Allende e um grupo pequeno de companheiros no Palácio de La Moneda, um gesto carregado de sentido moral e heróico, é apenas simbólico. Começava o sangrento massacre do povo chileno.

A *Revista Democracia Socialista* foi produzida em São Paulo, em dezembro de 2013.
O texto e os títulos foram compostos em Adobe Garamond Pro sobre papel pólen soft 80 g/m².
Tiragem de 3.800 exemplares.

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br